

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CENTRO DE EDUCAÇÃO LETRAS E SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SOCIEDADE,  
CULTURA E FRONTEIRAS – NÍVEL MESTRADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRA**

**SHARLENE KEILA SCHLINDWEIN**

**CAPANEMA E A ESTRADA DO COLONO: MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES**

**FOZ DO IGUAÇU - PR**

**2016**

SHARLENE KEILA SCHLINDWEIN

**CAPANEMA E A ESTRADA DO COLONO: MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteira, junto ao programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras, nível de mestrado - área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras.

Linha de Pesquisa: Território, História e Memória

Orientador: Prof. Dr. Samuel Klauck

Foz do Iguaçu – PR

Fevereiro, 2016.

À minha irmã, Sheila Katia Schlindwein.

Obrigada por tudo, sem você eu não teria chegado aqui.

## AGRADECIMENTOS

O caminho para chegar ao final desta dissertação foi árduo e não foi trilhado sozinho, por isso gostaria de agradecer, primeiro aos meus pais que financiaram meus estudos. Minha mãe que sempre foi a mais empolgada com a ideia desta pesquisa. Meu pai que além de tudo ainda me acompanhou em muitas entrevistas.

Ao meu cunhado Leandro, pelas discussões, pelas térmicas de café de manhã, por me aguentar, pelas caronas, e por junto com a minha irmã ter aberto as portas da casa de vocês para mim por tanto tempo.

Aos amigos, Raiza Brustolin de Oliveira companheira de mestrado, que me deu um *help* valioso nos momentos finais. Dienifer Camargo Broch Zorotoe pela super ajuda quanto à coleta das fontes orais. Crislaine da Cruz e Cyd Vinicius Petrin que nos momentos mais difíceis me deram o apoio moral e os doces que precisei, leram e revisaram o texto comigo e ainda me aguentaram nas horas de mau humor, gente valeu!

Aos moradores de Capanema os quais entrevistei que cederam não só seu tempo, como suas memórias.

À Rosseli S. Weissheimer que me emprestou sua coleção particular que se constitui de um acervo incrível de jornais sobre a Estrada do Colono, e ao seu filho Felipe que além da troca de ideias entre historiadores fez a mediação para que o empréstimo acontecesse.

Ao professor Hayrton pelo incentivo e ajuda na elaboração do projeto de pesquisa, você me fez dar os primeiros passos professor.

Ao professor orientador, Dr. Samuel Klauck, pelos diálogos, puxões de orelha, paciência, conselhos e por toda a sua contribuição neste trabalho.

A CAPES / CNPq pela concessão da bolsa durante o período de Março de 2015 à Março de 2016, o que contribuiu significativamente com a qualidade da pesquisa efetivada.

“A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procurava salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”.

Jacques Le Goff

## RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de pesquisa memórias referente à Estrada do Colono na população de Capanema. A partir do convívio com esta população percebeu-se a existência do assunto Estrada do Colono, entre a população nos mais variados momentos, isso despertou alguns questionamentos como, por que uma estrada fechada há trinta anos, ainda é motivo de discussão na cidade? A Estrada do Colono ainda existe? Como as pessoas que nunca passaram por ela a conhecem? Com o propósito de encontrar respostas para essas e outras perguntas, esta dissertação tem como principal objetivo a análise de memórias e para tal recorremos a alguns autores tais como, R. Chartier; M. A. Halbwach; M. Pollak; J. Le Goff. O levantamento de dados se deu a partir da pesquisa oral juntamente com a documental, como jornais, apostilas e monumentos. Propomos uma pesquisa qualitativa, pois compreendemos o sujeito dentro da complexidade da realidade em que está inserido, sendo necessário a análise desta realidade para assim desvelar as memórias. Dada à complexidade do objeto escolhido, trata-se de uma pesquisa pautada na interdisciplinaridade, desta forma pudemos buscar recursos, em diferentes áreas do conhecimento, como a Geografia, Sociologia, Biologia, História e outras. Como resultado deste processo de investigação, entendemos que a busca pela reabertura da Estrada do Colono, apesar de ser pautada num discurso economicista, pode ser compreendida como uma luta pelo direito a memória. Isto ocorre quando percebemos a ressignificação da Estrada como símbolo de colonização, e sob a perspectiva da representação desta Estrada como homenagem a figura do colono, que remete ao pioneiro colonizador.

**PALAVRAS - CHAVES:** Estrada do Colono, memória, cidade de Capanema.

## **ABSTRACT**

This dissertation has as a research objective memories related to the Estrada do Colono (Rural Work's Road) in Capanema's population. From the contact with this population it was noticed the existence of the subject Estrada do Colono among the population in various moments, this aroused some questions, for an example, why a road closed for thirty years is still subject of discussion in the city? Does the Estrada do Colono still exist? How do the people who never passed through it know it? In order to find answers for these and other questions, this dissertation has as its main objective to analyze the memories and for that we turn to some authors like R. Chartier; M. A. Halbwach; M. Pollak; J. Le Goff. The data collection took place from oral research as well as the document research, in newspapers, textbooks and monuments. We propose a qualitative research, because we understand the subject within the complexity of the reality in which it appears, requiring the analysis of this reality as to uncover the memories. Given the complexity of the chosen subject, it is a guided research in interdisciplinarity, so we look for resources in different areas of knowledge, such as geography, sociology, biology, history and others. As a result of this investigation process, we believe that the search for the reopening of the Estrada do Colono, despite being guided by an economist speech, can be understood as a fight for the right to memory. This occurs when we see the redefinition of the Road as a symbol of colonization, and from the perspective of the Road's representation as a tribute to the settlers image, which refers to the pioneers.

**KEY-WORDS:** Estrada do Colono, memory, city of Capanema

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – IMAGEM AÉREA DA ESTRADA DO COLONO EM 2014 .....	27
FIGURA 2 - LOGOMARCA CAMINHO DO COLONO .....	40
FIGURA 3 – OUTDOOR EM CAPANEMA .....	41
FIGURA 4 - MANIFESTAÇÃO MAIO DE 1997 .....	43
FIGURA 5 – PANFLETO PRODUZIDO PELA AIPOPEC E DISTRIBUÍDO NA ESTRADA DO COLONO .....	47
FIGURA 6 – MONUMENTO AOS PIONEIROS EM CAPANEMA .....	69
FIGURA 7 - PLACA ALUSIVA AO MONUMENTO DOS PIONEIROS .....	71
FIGURA 8 – POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA DE 1980 A 1993.....	83
ANEXO 01 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS .....	98
ANEXO 02 – HINO DE CAPANEMA.....	100



## LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – LOCALIZAÇÃO DE CAPANEMA .....	12
MAPA 2 – LOCALIZAÇÃO DA ESTRADA DO COLONO.....	12
MAPA 3 – MAPA DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO PNI.....	13
MAPA 4 – BR 162 E BR 277, PERCURSO ENTRE CAPANEMA E SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU	50
MAPA 6 – TERRITÓRIO DO SUDOESTE EM 1950.....	63

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AIPOPEC – Associação de Integração Comunitária Pró – Estrada do Colono

ADEA – Associação de Defesa e Educação Ambiental

ADEAFI - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Foz do Iguaçu

AMSOP – Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná

CANGO – Colônia Agrícola Nacional General Ozório

CITLA - Clevelândia Industrial e Territorial Limitada

DER – Departamento de Estrada de Rodagem

GETOSP – Grupo Executivo para Terras do Sudoeste do Paraná

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

PNI – Parque Nacional do Iguaçu

PSD – Partido Social Democrata

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente

SPVS – Sociedade de Preservação e Estudo da Vida Selvagem

STR – Supremo Tribunal Regional

TRF – Tribunal Regional Federal

UDN – União Democrática Nacional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
<b>1. CAPÍTULO I - A ESTRADA DO COLONO .....</b>	<b>23</b>
1.1 O que é Estrada do Colono .....	24
1.2 O Parque Nacional do Iguaçu .....	28
1.3 Os Conflitos.....	34
<b>2. CAPÍTULO II - MEMÓRIA DA EXPERIÊNCIA DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DE CAPANEMA.....</b>	<b>51</b>
2.1 Migração no Sul do Brasil .....	55
2.2 A Revolta dos Posseiros .....	63
2.3 O Pioneirismo e Capanema.....	68
<b>3. CAPÍTULO III - DIÁLOGOS: MEMÓRIA, IDENTIDADE E HISTÓRIA.....</b>	<b>76</b>
3.1 Memória e Identidade.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	88
REFERÊNCIAS .....	91

## INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda as memórias existentes entre a população de Capanema cultivada da Estrada do Colono. Especificamente, o modo como estas memórias se mantêm 29 anos após o fechamento da estrada, bem como o jogo de representações feitas sobre este traçado de chão batido. O município de Capanema está localizado no sudoeste do Estado do Paraná (mapa 01), fundado em 1951, atualmente com uma população de 19.229<sup>1</sup> habitantes, com sua economia voltada principalmente à agricultura.

Este município faz fronteira ao Sudoeste com a Argentina, ao Noroeste a cidade encontra seu limite no Rio Iguaçu o qual faz margem com o Parque Nacional do Iguaçu, doravante chamado de PNI.

O Parque que marca a divisa entre a região Oeste e Sudoeste do Estado é o motivo de um antigo conflito presente nas memórias da cidade, pois por ele existia uma estrada, de aproximadamente<sup>2</sup> 17 km, conhecida como Estrada do Colono, que ligava Capanema a Serranópolis do Iguaçu, como mostra o mapa 02, apesar de esta estrada não ser o objeto específico da pesquisa, o problema debatido na dissertação para entorno da mesma por isso no primeiro capítulo deverá ser esclarecido o que é a estrada, e apresentados os seus conflitos.

Nas disputas pela estrada é possível localizar os principais atores sociais envolvidos, e perceber a mudança de sentido na apropriação destes pela Estrada. Para o IBAMA e os grupos ambientalistas, a existência da estrada afetaria um ecossistema que deve ser protegido, sendo entendida então, como uma ameaça a integridade de uma reserva florestal - o PNI, pois o divide ao meio, assim deve permanecer fechada (BONASSA 2004, p.04). Para os grupos que representam juridicamente a estrada, e mesmo para políticos engajados na reabertura, a estrada se torna uma via que garantiria o desenvolvimento econômico para a região, ao

---

<sup>1</sup> IBGE. Disponível in:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410450&search=|inifogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>>. Acessado em 08/07/2015.

<sup>2</sup> As fontes diferem sobre seu tamanho exato, aqui se adota a mesma metragem do Livro A Estrada do Colono a luta de um povo do autor Luciano Dallo, por ser a mais difundida entre a população de Capanema.

contrário de agredir o PNI, a construção de uma estrada parque, aproximaria a população da reserva, garantindo a preservação do mesmo.

Mapa 1 – Localização de Capanema



Fonte: <http://www.cidadao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=252>

Mapa 2 – Localização da Estrada do Colono



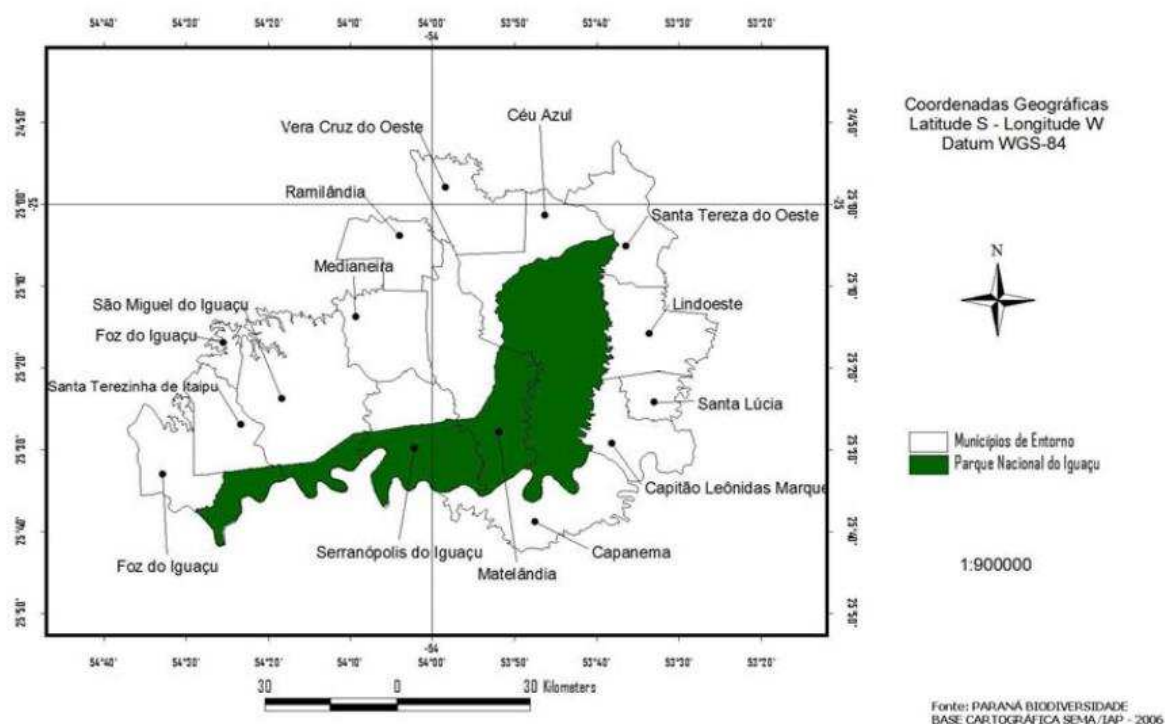
Fonte: Ministério Público do Estado do Paraná. 532015.

In: <http://www.meioambiente.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=243>.

Mesmo que o processo jurídico se dê em torno da disputa acima apresentada, não se deve ter a comunidade lindeira como mero espectador. Apesar de visivelmente em sua maioria a população se colocar a favor da reabertura da estrada, esta parece exercer um fascínio muito além do valor econômico, e a preservação, ou não, do PNI.

São Designados como Lindeiros os municípios que fazem fronteira com o PNI. Segundo o Plano de Manejo do IBAMA esta área de Influência envolve: Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Serranópolis, Medianeira, Matelândia, Vera Cruz do Oeste, Ramilândia, Céu Azul, Santa Tereza do Oeste, Lindoeste, Santa Lúcia, Capitão Leônidas Marques e Capanema (mapa 03).

Mapa 3 – Mapa dos Municípios Lindeiros ao PNI



Fonte: BARBADO, N. Escola Parque: educação ambiental na região do Parque Nacional do Iguaçu. Presidente Prudente, 2008. P.36. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Oeste Paulista.

Existem sobre a comunidade outras indagações que podem e devem ser feitas: por que grupos que não tem uma perda econômica direta, aparecem engajados na luta pela reabertura? Como sobrevive esse fervor pela reabertura, se ela não é discutida / transmitida em nenhum meio oficial (como a escola)? Como e

por que os jovens que nunca colocaram os pés nesta estrada ainda se debruçam sobre esse debate? E ainda, é realmente uma unanimidade na cidade o desejo de reabertura? Esse desejo é deveras motivado por fatores econômicos?

Desta forma, compreender e analisar as memórias existentes entre a população de Capanema sobre a estrada e o jogo de representação feitas a partir da mesma se torna o principal objetivo deste trabalho. Além disso, busca-se:

- a) Avaliar quais são os discursos sobre a Estrada do Colono e como estes são recebidos pela comunidade;
- b) Perceber como a estrada é posta como um símbolo da colonização do Oeste do Paraná;
- c) Identificar os suportes das memórias, ou seja, os vestígios que mantem as memórias da Estrada.

O nome adotado para a estrada já possui uma carga de representação, tomando representação no sentido que elabora Chartier (1990, p.24) como um "(...) processo por intermédio do qual é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente construído uma significação." Em primeira análise Colono, pode se referir a colonizar, colonizador.

A Estrada do Colono deve ser entendida dentro do imaginário dos caminhos da colonização do Paraná, dada à projeção do seu valor histórico, sobretudo sendo caracterizada como um dos principais percursos nas migrações do Rio Grande do Sul ao Oeste do Estado. Esse discurso se reforça ainda nos projetos de estrada-parque para a reabertura do mesmo.

Todavia, colono ainda é um termo utilizado como sinônimo para agricultores, fazendo referência ainda ao pioneirismo, exaltando o grupo que migra para desbravar em busca de condições melhores de vida. Essa definição pode ser encontrada na obra memorialista intitulada *Resgate da Memória de Medianeira*:

A rodovia, de revestimento primário, foi usada por varias décadas ininterruptamente. Foi denominada "Estrada do Colono", por ser de uso de inúmeros colonos residentes as suas margens e imediações, em sua totalidade minifundiários que por ali transitavam com destino à sede dos municípios de Medianeira e Capanema, para colocação e escoamento de seus produtos. (ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES APOSENTADOS DE MEDIANEIRA, 1996, p. 261).

Ainda segundo levantamento do Estado do Paraná<sup>3</sup>, o Sudoeste é a região com o mais importante reduto de agricultura familiar do estado. Na própria cidade de Capanema, ainda baseada nesse modelo econômico, observa-se que este grupo se vê representado pela Estrada. A estrada simboliza para a comunidade um *monumento* de sua história com a cidade, ainda maior quando verificamos a memória da região a figura dos pioneiros, que foram colonos e são exaltados como heróis.

Neste aspecto, ressalta-se que a partir do movimento de reabertura em 1997, a estrada passou a ser chamada de *caminho do colono*. Apesar dos termos terem praticamente o mesmo significado, caminho tem uma representação distinta de estrada, este termo tem uma conotação mais emocional, o caminho correto, o caminho que leva a um lugar, o caminho, não qualquer caminho. Não só aqui o termo encontra esse tipo de conotação, vejam os exemplos das metáforas: - *eu sou o caminho, a verdade e a vida* ou *Todos os caminhos levam a Roma*. A estrada assim se torna um termo mais amplo, enquanto há inúmeras estradas, existe um caminho.

As disputas em torno da estrada são antigas, judicialmente inicia-se a partir do fechamento da estrada em 1986, marcada principalmente pelos confrontos da polícia com a população em 2001 e 2003 continuando ainda atualmente, durante o decorrer da pesquisa segue em pauta para votação pelo senado federal a PL 7123/2010<sup>4</sup>, que abriria a Estrada do Colono como uma estrada parque e cria assim uma nova unidade de conservação dentro do PNI.

O discurso mais conhecido e proclamado tanto pela população, como nas mídias é a necessidade da estrada, pois seu fechamento teria acarretado prejuízos para cidade que, sem o movimento proporcionado pela mesma, teria diminuído seu desenvolvimento econômico.

Buscando responder estes e ainda outros questionamentos, esta pesquisa se debruça sobre memórias de capanemenses em relação à estrada, mas também a formação da própria cidade.

Memórias de origem de uma localidade são comumente evocadas para criar o sentimento de pertencimento de uma determinada comunidade sobre um lugar.

---

<sup>3</sup> Disponível in: <http://www.cidadao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=252>.  
Acessado em: 23/07/2015.

<sup>4</sup> Disponível in: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=473116>.  
Acessado em: 16/07/2015.



Estas “origens” acabam sendo um produto do Estado nação, que constrói uma nação pertencente ao “lado de cá” de uma linha invisível a qual chamamos fronteira. Assim também esse pertencimento vai se construindo na formação dos Estados, e em menor escala nas cidades.

O trabalho da História não é reviver o passado BLOCH (2001, 52-54), não é simplesmente abrir uma ponte entre o presente e o passado. Busca-se com a história entender a influência do passado no presente, quais raízes se mantem e por que estas. Pois, como destaca Sandra Jatahy Pesavento,

O imaginário é, pois, representação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o “verdadeiro” e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber. Persegui-lo como objeto de estudo é desvendar um segredo, é buscar um significado oculto, encontrar a chave para desfazer a representação do ser e parecer. PESAVENTO (1995, p.24).

Ao estudar memórias, o pesquisador está aceitando este desafio de desvendar o que é aparente para compreender seu real sentido, levantar o véu do cotidiano e assim entrever as disputas de representação sobre as memórias, exercidos por diferentes agentes sociais atuando com diferentes objetivos sob o mesmo objeto.

Entendendo representação como um dos principais conceitos tratados neste trabalho, temos segundo Roger Chartier:

As representações do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. (1990, p.17).

Além disso, destaca-se o uso do conceito memória, objeto primário da pesquisa, estabelecem diálogos com autores como Le Goff, Pollak e Halbwachs que já vem propondo uma gama de categorias que facilitam a análise de tal objeto. De fato especificar o que é uma memória é um trabalho em si só. Acerca disso, Le Goff dedica um capítulo de seu livro *História e Memória* para discuti-lo e como ele se modifica junto com a sociedade. Utilizamos aqui diferentes determinações usadas pelos três autores, tais como “memória coletiva”, “memórias subterrâneas”,

“memórias herdadas”. Estes conceitos são discutidos ao longo da dissertação em destaque no terceiro capítulo.

Junto com a memória, costuma caminhar lado a lado a identidade, como destaca Pollak:

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (1992, p.05).

Compreender a estrada como um elemento de identidade, faz com que possamos vislumbrar a luta da comunidade de forma diferenciada, mais do que uma disputa econômica, um debate sobre o direito a própria memória. Destacam-se os autores Bauman e Woodward ao se falar de tal conceito. Sendo um conceito mutável em si mesmo Bauman (2005, p. 15-17) enfatiza o fato de nenhum sujeito ter em si uma só identidade, a autoimagem que cada indivíduo faz de si mesmo reflete também o “jogo” que se faz com o outro e com as diferenças.

Tanto Capanema quanto Serranópolis<sup>5</sup> do Iguaçu são igualmente engajados nos conflitos em torno da estrada do colono. Todavia suas dinâmicas diferem quanto à decorrência nos conflitos com a polícia, na posterior sobrevivência econômica, geograficamente. Os dois municípios estão localizados em fluxos urbanos diferentes, o que faz com que os movimentos humanos sejam diferenciados, um mínimo exemplo disso é que comumente os jovens de Capanema saem para estudar em Cascavel ou Francisco Beltrão, que são os centros urbanos de maior porte mais perto da cidade, enquanto Serranópolis acaba desenvolvendo este vínculo com Foz do Iguaçu e Medianeira.

Seria inviável esta pesquisa tentar dar conta dos dois municípios. A escolha por Capanema como local de pesquisa brotou da curiosidade, por ter nascido e crescido na cidade, sempre observei a presença constante da Estrada do Colono entre a população, visível nas conversas de rua, em adesivos de carros pedindo a reabertura e mesmo no jornal local que constantemente traz notícias da situação jurídica da estrada e de projetos políticos para a reabertura da mesma.

Por ter um longo convívio com a comunidade, a qual é fonte da pesquisa, cheguei a ser questionada se a pesquisa seria enquadrada como etnográfica. Num

---

<sup>5</sup> Serranópolis do Iguaçu nasceu da emancipação dos distritos de Jardinópolis e Flor da Serra, os quais pertenciam a Medianeira, em 1995, assim sendo a cidade surgiu nove anos após a Estrada do Colono ter sido fechada.

primeiro momento, talvez a resposta mais rápida fosse sim, já que de fato como pesquisadora, convivi com o grupo de pesquisa e obtive vários questionamentos importantes à pesquisa dado da observação direta. Todavia ao se buscar as características do método etnográfico posso afirmar que este não é o caso deste trabalho, a começar pelo fato de não se tratar de uma pesquisa feita por uma antropóloga e sim por uma historiadora. Ainda temos que o mais importante seja o objeto da pesquisa, que na etnografia costuma ser a cultura de um grupo, enquanto aqui é a memória.

Podemos aqui compreender que cultura,

[...] consiste na soma total de ideias, reações emocionais condicionadas a padrões de comportamento habitual que seus membros adquiriram por meio da instrução ou imitação e de que todos, em maior ou menor grau, participam. (Ralph Linton citado por Marconi e Presotto, 2009, p.22).

De tal forma, cultura e memória são conceitos complexos, toda via diferentes, e o estudo de cada um caracterizaria diferentes objetivos para a pesquisa.

Desta forma a coleta de fontes para a pesquisa se deu seguindo a classificação de MENEZES e SILVA (2001, p. 33 - 36) sendo: observação assistemática da vida real (observação feita pelo pesquisador do cotidiano, sem nenhum planejamento prévio); entrevistas (através de questionários semiestruturados - ANEXO 01); documentos (jornais, encartes, fotografias); documentos oficiais (como hino da cidade disponível no site da prefeitura, apostila escolares, monumento na praça da cidade).

Isso está em consonância de que

Outro posicionamento metodológico para se fazer pesquisa [métodos qualitativos] é o que defende o estudo do homem, levando em conta que o ser humano não é passivo, mas sim que interpreta o mundo em que vive continuamente. [...] o homem é diferente dos objetos, por isso o seu estudo necessita de uma metodologia que considere essas diferenças. OLIVEIRA (2008, p.03).

Os objetivos desta pesquisa estão ainda em concordância com a metodologia qualitativa, pois como tal “preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, [...] da complexidade do comportamento humano” LAKATOS e MARCONI (2011, p.269). Podemos afirmar que esta pesquisa se enquadra como uma pesquisa qualitativa ao observar tal afirmação,

Ela [pesquisa qualitativa] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos

fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO citado por LAKATOS E MARCONI. 2011, p. 271).

As entrevistas são uma importante ferramenta da pesquisa qualitativa, já que permitem ao pesquisador “acesso” a dinâmica social dos sujeitos, a pesquisa oral busca apanhar o lado subjetivo dos fenômenos. Desta forma segundo Demo (2000, p. 152) “a pesquisa qualitativa quer fazer jus à complexidade da realidade, curvando-se diante dela”.

Como um problema comum para pesquisadores no Brasil, a falta de documentação escrita que remete a origem do povoamento de Capanema não foi uma surpresa. Todavia é possível entender a ocupação do território, ao analisar estudos históricos sobre a região, bem como monumentos criados pela história oficial, e ainda os relatos orais conseguem *pintar* um quadro que exprima as experiências sociais deste processo, ou como coloca Michel Pollak:

Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos. (POLLAK, M. 1992, p.05).

Estudar memórias abrange a construção da autoimagem do sujeito, ou seja, a identidade, a identidade em geral está ligada ao grupo social que este sujeito pertence, no caso desta pesquisa, compreendemos a cidade de Capanema como um grupo. Mas, é necessário salientar que estes conceitos, tanto memória quanto identidade, não são fixos, são continuamente mutáveis dentro da dinâmica do próprio grupo.

A pesquisa se deu inicialmente no período de março de 2014 até Dezembro do mesmo ano, com a observação da dinâmica da cidade juntamente com a busca documental local, neste período ainda foram realizadas as primeiras entrevistas as quais não tiveram resultados significativos, fazendo com que fossem repensados os informantes participantes da pesquisa. Como vemos abaixo.

A segunda etapa da pesquisa ocorreu durante o ano de 2015, quando se realizou a seleção dos informantes. Seriam realizadas 15 entrevistas, foram escolhidos três grupos distintos para a análise da memória: agricultores, comerciantes e jovens de 18 anos. Contudo, ao decorrer da pesquisa, decidiu-se pela não participação do grupo dos jovens, isso devido à primeira experiência de

entrevistas, infrutífera e por serem repensados os objetivos da pesquisa, entendeu-se então que este grupo ficaria destoante na proposta da pesquisa. De tal forma somente os dois primeiros grupos foram ouvidos, foram então realizadas cinco entrevistas para cada grupo de informantes.

Esta escolha decorre de dois motivos, agricultores e comerciantes, são os grupos mais citados quando se fala em estrada do colono, os agricultores são referenciados como destacamento nas invasões que ocorreram em 1998, e os comerciantes são o grupo que teoricamente teve maior prejuízo econômico com o fechamento da estrada.

Para a escolha dos sujeitos buscou-se salientar a diversidade dentro dos próprios grupos, para que as memórias fossem as mais plurais possíveis, assim temos idades, comércio, poder aquisitivo e localidade (dentro do próprio município) diferentes. Os grupos foram formados tanto por homens quanto mulheres, todos acima dos 40 anos, para que se obtivesse um grupo de informantes que conhece a Estrada do Colono enquanto aberta. Em ambos os grupos procurou-se sujeitos que não fossem particularmente envolvidos com política ou com “militâncias” de reabertura para que as memórias não fossem discursos prontos, solidificados, por terem sido apresentados em várias ocasiões.

Ao se realizar as entrevistas um fenômeno não planejado ocorreu, na maioria das entrevistas houve a participação do cônjuge. Uma maior parcela das entrevistas de agricultores e comerciantes realizou-se com homens, pois ao procurar por tais sujeitos sociais, ainda se apontam os homens como o dono da terra ou o dono de um estabelecimento, resultado óbvio do ainda existente patriarcalismo principalmente no grupo de agricultores, onde raramente se encontra uma mulher como proprietária da terra. Todavia, as esposas se fizeram presentes na maioria das entrevistas, sendo consultadas pelo marido para lembrar-se de fatos, elas mesmas fazendo inserções no diálogo, ou mesmo no caso do senhor Eno Feliciano Schwengber, que chega a questionar com a esposa se ele deve ceder à entrevista.

Durante a pesquisa algumas falas ou sujeitos foram aparecendo, que não se enquadravam nos grupos definidos para a pesquisa, como é o caso do seu Norberto Lamp (aposentado como bancário) que possui uma memória sobre a estrada extremamente afetiva e não econômica. É relevante, e ainda interessante, dar voz também a discursos que tornam a memória plural.

Continuamente existem sujeitos que sempre são apontados para falar sobre determinado assunto, são guardiões da memória, em uma acepção da Jacques Le Goff, como o caso do senhor Marcelino Ampessan, vereador e dono de uma das primeiras balsas na cidade que fez a travessia no Rio Iguaçu para a estrada do colono. Estas falas igualmente não poderiam deixar de ser analisadas. Desta forma foram também realizadas estas duas entrevistas, além das dos grupos iniciais a serem analisadas.

Outro tipo de fonte utilizada na pesquisa são os jornais. Foram pesquisados jornais impressos tanto de pequena circulação, da região, como os estaduais, sendo eles num recorte temporal dos anos 1997 até 2001, período este que diz respeito aos movimentos pela reabertura e consequente funcionamento da estrada durante quatro anos. Esse tipo de fonte nos permite vislumbrar a linha temporal dos acontecimentos durante os movimentos pela reabertura e ainda permite que sejam analisados os argumentos na mídia sobre o assunto.

Podemos levantar algumas hipóteses sobre isso. Até que ponto os discursos da população e dos jornais estão entrelaçados? O prejuízo econômico é o discurso mais comum entre as falas dos entrevistados, mesmo que não tenha afetado a eles pessoalmente, foi bastante noticiado no período. Em que medida essas manchetes foram reinterpretadas pela população, e se tornaram ponto fixos de memória?

Assim, o primeiro capítulo deste trabalho procura remontar a história da Estrada do Colono após seu fechamento e o envolvimento da população com a mesma. Deve apresentar ao leitor o Parque Nacional do Iguaçu, compreender o que foi e o que é a estrada do colono, e como a população se posiciona perante os conflitos pela reabertura.

O segundo capítulo se propõe demonstrar a ocupação do território e a consequente formação do município. É de vital importância, tanto para entender o valor histórico da própria estrada do colono, o qual se tornou uma das justificativas mais utilizadas em debates sobre a reabertura, quanto para compreensão dos fatores que tornam a estrada um símbolo importante para a comunidade.

Sobretudo ao falar da formação da cidade, estaremos apontando os aspectos formadores da identidade da comunidade, o apagamento histórico de alguns sujeitos, a representação do pioneiro e o seu significado quanto à identidade da população, como esta se impõe nas projeções sobre a estrada do colono.

Por fim, o terceiro capítulo, discutirá a importância da memória e da identidade, individual e em grupo, de que forma são moldadas e cambiadas esporadicamente de acordo com a necessidade dos sujeitos. Quais aspectos são mais relevantes quanto à formação da memória, e o que consegue padronizar uma memória ao ponto de transformar estranhos em um grupo, uma comunidade.

Tentando apontar de que forma a memória sobrevive, e em que elementos ela está fixada, este trabalho tem por fim memórias como o principal objeto de pesquisa. As memórias fomentam a construção do processo histórico da própria cidade, e podem esporadicamente mover a população, ao se manter subjugadas, mas continuamente latente numa comunidade. A memória coletiva pode, e muitas vezes é manipulada, por isso o estudo da mesma dentro de comunidades, acaba em última análise demonstrando um jogo de poder, tanto de identidades quanto, muitas vezes, poder político.

## 1. CAPÍTULO I - A ESTRADA DO COLONO

Buscamos neste capítulo compreender a história da estrada no percurso do fechamento na década de 1980 até a contemporaneidade. E para isso é necessário compreender o que é a Estrada do Colono, como também o Parque Nacional do Iguaçu, já que um é objeto do outro, bem como, compreender as mudanças de narrativa referente aos dois no passar do tempo para assim visualizar a transição da imagem do que conhecemos hoje tanto como PNI quanto estrada do colono.

Este capítulo contém talvez a parte mais delicada desta pesquisa. Já durante as entrevistas, falar sobre os conflitos da Estrada do Colono é um momento em que percebemos um distanciamento entre o entrevistador e o entrevistado. Falar sobre as manifestações populares despertam um sentimento de desconfiança nas pessoas, principalmente por terem tido episódios de conflitos diretos com a polícia, por esse mesmo motivo, alguns sujeitos não quiseram ceder suas narrativas/memórias.

Ainda para este capítulo temos que pensar na utilização dos termos *ocupação* e *invasão*. Estes dois termos são utilizados quando se fala nas manifestações de 1997 e de 2003. Sobretudo há uma grande diferença entre eles que vale a pena ser apontada. *Invasão* é um termo que possui um peso negativo, do dicionário<sup>6</sup> “ato ou efeito de invadir” e ainda “entrada violenta, incursão, ingresso hostil”, assim a palavra denota algo contrário ao juízo de valor social, remete a um sentido de ilegalidade.

Enquanto *ocupação* carrega uma significância mais branda, remete ao sentido de ocupar algo abandonado, tomar posse, do dicionário<sup>7</sup> “ato ou efeito de ocupar, ou de se apoderar de qualquer coisa” e ainda outro sentido da palavra “emprego, modo de vida, ofício, profissão, serviço, trabalho”. Assim quando empregada à palavra *invasão* nos movimentos de 1997 e 2003, passamos o sentido de que a população não tinha causa para adentrar naquele espaço, seria então esperado nesse sentido que a polícia fizesse a reintegração de posse do PNI, enquanto a utilização do termo *ocupação* passa a ideia contrária, a população

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=invas%E3o>.

<sup>7</sup> Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=ocupa%E7%E3o>.



tomando posse de um local abandonado, sem dono, a população estaria ai ocupando a estrada do colono.

Decidiu-se pelo termo invasão, pois é o termo a que a própria população se refere nas entrevistas, talvez por ser o termo mais utilizado nas mídias, note alguns exemplos: “Entidades ambientais entraram com ação de responsabilidade contra as lideranças que promoveram a *invasão* da Estrada do Colono, independentemente da desocupação do parque.” (GAZETA DO PARANÁ. 1997, p.11); “*Invasão* antecipa o pretexto em estrada.” (GAZETA DO POVO. 1997, p.36); “Juíza Cristina Rocha [...] determinou ontem a retirada das pessoas, inclusive crianças, que *invadiram* anteontem o trecho da Estrada do Colono.” (O ESTADO DO PARANÁ. 1997, p. 15); “foi negociado um prazo de 90 dias entre a AIPOPEC, IBAMA e Governo do Estado para a conclusão da revisão do plano de manejo. ‘se este prazo não for cumprido, a estrada será novamente *invadida*’ afirmou Neilor Cesaro’.” ( JORNAL DA FRONTEIRA. 1997, p. 05); “Perto de mil pessoas *invadiram* o Parque Nacional do Iguaçu ontem á tarde, para limpar o leito da Estrada do Colono.”(JORNAL DE BELTRÃO. 1997, p. 01).

Neste capítulo conheceremos os conflitos que envolveram a estrada do colono, e em que momentos a população esteve presente nos mesmos. Quem são os agentes que fomentam os conflitos e qual a situação atual da estrada do colono.

### 1.1 O que é Estrada do Colono

A estrada do colono, foi um percurso de aproximadamente 17 km de cascalho que cortava o Parque Nacional do Iguaçu no sentido noroeste/sudoeste ligando os municípios de Serranópolis do Iguaçu (Oeste) ao de Capanema (Sudoeste) fazendo aí uma travessia de balsa sobre o Rio Iguaçu, como mostra o mapa 02. Também ficou conhecida pela alcunha de Caminho do colono durante os movimentos para reabri-la em 1998.

Especificamente em seu limite seco a Estrada faz divisa com o povoamento de Flor da Serra e Jardinópolis, que atualmente correspondem a bairros de Serranópolis do Iguaçu, por isso é difícil encontrar a demarcação destas localidades em mapas, todavia são citados nas entrevistas como sendo o local do outro lado do rio.

O surgimento destas localidades foi possível graças à abertura da estrada - hoje PR-495 -, em 1955, que ligou o perímetro urbano de Medianeira ao entroncamento da antiga estrada Guarapuava-Foz do

Iguaçu com a Estrada do Colono (Divisa do Parque). Com esta estrada foi possível à construção do perímetro urbano de Flor da Serra e a formação do povoado de Jardinópolis. (Prefeitura Municipal de Serranópolis do Iguaçu<sup>8</sup>, 26/11/2015).

Não há um consenso quanto à origem da estrada do colono. É uma bandeira dos movimentos pró-abertura a ideia de que a estrada é mais antiga que o PNI, (DIAS. 2006, p.39; OSTROVSKI. 2002, p. 107) isso devido a uma matéria da Revista Manchete de 20 de Janeiro de 1996, sobre a Coluna Prestes que teria, utilizando como via de deslocamento do Estado de Santa Catarina para o Paraná, um caminho o qual acredita-se ser o trajeto que ficou conhecido como Caminho do Colono. Essa concepção da origem da estrada é mais difundida entre a população por aparecer no livro de Luciano Dallo, Estrada do Colono luta de um povo (1999).

Os primórdios do atual traçado do Caminho do Colono se perdem no tempo. A Coluna Prestes, na época da revolução de 1924, [...] subiu do Rio Grande do Sul, atravessou o rio Iguaçu e passou por uma trilha primitiva do Caminho do Colono até a localidade de Benjamim Constant. Portanto, Prestes certamente não inaugurou seu uso [...]. O fato certo é o de que este caminho foi usado naqueles tempos, continuou servindo às levas colonizadoras nos tempos do Território Iguaçu e prosseguiu até muito recentemente, sustentando os avanços contemporâneos das frentes agrícolas. (DALLO. 1999, p. 89).

Todavia, mesmo sabendo da passagem da coluna gaúcha pela região, não se pode afirmar<sup>9</sup> se a picada utilizada era de fato o trilho do que posteriormente conhecemos como estrada do colono.

Segundo o Plano de Manejo de 1981, lembrando que neste período a estrada esta em pleno funcionamento, a Estrada do Colono localiza-se na parte do parque que é classificada como Zona de Uso. Esta zona,

É aquela que contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços do Parque Nacional, abrangendo habitações, oficinas e outros. Estas áreas serão escolhidas e controladas de forma a não conflitem com seu caráter natural e devem localizar-se, sempre que possível, na periferia do Parque Nacional. (PLANO DE MANEJO – Resumo Executivo. 2000, p. 22).

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.serranopolis.pr.gov.br/municipio/9/bairros>.

<sup>9</sup> Ver DIAS, E. S. Desenvolvimento regional e conservação ambiental: a “estrada do colono” como via de (des)integração do Oeste-Sudoeste paranaense. Presidente Prudente, 2006. Tese (Doutorado de Geografia), Universidade Estadual de São Paulo. Subcapítulo 1.3 A Revolta Militar de 1924, Suas consequências no Oeste do Paraná e a Estrada do Colono.

Enquanto no atual Plano de Manejo (1999), a zona que tange a localização da estrada é a Zona de Recuperação, quanto a esta,

Abrange os locais consideravelmente alterados, em que se torna necessário remover espécies exóticas, restaurando os padrões originais para que a área seja novamente incorporada a uma das zonas permanentes, já que esta é considerada uma zona transitória. O objetivo é deter a degradação e recuperar a área. (PLANO DE MANEJO – Resumo Executivo. 2000, p. 22).

A Estrada do Colono encontra-se fechada judicialmente desde 1986, mas nessas três décadas que se seguiram, desdobrou-se uma história de conflitos judiciais, físicos e de significações. Seria simples descrever o embate ambiental versus econômico, discurso este, mais comum para explicar os conflitos. Todavia a simplicidade é perigosa e costuma excluir variáveis do problema.

Tomemos aqui a estrada como um símbolo carregado de representações, do direito de ir e vir, do direito à história e à memória que carrega, e ao mesmo tempo, um símbolo de destruição e de conflito. Sobre essa compreensão conceitual, Sandra Jatahy Pesavento nos diz que:

Imagens e discurso sobre o real não são exatamente o real ou, em outras palavras, não são expressões literais da realidade, como um fiel espelho. (...) no domínio da representação, as coisas ditas, pensadas e expressas tem um outro sentido além daquele manifesto. Enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a um “outro” ausente. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente. (PESAVENTO, 1995, p. 15).

Qual seria então o real sentido encontrado pela comunidade nesta estrada ao se posicionar e apoiar a luta pela reabertura da mesma? Ou ainda, deve-se perguntar ao longo deste capítulo, a Estrada do Colono ainda existe?

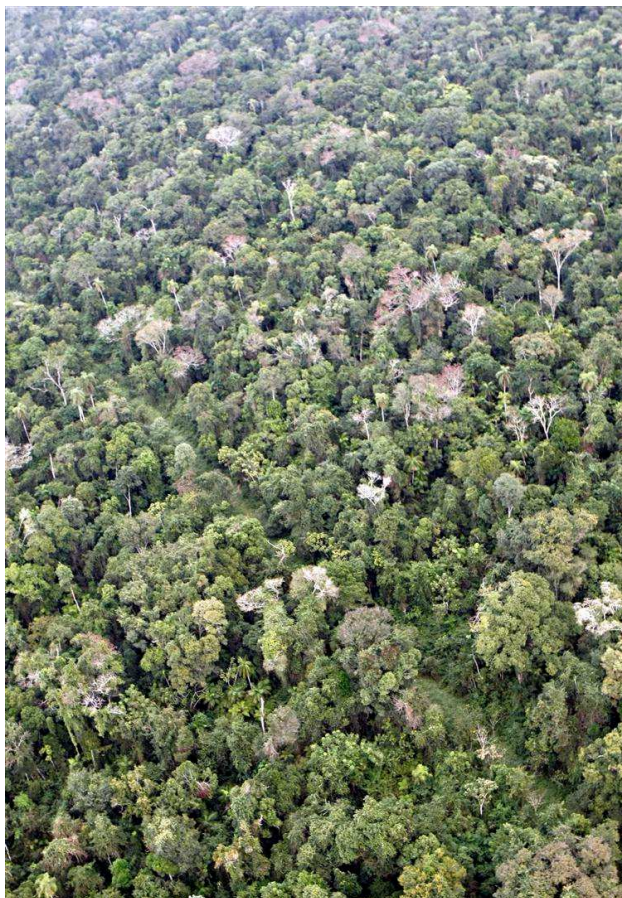
A primeira vez que me fizeram tal pergunte, eu não soube o que responder. Se procurarmos a resposta para isso no espaço físico (figura 01) a estrada já quase não existe mais, dando lugar a vegetação.

Se a estrada não existe, deveríamos nos perguntar qual valor tem esta pesquisa e outras que possuem perguntas diferentes a este mesmo objeto. Se a estrada já não existe, não há importância nas discussões feitas sobre a mesma, não há necessidade de pelejas judiciais ou quaisquer outras contendas pela mesma. Não haveria nenhum sentido em todo o debate se a estrada não existisse, e se fosse de fato assim, com certeza não ouviríamos mais falar da mesma.

A Estrada do Colono como mostra a figura 01, não é mais visível em seu espaço físico e já não pode ser transposta por ninguém. Mas não podemos negar a sua existência. A estrada perdura na memória das pessoas. Ela existe ainda em fotografias, documentos, jornais, nos projetos de reabertura, em discursos políticos, em páginas de redes sociais, e inúmeros outros lugares.

Enquanto representação do real para a população a estrada existe, ou mesmo nos processos jurídicos que ainda tramitam sobre sua reabertura, conforme a acepção de Pesavento apresentada anteriormente o imaginário evoca o ausente, é a representação do real, neste caso de um real que já não existe. Ainda a mesma autora numa acepção a Bourdieu (1995, p. 15) “as representações mentais envolvem atos de apreciação, conhecimento e reconhecimento e constituem um campo onde os agentes sociais investem seus interesses e sua bagagem cultural.”.

Figura 1 – Imagem aérea da Estrada do Colono em 2014



De tal forma podemos entender que a estrada existe no imaginário das pessoas, que a possui como forma de memória, uma memória que é mantida por ser uma bagagem cultural. Dittrich (2014, p. 05) explica que a metáfora “está vinculada à relação entre realidades, físicas ou ficcionais, que, de alguma forma, apresentam, ou poderiam apresentar, algumas características similares aos olhos do observador”, neste aspecto podemos ainda entender a estrada como uma cicatriz, assim uma marca, um sinal, um vestígio de algo que existia no real, mas agora é o resquício de memórias. Poderíamos ainda compreender ao longo do texto, um resquício que se luta por conservar, a memória da estrada se torna em si a estrada.

## 1.2 O Parque Nacional do Iguaçu

Criado em 1939, possui atualmente uma extensão de 185.262,5 hectares no extremo Oeste do Paraná, o PNI situa-se na bacia hidrográfica do rio Iguaçu e contem em sua área as conhecidas Cataratas do Iguaçu.

Na confluência entre Brasil, Argentina e Paraguai, num local com características ambientais e geopolíticas de grande importância para o continente, situa-se o Parque Nacional do Iguaçu. [...] Esse parque coleciona superlativos. A começar pelo nome: em tupi-guarani, Iguaçu significa água grande, numa referência às Cataratas que se situam dentro dos seus limites. [...] Ali, uma série de fatores geológicos, hídricos, paleontológicos e históricos - culturais justificam plenamente a sua conservação e a gestão integrada de seus recursos. (PLANO DE MANEJO – Resumo Executivo. 2000, p. 03).

O Parque representa hoje uma reserva considerável de Mata Atlântica, sendo classificado como de extrema importância biológica no estudo da *Biodiversidade Brasileira*, do Ministério do Meio Ambiente (2002). Foi reconhecido como Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO em 1986, no mesmo ano em que a Estrada foi fechada, reflexo de que a década de 1980 foi marcada por um despertar para preservação do meio ambiente.

No extremo sul, encontra seu limite no Rio Iguaçu, que a partir da foz do Rio Santo Antônio faz fronteira com a República Argentina. A reserva continua então no país vizinho com o nome de *Parque Nacional Iguazú* como apontamos no mapa 04. Os dois parques juntos somam 225.000 hectares de área protegida.

Entretanto como pode ser observado no mapa 05, o Parque vizinho possui estradas dentro de seus limites. Em sentido quase longitudinal, e não pavimentada a *Ruta 101*, que percorre 45 km dentro do Parque no sentido leste- oeste ligando *Andésito* a *Puerto Iguazú* e ainda a *Ruta 12* pavimentada com asfalto e que

atravessa a área de Reserva Nacional, contígua ao *Parque Nacional Iguazú*. Este aspecto é frequentemente levantado pelos informantes.

Quer dizer você passar pela Argentina, pelo mesmo parque e não poder passar pelo nosso Parque. (Elisane Zirth Hartmann, 20/10/2015).

Isso tem que se debater dia e noite. Na Argentina estão asfaltando o mesmo parque, a mesma estrada, passei lá essa semana. [...] Eu vou às vezes pela Argentina... Vou até na Foz, vou pela Argentina, é mais perto. E aqui antes era um pulinho, daqui a Medianeira era 58 km, agora da 253km... Isso não serve. (Plínio Barbosa de Oliveira, 20/10/2015).

O povo fala que o brasileiro, Capanema e Serranópolis não pode ter e a Argentina pode ter.[...] Por que que a Argentina pode ter estrada nesse parque[...] e porque o Brasil não pode ter? Se é o mesmo parque. (Zeno Walker, 15/07/2015).

Por que lá na Argentina passa uma estrada por dentro do parque nacional, que ela corta o rio, sabe, o próprio rio Iguazu. Lá então são 50 km e passa por dentro do parque caminhão, e passa tudo, e nunca houve problema nenhum por causa da estrada no parque deles lá, aí fizeram aquela outra ponte que vai por Wanda também, passaram por dentro do parque nacional, [...] atravessaram igual. [...] lá pode passar dentro do parque nacional, nós com 17 quilômetros e 800 metros não podemos passar, gente, isso é o fim do mundo. (Marcelino Ampessam, 24/12/2012).

Mapa 4 – Imagem de satélite: Parque Nacional do Iguazu e *Parque Nacional Iguazú*



Fonte: <http://www.midiaindependente.org/en/blue/2003/10/265223.shtml>.

Mapa 5 – Mapa *Parque Nacional Iguazú*



Fonte: <http://www.misionesafull.com.ar/principales/reservasecologicas.html>.

O PNI, no Brasil, é atualmente dirigido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que é o órgão federal responsável pela



gestão das unidades de conservação no Brasil. O ICMBio apresenta o PNI como uma reserva intocada. Observe como o mesmo é apresentado segundo o ICMBio.

O valor ambiental e a beleza das paisagens fazem dessa unidade de conservação um patrimônio inigualável. Além de estar assentado sobre o Aquífero Guarani, uma das maiores reservas mundiais de água subterrânea, o parque é considerado uma das últimas reservas florestais da Mata Atlântica e a maior reserva de floresta pluvial subtropical do mundo. (Portal Brasil, 30/01/2016).

O parque protege toda a bacia do rio Floriano, um dos afluentes do rio Iguaçu, uma raridade no sul do Brasil pela qualidade de água e de nascentes próximas à rodovia BR-277, entre Céu Azul e Santa Tereza. Além disso, o parque representa um patrimônio genético riquíssimo, protegendo uma grande parte da Floresta Estacional Semidecidual, sendo que nas porções altas, a mais de 800 metros do nível do mar, pode ser encontrada a Floresta Ombrófila Mista, ou Mata de Araucária. (ICMBio, 30/01/2016).

No entanto esta reserva já teve suas fronteiras disputadas em mais de um aspecto. A autora Lara Luciana Leal Seixas em sua dissertação Memórias dos Desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu, faz uma pesquisa detalha sobre estas disputas, de acordo com a autora (2012, p. 74 - 76) o território que hoje entendemos como o PNI é uma construção de décadas. O início da configuração da área de reserva é de 1916, com a desapropriação de 1.008 hectares de terras na extensão que compreende as Cataratas do Iguaçu em Foz do Iguaçu. Doravante em 1930 o futuro PNI tem sua primeira expansão.

Pelo Decreto nº. 2.153 o Estado do Paraná amplia para cerca de 3.300 hectares a área já desapropriada, visando a “*estabelecer uma futura povoação e um Parque Nacional*”. É ainda por meio do referido decreto que o Estado do Paraná doa as terras, consideradas devolutas, retomadas da Companhia que deveria ter construído uma estrada de ferro ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul, da divisa com o terreno Santa Maria ao Governo Federal. (Seixas. 2002, p.75).

Em 1939, depois de mais uma expansão, com a desapropriação do território antes pertencente a Jesus Val e compreendendo então 3.360,90 hectares de reserva o presidente por meio do Decreto nº 1.035 cria o Parque Nacional do Iguaçu, e estabelece que as zonas de fronteiras, o que inclui o recém formado PNI, são pertencentes a União.

Seixas ainda relata a incorporação de terrenos que antes pertenciam a Colônia de São João, neste período, por problemas com as indenizações, conclui Ricobom (2001, p.36) que estas terras foram revendidas e deram origem a vários



núcleos populacionais, como Santo Alberto do Iguaçu, São José do Iguaçu, Índios, Iguaçulândia, Capoeirinha, entre outros.

Na década de 1960, de acordo com Ostrovski (2002, p.104), houve a instalação de forma equivocada das colônias Santo Alberto e São José dentro dos limites do PNI, que chegaram a abrigar 450 famílias. Essa situação só vai se resolver em 1970, quando é firmado um acordo entre o INCRA e o IBAMA para que fossem reassentadas as famílias moradoras de tais colônias.

Somente em 1981, com o Decreto nº 86.876, o parque estabeleceu suas fronteiras como os conhecemos atualmente, (Seixas. 2012, p.78). Segundo a autora, está incluso o leito do rio Iguaçu e as ilhas ali existentes, bem como também exclui a área ocupada pela cidade de Santa Tereza do Oeste, cerca de 1.400 hectares. São seus limites atuais: Rodovia BR – 277 (norte), rio Gonçalves Dias (leste), rio Iguaçu (sul), por fim o rio São João e estrada velha de Guarapuava (oeste).

Hoje o Parque Nacional do Iguaçu abrange (RICOBON. 2001, p. 150) parte das áreas dos municípios de Céu Azul, Foz do Iguaçu, Matelândia, São Miguel do Iguaçu e Serranópolis do Iguaçu. A área dos cinco municípios perfaz um total de 375.283 hectares, da qual 185.262,5 hectares são ocupados pelo Parque. Segundo o Plano de Manejo, documento pelo qual se delimita as atividades e fronteiras do parque, atualmente o PNI encontrasse configurado como mostra o mapa 06.

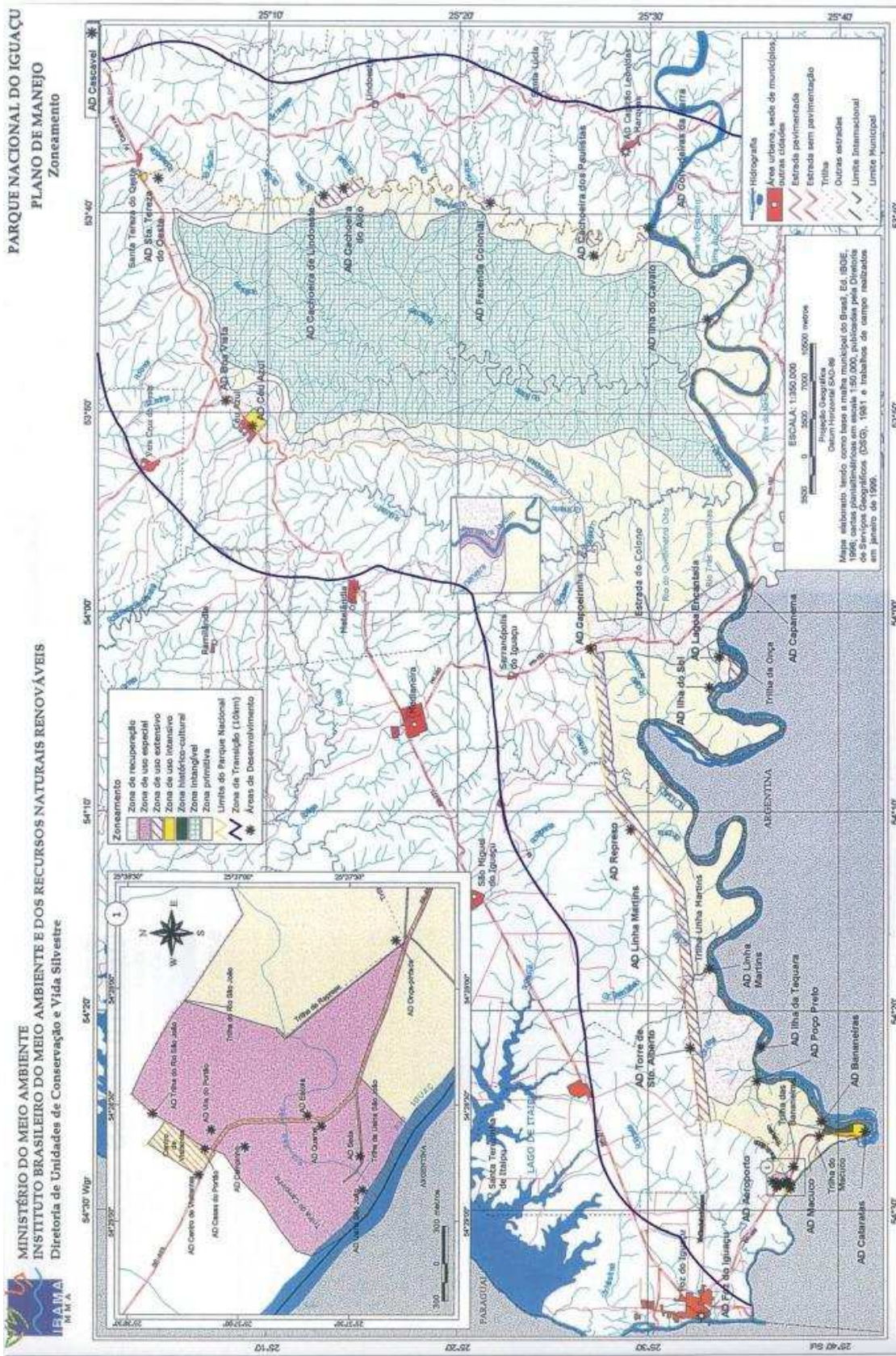
Observa-se que um dos principais impasses no que diz respeito à Estrada do Colono é justamente o plano de manejo que deveria ser atualizado a cada cinco anos pelo IBAMA. Legalmente somente com a mudança de *status* neste documento no que tange este território, assunto este que torna a se repetir em outros trabalhos que visam os conflitos da estrada do colono. Por outro lado, apesar de inúmeros panfletos enumerarem a necessidade da revisão de tal documento, ou do mesmo ser facilmente encontrado na biblioteca pública da cidade, durante as entrevistas em nenhum momento, as fontes levantaram memórias que tratassem sobre o plano de Manejo.

Atualmente o PNI através das Cataratas do Iguaçu é um dos maiores atrativo turísticos do país, tendo recebido em 2015, 1.642.093 visitantes<sup>10</sup> de 172 nacionalidades.

---

<sup>10</sup> <http://www.cataratasdoiguacu.com.br/portal/paginas/500-1-642-093-visitaram-o-parque-nacional-do-iguacu-em-2015.aspx>.

Mapa 6 – Áreas de Influência do Parque Nacional do Iguaçu



FONTE: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre. Parque Nacional do Iguaçu. Plano de Manejo. Resumo Executivo, 2000  
 NOTA: modificado

### 1.3 Os Conflitos

A partir da década de 1970, a relação do meio ambiente com o ser humano tende a se modificar. Até esse momento no Brasil, mediante os projetos de colonização o que tínhamos era o “mato” como um inimigo, um transtorno na vida dos sujeitos que estavam se estabelecendo no território ou mesmo urbanizando-o, de tal forma que derrubadas de florestas eram praticas do dia a dia.

Visualizamos então uma mudança de mentalidade, quando o país encontra-se numa crescente “onda verde”. O Brasil não era um caso isolado, a questão ambiental estava sendo debatida em âmbito internacional<sup>11</sup> o que resultou na Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente humano, conhecida como conferência de Estocolmo em 1972. O seu reflexo direto no país é a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA. Neste período também os primeiros partidos ambientalistas estavam surgindo, e políticas para conservação da fauna e flora vinham ganhando força e visibilidade. De acordo com Dias.

Não menos importante é o fato de ser na década de 1980 que o Ministério Público Federal passa por uma reestruturação pela qual a defesa do meio ambiente torna-se uma de suas prioridades, utilizando-se da ação civil pública. Isso é deduzido a partir do relato fornecido por Gurgel, sub-procurador geral da República: Em 1985, a Lei nº 7.347, de 24 de julho, confere ao Ministério Público a legitimidade para propor ações civis públicas inicialmente em defesa do meio ambiente, do consumidor e de bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Inicia-se naquele momento a atuação sistemática do Ministério Público Estadual e Federal em prol do meio ambiente. (DIAS. 2006, p. 195).

Neste percurso, segundo Bonassa (2004, p. 13-14) na década de 1980, no que concerne a estrada do colono, dois importantes documentos estavam sendo desenvolvidos por órgãos públicos. Primeiramente o Plano de Manejo do PNI em 1981, o qual se referia à existência da Estrada do Colono da seguinte forma.

Estrada não asfaltada ligando os municípios de Medianeira e Capanema. Numa extensão de 18 km através do Parque, no sentido norte-sul, ela possui de 10 a 15 metros de largura. Sua construção foi realizada pelo DER-PR posteriormente à criação do Parque, sem que na época tivessem sido tomadas providências a respeito, e atualmente tem apreciável trânsito de passageiros e cargas; a transposição do rio Iguaçu no Porto Moisés Lupion efetua-se por balsas. De longa data, vem se pugnando pelo fechamento dessa

<sup>11</sup> Ver: PASSOS, P. N. C. A conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. *Direitos Fundamentais e Democracia*. Curitiba, v. 06, p. 01-15. 2009.

Estrada, sem lograr êxito. Do ponto de vista técnico, essa Estrada deve ser fechada e passar para uso exclusivo do Parque (manutenção, proteção, fiscalização e pesquisa). (Plano de Manejo do PNI. 1981. Citado por BONASSA. 2004, p.13).

A BR-163 é uma rodovia longitudinal do país, tendo início em Tenente Portela no sul do Brasil, percorre o país pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Pará, encontrando neste ultimo seu fim na cidade de Santarém. Atualmente a BR-163 contorna o PNI desde o município de Capanema até Cascavel, todavia anteriormente o ligamento Sudoeste/Oeste por essa mesma estrada era feito entre Capanema – Serranópolis do Iguçu utilizando a estrada do colono.

Apesar do plano de manejo, citado acima, ter então como um dos principais objetivos interditar a BR-163, no trecho conhecido como estrada do colono, durante mais alguns anos esta continua mantendo seu tráfego normalmente.

A situação se modifica em 1986 quando o Estado do Paraná através do Departamento de Estrada de Rodagem – DER, passa a desenvolver o segundo documento que trará impactos sobre a estrada, um novo plano rodoviário para o estado, o qual incluía o asfaltamento da estrada do colono.

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, órgão responsável pela manutenção do Parque, tendo em vista as concepções do plano de manejo se posiciona como contrário à obra.

O DER prosseguiu com o intuito de propiciar a modernização da área, apresentando ao IBDF um projeto que aliasse a preocupação ambiental com o funcionamento da estrada, assim tornando-se a primeira estrada parque regional.

[...] O projeto atende a sinuosidade da Estrada existente [implantando] de ambos os lados uma cerca alambrada com tela galvanizada [...] com 2 m de altura útil. O projeto prevê, ainda, um moderador de velocidade de veículos com a construção de sonorizadores e lombadas em pontos convenientes distanciados a cada 3 km. Para a preservação da fauna, deverá ser implantada nos cursos d'água [...] uma passagem para animais, sob obras de arte especiais, construídas de placas de concreto armado de 10m de vão com altura de 2m, formando corredores de ligação entre ambos os lados do parque [...] com o propósito de impedir a saída dos animais para o corpo da Estrada, ou seja, garantir a permutação de ambiente dos seres silvestres. (IBAMA. 1999, citado por BONASSA. 2004, p.14).

O plano rodoviário do DER acaba por chamar atenção de instituições ambientais, uma delas a Associação de Defesa e Educação Ambiental - ADEA



manifestou-se a favor da ação civil pedindo o fechamento da estrada. Apresentada de acordo com Ostroviski (2002, p.111) pelo senhor Arnobio Ricardo da Silva, presidente da Associação de Defesa do Meio Ambiente de Foz do Iguaçu (ADEAFI), em nome do Partido Trabalhista Brasileiro no dia 04/06/1986.

Como consequência, no dia 10 de setembro do citado ano, o juiz da 1ª Vara Federal de Curitiba concedeu liminar determinando o fechamento, que se efetivou em 12 de setembro, por agentes da Polícia Federal, auxiliados pelas Polícias Rodoviária Federal e Florestal. (BONASSA. 2004, p.14).

Em resposta a ação civil, nasceu a AIPOPEC – *Associação de Integração Comunitária Pró-Estrada do Colono*, no dia dezoito de outubro de 1986, uma ONG formada por comerciantes e políticos da região. A qual passará a representar os municípios do Oeste e Sudoeste judicialmente, bem como se tornará o principal “agente” na organização da comunidade em movimentos pela reabertura. De acordo com OSTROVISKI.

Sua principal finalidade é promover a integração comunitária regional, estadual e interestadual com uma postura de neutralidade política. Também propõe a defesa e a preservação dos recursos ecológicos de todo o Parque Nacional do Iguaçu, assim como denunciar as agressões nele feitas. (2002, p. 111).

A AIPOPEC também passa a assumir um discurso de desenvolvimento sustentável e da participação da população nos projetos ambientais para que estes sejam agentes de cuidado do PNI. A partir desse discurso algumas administrações municipais (DIAS. 2006, p. 196) desenvolvem ações de cunho ambiental, dos quais destacamos os projetos de educação ambiental, o combate a extração ilegal de palmito do parque, recomposição da mata ciliar e ainda no município de Capanema houve um grande incentivo a agricultura orgânica<sup>12</sup> principalmente na região em torno do PNI.

Conforme destaca Ostrovisk (2002, p. 112) o processo referente à reabertura da Estrada do Colono é longo. Segundo ele em 1988, os municípios de Medianeira, Capanema, Planalto, Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Barracão, Vera Cruz do Oeste, Pranchita, Santo Antônio do Sudoeste, Marechal Cândido Rondon, Céu Azul, Santa Isabel do Oeste, São Miguel do Iguaçu, Santa Helena, Missal e

<sup>12</sup> Ver: TOMASETTO, M. Z. C.; LIMA, J. F.; SHIKIDA, P. F. A. Desenvolvimento local e agricultura familiar: o caso da produção de açúcar mascavo em Capanema – Paraná. *Interação*. Campo Grande, v. 10, n. 01, 1º semestre. 2009.

Matelândia e, ainda, a Associação Comercial e Industrial de Medianeira e Associação Comercial e Industrial de Capanema ingressam com o pedido de apelação ao Tribunal Federal de recursos, para que fosse revogada a liminar que concedia a interdição da estrada.

O juiz federal da 1ª Vara no Paraná, Rubens Raimundo Hadad Viana, no dia vinte de junho de 1990, profere sentença mantendo, em caráter definitivo, o fechamento do Caminho do Colono, o que motiva a AIPOPEC na busca de recurso em esfera superior, objetivando provar, através de perícia no Parque Nacional do Iguaçu, que a estrada não é fator de depredação. (OSTROVISKI. 2002, p.112)

O Estado do Paraná foi indicado para prover os honorários periciais, (BONASSA. 2004, p.14) para demonstrar que o asfaltamento da Estrada não traria prejuízos à fauna e flora, tendo em vista o projeto da Estrada Parque Regional. Todavia o Estado não concorda com a forma do pagamento, e acabou por se afastar do processo, oficialmente em 1994.

Os tramites judiciais prosseguiram pelos anos de 1994, 1995 e 1996 quanto o processo retorna ao Tribunal Federal Regional de Curitiba no início de 1997.

A AIPOPEC então apresenta em maio de 1997, uma proposta de Integração Regional do Parque Nacional do Iguaçu, num documento elaborado pelo Engenheiro Florestal Arnaldo Carlos Muller, que teria como proposta,

Integrar o *Parque* às necessidades da região, nos aspectos econômicos (ecoturismo, desenvolvimento agro-silvo-pastoril, desenvolvimento agro-industrial, adequação da malha viária), culturais (turismo cultural), políticos (“parcerias inter-institucionais”), ambientais (centros de pesquisa, educação e restauração ambiental, conservação de solos, destino adequado de resíduos, corredores de biodiversidade). Porém, segundo a AIPOPEC, o que tornaria todas as propostas viáveis seria a Estrada aberta, “dentro de uma visão moderna do desenvolvimento sustentado”, onde a Estrada tornar-se-ia um “benefício efetivo para o Parque Nacional e para toda a região”, uma vez que todos os impactos ambientais seriam devidamente controlados e, conseqüentemente, minimizados; permitindo assim que a Unidade de Conservação fosse valorizada. (BONASSA. 2004, p.16).

O jornal O Presente, de Marechal Cândido Rondon, no dia 18 de Abril de 1997, lançou um caderno especial sobre a estrada do colono, intitulado “Estrada do Colono – Abre-se um novo caminho”. Logo na primeira página traz em destaque informações sobre o projeto integrador da AIPOPEC, fazendo a cobertura do seminário realizado em Medianeira no dia 15 de Abril de 1997 para apresentação do projeto para a comunidade. A matéria ainda destaca a presença das seguintes

“autoridades”: deputado Irineu Colombo; o presidente da AMOP, Rogério Pasquetti; o prefeito de Serranópolis do Iguaçu, Nilvo Perlin; o prefeito de Medianeira, Luiz Suzuke, o coordenador da AIPOPEC, Marcos Pagani; o vice-prefeito de Capanema, Carlinhos Carboni e o engenheiro florestal Arnaldo Carlos Muller.

O jornal segue apresentando a projeto da seguinte forma,

Uma nova proposta esta surgindo para tentar a reabertura da Estrada do Colono. É algo muito mais abrangente do que a própria estrada, envolvendo todo o Parque Nacional do Iguaçu, que está em total abandono. O que se pretende é a preservação do parque sem ferir os valores históricos do “caminho do colono” e seu patrimônio cultural. É preciso lembrar que parte da grandiosidade do parque deve-se ao senso de responsabilidade do povo do oeste e do sudoeste paranaense. Jornal o Presente (1997, p.01).

Os jornais regionais do período deram muito espaço para o novo projeto de Estrada Parque apresentado pelo AIPOPEC. O jornal Folha do Sudoeste (Abr. 1997, p.09) anunciava a presença de mais de 250 pessoas no seminário acima referido. Observe ainda mais algumas manchetes de jornais sobre o seminário e o próprio projeto de integração com o parque.

- AMSOP apoia luta pela reabertura da Estrada do Colono – Jornal Opinião (Mai. 1997, p.10).
- Oeste e Sudoeste renovam luta pela reabertura da Estrada do Colono – Jornal de Beltrão (Abr. 1997, p.04).
- Estrada do Colono: Sudoeste e Oeste renovam a sua luta – Diário do Povo (Abr. 1997, p.08).
- Comissão vai pedir reabertura do parque – O Estado do Paraná (Abr. 1997, p. 14).
- AMSOP apoia Parque Nacional do Iguaçu – Diário do Sudoeste (Mai. 1997, p.05).

Edson dos Santos Dias em sua tese de doutorado, Desenvolvimento Regional e Conservação Ambiental: a “Estrada do Colono” como via de (des) integração do Oeste – Sudoeste Paranaense, aborda a relevância da mídia escrita nos conflitos da Estrada do Colono em seu subcapítulo 3.1 – O papel da imprensa na cobertura do conflito envolvendo a estrada do colono. Segundo este autor (2006, p. 172) as manifestações e ocupações da estrada pela população pretendiam chamar a

atenção da mídia, procurando lançar o assunto “estrada do colono” para o debate, e assim sensibilizar o meio político.

De acordo com o levantamento das fontes escritas feito por Dias, os movimentos pró – abertura ganharam espaço na mídia, principalmente no mês de maio de 1997, que marca o início do envolvimento da população nas manifestações. Após isso, em 1998 na comemoração de um ano de reabertura houve uma cobertura dos jornais regionais, e uma maior repercussão no ano de 2001 com o fechamento pela Polícia Federal.

Seguindo a análise de Dias, temos que,

Outra afirmação, [...] é a constatação de que os jornais de circulação local têm um posicionamento declaradamente favorável (31,1%) [o restante foi classificado como neutra] à reivindicação pela reabertura da estrada – não encontramos nenhum artigo que pudesse ser classificado como desfavorável. Já na imprensa nacional predominam matérias com teor contrário (55%) às tentativas de reabertura da via – não encontramos nenhum artigo favorável. [...] Em resumo, por um lado, especialmente nos momentos de confronto (ocupação e desocupação da Estrada do Colono), a imprensa teve a função de registrar a reivindicação dos integrantes do movimento pró-reabertura na pauta de debate nacional, não deixando o assunto “cair no esquecimento”, por parte dos governos, dos políticos e da Justiça; logo, essa repercussão estava contemplada nas estratégias da AIPOPEC. Por outro lado, a referida repercussão se manifestava desfavoravelmente junto à mídia nacional, apesar do apoio dos jornais locais. (DIAS. 2006, p. 184 – 185).

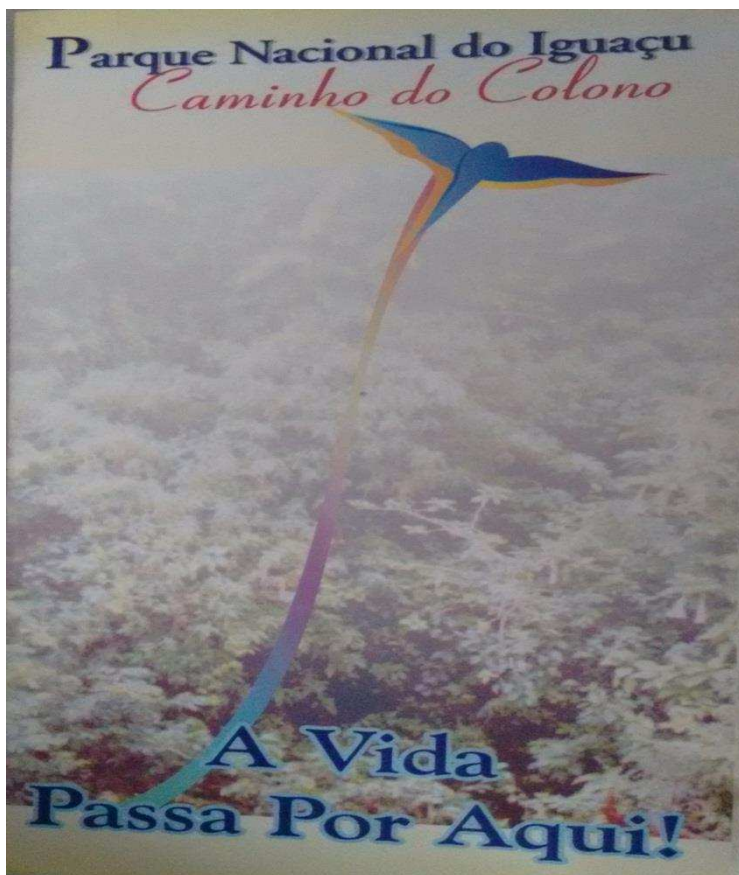
Podemos conjecturar então, se o fato de as mídias regionais se posicionarem sempre a favor ou no máximo de forma neutra, influência a comunidade local. Como entendemos que os jornais são um suporte de memória, o fato dos jornais locais ainda hoje falarem sobre a estrada como aponta nosso informante Norberto Lamp “olha até no Trombeta apareceu uma reportagem poucos dias atrás” (13/07/2015), contribui para o reavivamento das discussões entre a população hoje.

Em 1997, com o novo plano integrador, a AIPOPEC vinha construindo uma imagem voltada à sustentabilidade entre PNI e a estrada do colono. Nesse período adota-se o nome *caminho* do colono juntamente com uma logomarca (figura 02) que vai acompanhar todas as mobilizações, e ainda hoje, mesmo que pouco frequente, ainda é possível encontrar adesivos na cidade com ela.

Com esta nova imagem de “amigos do parque”, foi planejado uma mobilização que ajudasse a “sensibilizar” e pressionar os tramites legais para o dia 13 de maio (figura 03).



Figura 2 - Logomarca Caminho do Colono



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

O que se pode dizer com toda certeza é que tentamos usar de toda diplomacia possível. [...]. Em 20 de agosto de 1996, após Marcos e o nosso advogado terem saído do STF, decepcionados mais uma vez pela falta de avanço nas negociações, chegaram à conclusão que esse assunto só seria resolvido se houvesse uma radicalização. Então, [...] decidiram que a Estrada do Colono teria que ser ocupada e que essa ocupação, deveria ser articulada com os novos prefeitos que estavam entrando, para haver mais motivação [...]. (DALLO em entrevista com Marcos Pagani. 1999, p. 138).

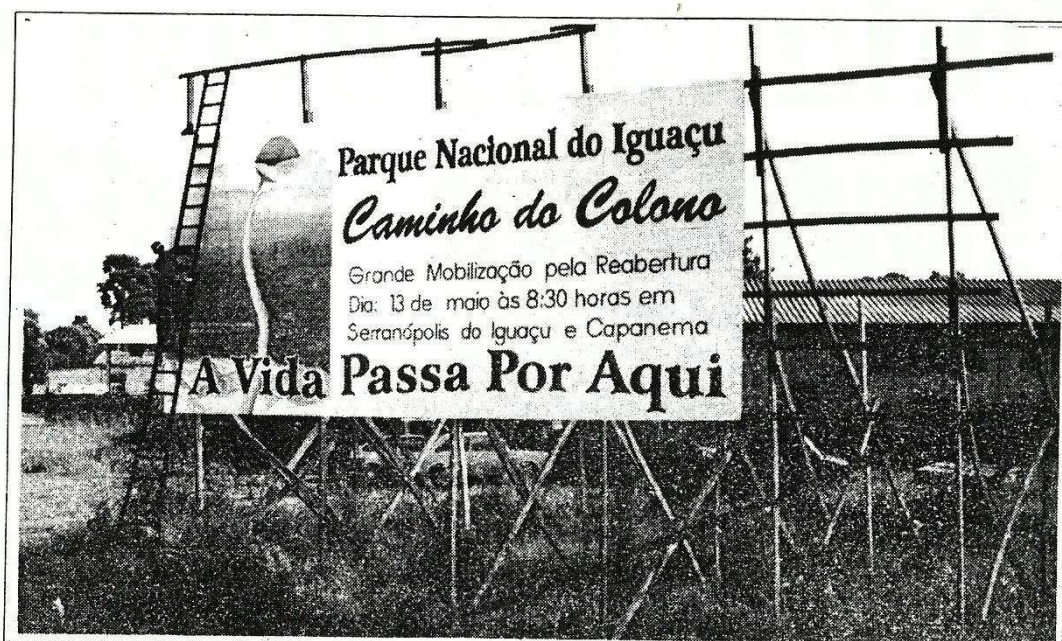
No dia 08 de Maio do mesmo ano mais de 1500 moradores (GAZETA DO POVO. 1997, p. 36) dos municípios limieiros “adentram o Parque Nacional levando barracas e lonas com o objeto de permanecer acampados até que haja uma solução para a reabertura da estrada”, a estratégia consistia assim em pressionar para que se consolidasse um parecer jurídico favorável a reabertura. Desta forma, afirma Ostroviski (2002, p.115) que enquanto aconteciam as manifestações paralelamente a AIPOPEC protocola no TRF um pedido para que seja derrubada a liminar que fechou a estrada.

De acordo com o presidente da Associação Comercial de Capanema e um dos integrantes do movimento, Edson Compagnolo, o objetivo dos moradores é conscientizar um maior número de pessoas para a manifestação do dia 13, além de chamar a atenção das autoridades pra negociar o Projeto de Manejo do Parque, que seria implantado junto à reabertura da estrada. (GAZETA DO POVO. 1997, p. 36).

Essa data marca o início do envolvimento da população local nas manifestações. A ocupação se deu simultaneamente em Capanema e Serranópolis do Iguçu, derrubando a vegetação e refazendo o traçado da estrada do colono. Essa decisão de invasão foi pautada, segundo Bonassa (2004, p. 17) em uma brecha encontrada na sentença de 1986, que fechou a estrada, a qual proíbe o tráfego de veículos, mas não especifica quanto a transito a pé pelo trecho.

Esse foi um momento muito importante, pois desde o fechamento da Estrada em 1986, a população não teve mais acesso a ela. Assim, com o tempo, um matagal a cobriu. Antes de qualquer coisa, esse capim tinha que ser retirado [...]. Então, o povo se reuniu, marcou uma data e partiu para a batalha, onde ficaram dias roçando. (DALLO. 1999, p. 129).

Figura 3 – Outdoor em Capanema



Outdoors estão sendo afixadas em toda região, convidando a sociedade a participar do movimento no dia 13.

Logo após no dia 09 de maio, (DIAS. 2008, p.207) a juíza substituta, Cristina Rocha da 1º Vara Civil da Justiça Federal, em Curitiba concede a reintegração de posse e ainda conforme noticiado pelo jornal O Estado do Paraná (1997, p. 15) “determina ainda que a retirada dos ocupantes seja feita pelo IBAMA, com o auxílio da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal se necessário”.

No entanto a desocupação da estrada não acontece. Conforme noticiado pelo O Estado do Paraná (1997, p.15) “A decisão de retirar os manifestantes não foi cumprida. E hoje eles somarão 20 mil”. Ocorre no dia 13 de Maio de 1997, feriado facultativo (Diário do Povo, p. 06, 1997) em varias comunidades da região, à manifestação em Capanema e Serranópolis do Iguaçu simultaneamente (figura 04), a ideia era realizar um abraço simbólico no PNI. Para isso a população se reuniu no Porto Moisés Lupion e em Jardinópolis<sup>13</sup>, onde aconteceriam atividades durante a manhã, incluindo uma missa ecumênica, e a tarde a população seguiria para a Estrada, para o simbólico abraço.

A mobilização de hoje está programada para a partir das 9 horas, em dois locais, um em cada ponta da estrada. Começa com culto ecumênico e manifestações artísticas. Na sequencia haverá manifestação de autoridades políticas e empresariais da região e de todo o Estado. E o ponto alto da manifestação deverá ser um grande abraço ecológico ao PNI, unindo os ocupantes dos dois lados e, simbolicamente, as duas regiões do Estado: Oeste e Sudoeste. (JORNAL DE BELTRÃO. 1997, p. 12).

No que concerne à ocupação pela população, foi um dos assuntos mais “sensíveis” durante as entrevistas, foi um ponto onde os sujeitos evitam dar detalhes, como também evitam se colocar como sujeitos ativos no que se refere às manifestações. Observe alguns relatos.

Eu às vezes ia lá e via o movimento, agora participar e acampar lá não. Mas a gente ia lá ver o movimento, tinha bastante gente acampado lá. A gente um pouco era curioso também, queríamos ver o que acontecia se abria a estrada... Pois no primeiro tempo a gente se sentia prejudicado. Porque a gente nunca não queria que fosse fechar, mas fecharam. (Eno Felício Schwengber. 13/07/2015).

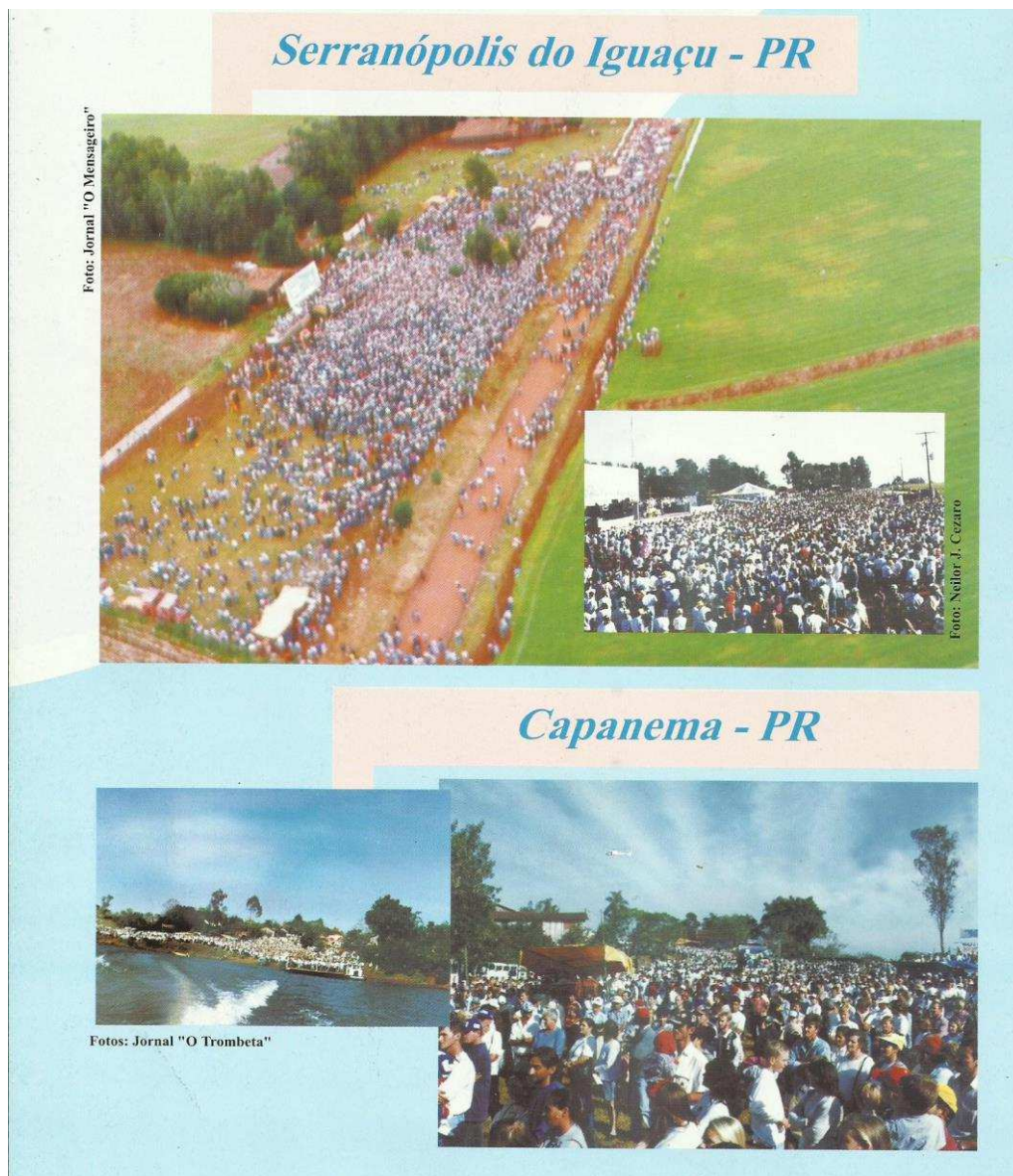
Não fui a nenhuma manifestação, teve alguns até da família que participaram, mas eu não sei citar nome hoje. Eles queriam que reabrisse. (Jandir Antonio Konzen. 21/10/2015).

---

<sup>13</sup> Esses são os extremos da Estrada, o Porto Moisés Lupion em Capanema junto ao Rio Iguaçu, e Jardinópolis a localidade do Município de Serranópolis do Iguaçu.



Figura 4 - Manifestação Maio de 1997



Fonte: DALLO, L. Estrada do Colono a luta de um povo. Francisco Beltrão: Grafit - 1999.

Bom... Teve até uma época que a gente descia daqui até lá [nos acampamentos na estrada do colono] depois do expediente. Tinha lá o barraco que era do banco também, e fazíamos lá uma janta, ficava lá cantando , jogando conversa fora... Íamos por causa do banco, o pessoal todo foi, dai a gente não ia ficar pra trás. O comércio também pediu pros funcionários participar... Dai os funcionários participaram... Dai as esposas participaram, iam as famílias todas do banco. (Norberto Lamp. 13/07/2015).

Usei a estrada e inclusive ajudei a abrir ela quando estava fechada, [...] o que temos que colocar aqui [...] é que na época da Estrada do Colono por ela estar fechada desde 86 [...] houve uma comoção

social, todo mundo queria ver a estrada aberta. Só que em virtude da comoção social, como é em tudo hoje na política brasileira, isso foi usado com um intuito político. Que hoje ninguém mais se envolve nisso porque qualquer motivo que se tem para abrir essa estrada se acha que é motivo político. Por isso não se consegue mais uma comoção social. (Carlos Alberto Dorigon. 16/07/2015).

A fala do senhor Dorigon, retrata outro “temor” no que condizem as manifestações pela reabertura da estrada por parte da população, a de ser vista como “massa de manobra” política. É perceptível a existência da questão política emaranhada nos debates sobre a estrada. Desde 1986 quem aparece na mídia com propostas de abertura são políticos, mesmo o principal agente pró-estrada do colono, a AIPOPEC, em grande parte agia em conjunto com prefeitos da região como apresentado pelos jornais e também visto no trecho da entrevista<sup>14</sup> de Marcos Pagani ao autor Luciano Dallo apresentado à cima. A grande manifestação popular, como é chamada à invasão de 08 e 13 de maio de 1997, não foi espontaneamente popular como podemos perceber ao longo do texto, foi planejada e promovida pela AIPOPEC junto com associações comerciais e prefeituras da região. Observe o que é relatado sobre a coordenação da manifestação,

Trabalharam de agosto de 96 até janeiro de 97, articulando a estrutura desse movimento, conversando com as pessoas certas tais como os novos prefeitos, em reuniões de fins-de-semana explicando a estratégia. [...] a ideia de que a Estrada teria que ser ocupada, [...] com o apoio da população, arrecadação de fundos das prefeituras e com participação de iniciativa privada [...]. Todo o trabalho de organização foi realizado em absoluto sigilo. Apenas no dia 08 de maio de 1997 as pessoas certas ficaram sabendo. A imprensa e certas autoridades não faziam ideia do que aconteceria, tudo foi muito bem feito. (DALLO. 1999, p. 138).

Essa perspectiva de uso político dos conflitos da Estrada do Colono é objeto de pesquisa no terceiro capítulo da dissertação Parque Nacional do Iguaçu e comunidades do entorno: gestão de conflitos, de Eliana Cristina Bar que afirma,

A utilização política dos conflitos entranhados no enredo sobre o fechamento da Estrada mostrou-se importante para manter as dificuldades de diálogo entre as populações do entorno e a administração do PNI. As divergências que envolvem os interesses diversos da política partidária municipal e regional e as pessoas destas localidades contribuem nessa problemática. (2009, p.116).

---

<sup>14</sup> Essa entrevista pode ser encontrada na íntegra no livro Estrada do Colono a luta de um povo, de Luciano Dallo. 1999, p. 135- 141.

Em uma entrevista a Gazeta do Paraná, o administrador de empresas José Álvaro, e integrante da Sociedade de Preservação e Estuda da Vida Selvagem – SPVS, afirmou que “os líderes locais, usando dessa desculpa simplista, estão insuflando a população ao conflito, por interesses eleitoreiros.” (1997, p. 14). Apesar deste tipo de afirmações, nenhum político conseguiu de fato “despontar” na região, tendo mesmo o candidato a prefeito Carlinhos Carboni (PT) que integrou a direção da AIPOPEC, perdido a eleição de 2004.

Todavia não se deve negar a questão política dentro dos conflitos, devemos perceber as manifestações não como massa de manobra, se elas não foram espontâneas, e sim organizadas pela AIPOPEC em todo caso houve uma grande adesão popular a elas. Observando falas como a de Elisane Z. Hartmann, “Ouço bastante [falar da estrada do colono] principalmente quando vem pedir voto pra campanha” (20/10/2015) ou ainda na fala do senhor Dorigon apresentada à cima, a população tem consciência do uso político feito da estrada.

Como esperado a invasão trouxe novidades no processo da estrada, mesmo não sendo um movimento espontaneamente popular, a população compareceu como visto na figura 04, reabriram a estrada inclusive para transito de veículos, “as roçadas já terminaram e a estrada está totalmente livre. [...] Foi liberada a passagem de veículos e segundo os líderes do movimento pelo menos 15 mil pessoas passaram pelo local” (FOLHA DE LONDRINA. 1997, p. 06).

Os acampamentos junto à Estrada do Colono garantiram a pressão popular quanto ao processo jurídico da estrada, “mais pessoas entraram no Caminho nas ultimas horas, com propósito de reafirmar a decisão tomada desde sua ocupação, de só saírem após a decisão da Justiça, no processo que tramita no Tribunal Federal, em Porto Alegre” (DIÁRIO DO POVO. 1997, p. 07).

O resultado esperado pelos municípios lindeiros ocorreu no dia 27 de Maio (Diário do Sudoeste. 1997, p.09), quando o presidente do STR – Supremo Tribunal Regional da 4ª região, de Porto Alegre, Pedro Máximo Pavão Paim Falcão, cassou a liminar que mantinha a Estrada fechada.

A decisão anunciada no final da tarde de ontem, foi recebida com muita festa nos municípios lindeiros do PNI e, de certa forma, em todos os municípios das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. De acordo com o juiz o fechamento da estrada causou uma “grave lesão à ordem e à economia dos municípios”. O parecer diz ainda que “o afã de promover a conservação ambiental não pode redundar na crença espúria que progresso econômico e social da comunidade

tenha necessariamente de acarretar prejuízo ao ecossistema”. (JORNAL DE BELTRAO. 1997, p.12).

Mesmo a liminar do fechamento da estrada suspensa, o processo ainda não havia sido julgado, ainda não existia um desfecho definitivo para a estrada. Desta forma, segundo Dias (2006, p. 208) o movimento pró-reabertura procurou criar condições para a utilização e manutenção da estrada. De acordo com o autor (2006, p. 208) daí nasceu o “Movimento Amigos do Parque Nacional do Iguaçu”, uma organização que ficaria responsável pela administração da estrada.

Pelo fato de efetuar atividades sem amparo legal, no caso administrar uma via dentro de uma unidade de conservação federal e cobrando pelo seu uso, o movimento Amigos do Parque foi apresentado como sendo um agente que não se confundia com a AIPOPEC, numa clara tentativa de desvincular a Associação (que era legalmente institucionalizada) de atos irregulares. (DIAS. 2006, p.209).

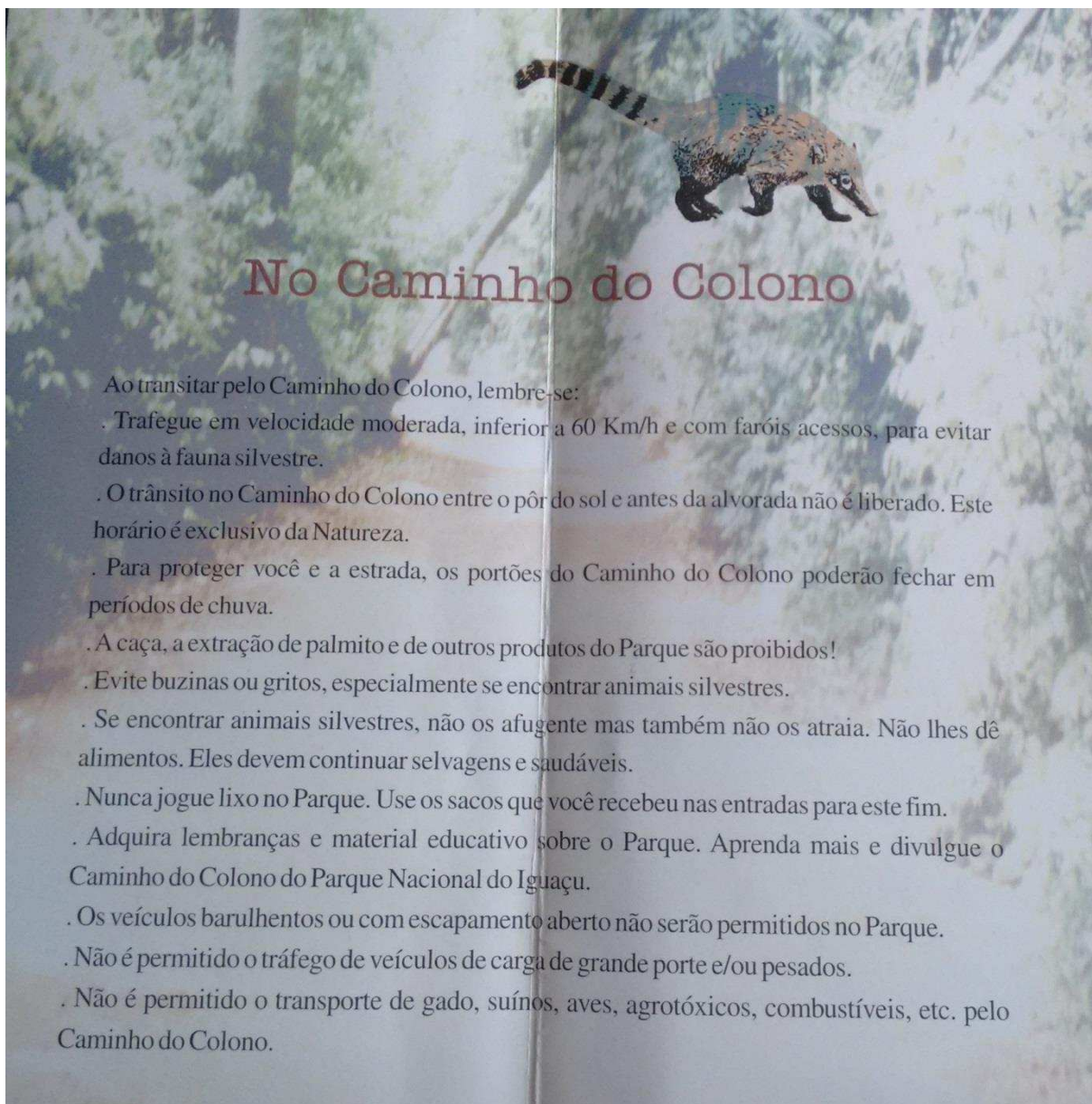
A estrada iria ser reaberta para passagem de veículos, mas sob certas condições, propostas mesmo pela AIPOPEC, isso estaria de acordo com seu projeto de Integração entre meio ambiente e a estrada, por conseguinte podemos observar nos panfletos produzidos pela AIPOPEC (figura 05) distribuídos aos viajantes que utilizavam a estrada, contendo algumas normas sob a mesma.

As prefeituras de Capanema e Serranópolis providenciaram o depósito de cascalho no leito original (O Estado do Paraná. 1997, p. 13.), também a construção de um “bueiro sobre um riacho que corta o parque” (FOLHA DE LONDRINA. 1997, p.03) e os acampamentos são por fim desfeitos. Em 12 de Junho a estrada é reaberta, “antes mesmo da liberação do tráfego, uma caravana de veículos se formou nos extremos do Parque aguardando a permissão para passagem”. (GAZETA DO POVO. 1997, p. 36.).

Nas duas entradas, do PNI foram construídas guaritas. Também foram colocadas correntes para impedir a passagem fora do horário permitido. “Será cobrada, junto com o valor da balsa, uma taxa de circulação pelo parque. Todo o valor arrecadado será usado para conservar a estrada, e, também para pagar as pessoas que trabalham nela”. Explica Edson Campanholo, diretor da Associação Comercial e Industrial de Capanema. (JORNAL DE BELTRÃO. 1997, p. 12).



Figura 5 – Panfleto produzido pela AIPOPEC e distribuído na Estrada do Colono



Fonte : Arquivo pessoal da autora.

Esse novo contexto provocou a reação imediata dos agentes contrários à estrada do colono, “entidades ambientais entraram com ação de responsabilidade contra as lideranças que promoveram a invasão da Estrada do Colono, independentemente da desocupação [...]” (GAZETA DO PARANÁ. 1997, p. 11). diante disso o IBAMA preparou um relatório intitulado A ‘Estrada do Colono’ e o *Parque Nacional do Iguaçu*, elaborado pelo engenheiro Sérgio Brant Rocha, onde procurava relatar os argumentos que demonstrassem que a estrada comprometia a



integridade do PNI enquanto unidade de conservação ambiental (DIAS. 2006, p. 210; BONASSA. 2004, p. 17-18).

Com as continuas disputas, e o processo ainda tramitando na justiça em 24 de Junho de 1997 o Juiz da 1ª vara da Justiça Federal de Curitiba, Zuudi Sakakihara determinou o fechamento da Estrada e a população mais uma vez acampa no PNI.

Logo que a decisão do STF foi informada, representantes do movimento pró-reabertura voltaram a invadir o parque [...] segundo informações, entre 350 e 400 pessoas estão acampadas dentro do parque e eles garantem que vão manter a estrada aberta ao trafego de veículos. (GAZETA DO POVO. 1997, p. 36).

O IBAMA e a AIPOPEC passam a negociar enquanto a estrada novamente encontra-se fechada. O IBAMA pede um prazo de 90 dias para avaliar e atualizar o Plano de Manejo do PNI. Este prazo não é cumprido, e o órgão pede adiamento do mesmo algumas vezes. Vendo que se torna cada vez mais improvável IBAMA e AIPOPEC chegarem a um consenso, em janeiro de 1998 a população novamente invade e Reabre a Estrada (GAZETA DO PARANÁ. 1998, p. 05), que passa a ter funcionamento diurno, agora com permissão de passagem para automóveis e caminhonetes, com um pedágio de R\$ 5,00.

Novamente o que temos é a ideia de um movimento popular, como noticiado pela Gazeta do Povo “moradores de Serranópolis do Iguaçu (Oeste) e Capanema (Sudoeste) estão dispostos a qualquer coisa para manter aberta a Estrada do Colono” (1998, p.09). Contudo, temos que observar novamente a presença de políticos, principalmente prefeitos da região nas mídias falando do assunto, e novamente quem passa a coordenar o uso da estrada é o Movimento Amigos do Parque, desta forma não podemos de fato afirmar que fosse um movimento espontaneamente popular.

O IBAMA entrou com pedido de reintegração de posse na 1ª Vara Federal de Curitiba ainda em janeiro. Todavia, a estrada é mantida em funcionamento mesmo ilegalmente. Observe o que é noticiado em fevereiro pela Gazeta do povo,

Até o presente momento, os invasores continuam acampados na reserva, desobedecendo à ordem judicial. Uma balsa também esta operando ilegalmente na área. O IBAMA, responsável pela integridade do Parque, alega não ter um efetivo suficiente para promover a desocupação do local. Diante disso entidades ambientalistas de todo o país, estão promovendo um boicote ao turismo internacional de Foz do Iguaçu e solicitando o corte do ICMS

ecológico de todos os municípios envolvidos na invasão do PNI. (GAZETA DO PARANÁ. 1998, p. 14).

A pressão por parte de entidades ambientalistas, ganha mais força quando em 1999 a UNESCO ameaça retirar o título de Patrimônio Natural da Humanidade, segundo Dias (2006, p. 217) a concessão do título exige em contra partida “a manutenção da integridade das condições naturais da área”, o que a organização acreditava não ser possível com a reabertura da estrada do colono. No primeiro trimestre de 1999 uma diligência da UNESCO esteve conhecendo a estrada, formularam um relatório desfavorável a utilização da mesma. Assim no final do mesmo ano o PNI foi incluído na lista de patrimônios ameaçados, conhecida como “Lista Vermelha” conforme Dias (2006, p.219) “essa decisão foi à reabertura da estrada, sendo estipulado às autoridades brasileiras um prazo de dois anos para a resolução dos problemas apresentados”. Mesmo com essa pressão a estrada prosseguiria funcionando “normalmente” por mais dois anos.

No início do ano de 2000 se fez mais um desdobramento em esfera jurídica da estrada do colono. Segundo Dias (2006, p. 223) “a juíza Marga Inge Barth Tessler, do TRF (4ª Região, de Porto Alegre), reiterou a necessidade de cumprimento da liminar que exigia o fechamento da estrada”.

As discussões judiciais foram extensas durante o decorrer deste ano, contudo a estrada continuava aberta mantendo o tráfego de veículos até junho de 2001. Neste mesmo mês, conforme Dias (2006, p. 230-233) foi deslocado um grande contingente de policiais federais a cidade de Foz do Iguaçu, no dia 13, numa operação surpresa que envolveu uma media de 300 agentes federais contando ainda com o apoio do exército,

Utilizando-se de uniforme padrão camuflagem, capacete com viseira blindada e escudos à prova de pedras. O armamento usado consistia em metralhadoras alemãs e carabinas calibre 12 italianas, além de balas de borracha, bombas de efeito moral e granadas de gás lacrimogêneo. Pelo exposto [...], fica evidente que o aparato policial era desproporcional ao movimento de resistência, levando a uma situação de intimidação que desmotivou uma participação mais expressiva na manifestação que ocorreu no dia da operação. (DIAS. 2006, p. 231).

A estrada foi inutilizada pela polícia (OSTROVSKI. 2002, p. 119) que com tratores abriu valas ao longo do caminho e fez o plantio de vinte mil mudas de árvores nativas, a balsa que fazia a travessia pelo Rio Iguaçu foi afundada no

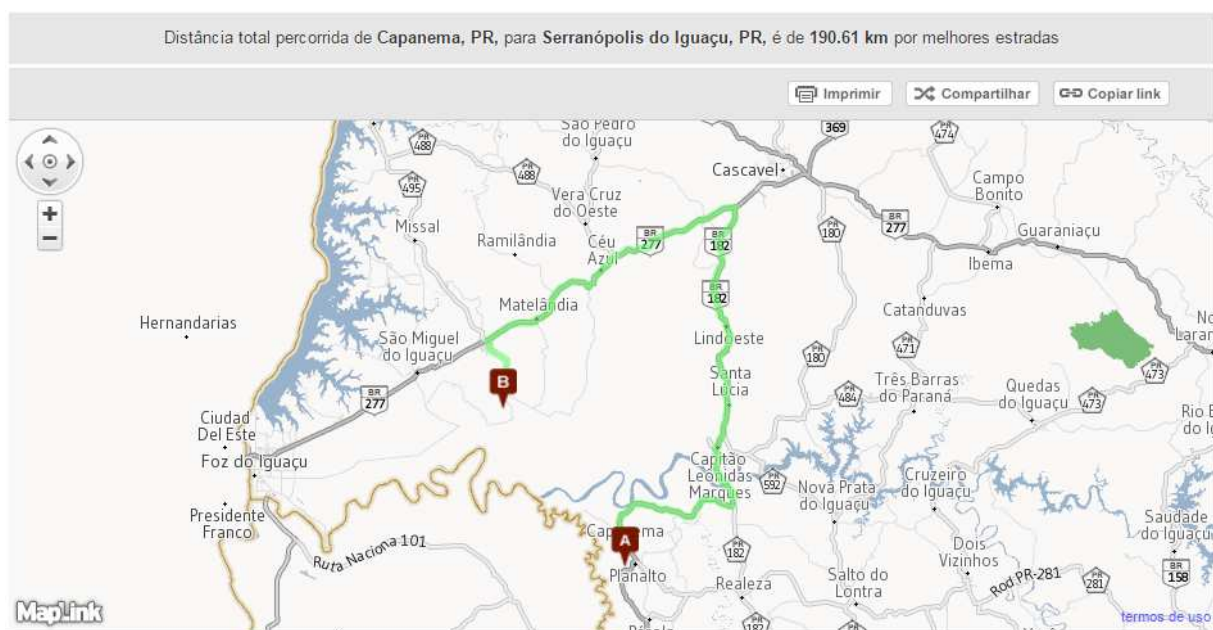
mesmo com explosivos. Este episódio foi ressaltado pelos moradores pela violência da polícia a uma “população ordeira”.

De acordo com Dias (2006, p. 236) várias ameaças menos ou mais veladas foram feitas quanto à integridade do PNI logo após o fechamento, chegando mesmo a ocorrer um incêndio criminoso no PNI, na região do município de Céu Azul.

O IBAMA divulgou uma nota (DIAS. 2006, p. 236) então informando que fechar a estrada era necessário para que o PNI pudesse de fato cumprir sua missão, e que não havia mais a necessidade da mesma visto que novas estradas asfaltadas haviam sido construídas, ligando assim a região Sudoeste ao Oeste paranaense.

A estrada a que o IBAMA se refere, é o trecho da BR-182 que liga Capanema a Capitão Leônidas Marques, que como mostra o mapa 04 liga Capanema a BR-277 na altura do município de Cascavel, é através deste percurso (em destaque verde no mapa 04) que contorna o PNI, que atualmente faz-se a viagem Capanema – Serranópolis do Iguaçu. Como lembrou o senhor Lamp, “Sorte que tem esta estrada aqui [o trecho citado], quando abriu este pedaço dai facilitou, porque antes tinha que passar por Realeza e dava sempre uns 30 e poucos quilômetros a mais”. (13/07/2015).

Mapa 4 – BR 162 e BR 277, percurso entre Capanema e Serranópolis do Iguaçu



Fonte : [www.viajeaqui.abril.com.br/tracar-rotas](http://www.viajeaqui.abril.com.br/tracar-rotas).

O último conflito referente à Estrada do Colono envolvendo a população ocorreu em 2003. Esta nova invasão será uma tentativa de forçar a problemática Estrada do Colono na pauta política, como em 1997 esperava-se que com a pressão popular, e a cobertura da mídia houve-se um desembaraço no processo jurídico.

Começou a veicular notícias de que poderia haver uma nova invasão ao PNI por parte da população. Dias destaca quanto a isso (2006, p. 243 – 244) que a AIPOPEC tomou o cuidado de se preservar quanto à implicação de organização ou mesmo incitação a este novo movimento. Contudo, o autor ainda ressalta que “Longe de representar uma ação espontânea e intempestiva da população, a estratégia de ocupação evidencia um planejamento meticuloso” (2006, p. 244).

A invasão novamente ocorreu de forma simultânea em Capanema e Serranópolis do Iguaçu no dia quatro de outubro. Foram montadas barricadas no acesso de entrada da estrada em seu limite seco com pneus e arame farpado, para dificultar uma possível tentativa de remoção dos manifestantes pela polícia, além de barracas no interior do parque para abrigar parte dos manifestantes. Enquanto em Capanema um grupo de pessoas trabalhava em soldar uma balsa em substituição a outra que a Polícia Federal afundou.

Segundo Bonassa (2004, p. 19) a juíza federal acatou o pedido de reintegração de posse ao IBAMA. Com a iminência de uma ação policial que efetuassem a desocupação os manifestantes resolveram desocupar o PNI de forma pacífica.

O momento mais dramático no que se refere à Estrada do Colono aconteceria então na noite do dia nove de outubro daquele ano no centro da cidade de Capanema. Os moradores levaram metade da balsa que seria usada na travessia do rio Iguaçu, para o centro da cidade. Contudo a justiça ordenou a apreensão e destruição desta, segundo noticiado,

A juíza federal substituta Graziela Soares, da 1ª Vara Federal de Curitiba (PR) [...] considerou que a utilização plena da estrada só seria possível com a utilização da embarcação. “Sabe-se que apesar da invasão da estrada, sua liberação para tráfego somente ocorre com a instalação de balsa que ligue os trechos da rodovia com a possibilidade de transposição do Rio Iguaçu. É com a balsa que se viabiliza a abertura da estrada, pois até então, sua abertura é apenas parcial, sendo contida pelo Rio Iguaçu. Com a instalação da balsa possibilita-se o tráfego na estrada, inclusive da população que ali mora. É, portanto, o maior instrumento de abertura da Estrada do

Colono e descumprimento da decisão exarada pelo TRF/4ª Região”, disse a juíza. (AMBIENTE BRASIL. 18/02/2016)<sup>15</sup>

Sabendo da decisão de apreensão da balsa, um morador o senhor Darci Nunemacker, se acorrentou em cima da balsa, como foi lembrado pelo senhor Lamp, “é teve nosso vizinho aí o Kiko que chegou a se amarrar, a se acorrentar ali em cima da balsa, mas isso os caras não queriam nem saber, deram um jeito de liberar ele e mandar ele pra casa”. (13/07/2015).

Com esse ato do senhor Darci, juntou-se uma pequena multidão de pessoas ao redor da balsa a espera da chegada da polícia, para acompanhar o que aconteceria. Conforme Dias, citando uma notícia da Folha de Londrina,

aproximadamente 1.500 pessoas entraram em confronto com 150 policiais federais no desfecho da desocupação da Estrada do Colono, [...] Seis manifestantes foram hospitalizados e cinco agentes ficaram feridos. [...] Durante quase uma hora, policiais atiraram (alguns deles de um helicóptero) balas [de borracha] e bombas de efeito moral nos manifestantes com objetivo de dissolver a resistência, enquanto moradores jogaram pedras e paus nos agentes. Quatro viaturas tiveram vidros quebrados (2006, p. 250).

Ninguém foi preso no tumulto, e a população não reagiu quando no dia seguinte a polícia levou embora a balsa. Dias ressalta (2006, p. 250) que com imagens do noticiário fica claro o abuso da força por parte da polícia principalmente no que concerne ao uso de helicópteros para o disparo de bombas de efeito moral.

O processo sobre a reabertura da Estrada do Colono ainda tramita na justiça, enquanto várias pessoas já foram indiciadas pelas invasões, como prefeitos da região, membros da AIPOPEC, moradores das cidades entre outros.

Como vimos ao longo deste capítulo o assunto estrada do colono, encontra-se sempre latente entre a população dos municípios de Capanema e Serranópolis do Iguaçu, bem como a adesão aos protestos mostra o desejo de reabertura por parte da mesma. Não podemos interpretar esse desejo apenas como atendimento ao discurso político, ao contrário temos que perceber que se a estrada é objeto de discurso político é porque a mesma possui aceitação entra a população.

---

<sup>15</sup> Disponível in: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2003/10/09/12387-justica-federal-mantem-decisao-de-destruir-balsa-na-estrada-do-colonopr.html>.

## 2. CAPÍTULO II - MEMÓRIAS DA EXPERIÊNCIA DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DE CAPANEMA

A Estrada do Colono é um conflito que envolve diretamente a terra, o direito de passagem, mas também o direito a memória. Neste capítulo abordaremos a colonização do Oeste/Sudoeste do Paraná e sua ligação com a terra, mais especificamente com disputas de terra, pois esta ligação que se reflete no desejo da comunidade pela reabertura da estrada deve ser encarada também como uma luta por seu próprio patrimônio cultural.

O patrimônio cultural se manifesta, assim, como um conjunto de bens e valores, tangíveis e intangíveis, expressos em palavras, imagens, objetos, monumentos e sítios, ritos e celebrações, hábitos e atitudes, cuja manifestação é percebida por uma coletividade como “marca” que a identifica, que adquire um sentido “comum” e compartilhado por toda uma “comunidade” (...), este sentimento explica a reação a qualquer coisa que venha a ameaçar a integridade desta “comunidade” – a começar pelo plano físico, do território e dos espaços comuns de vivenciamento, até o plano social, do conjunto de indivíduos que constituem o grupo e que assim se auto identificam no plano moral e espiritual dos valores consagrados e reconhecidos pelo grupo, cuja perda abalará as estruturas do sentimento de autoestima e da própria identidade dessa “comunidade”. (HORTA, 2000, p.29).

Desta forma, visualizar o laço da população da cidade com a terra, a identificação do ser colono e a construção do mito do pioneiro se faz necessário para compreender a Estrada do Colono como patrimônio cultural da população.

A memória humana e coletiva não tem lembranças de todo o tempo vivido, a memória é uma colcha de retalhos. Individualmente acabamos por gravar eventos importantes (como o dia de uma formatura) ou/e que despertem sentimentos fortes (como o primeiro beijo, o nascimento de um filho), mas há muito que ficam submersas na mente humana, algumas coisas o sujeito escolhe esquecer, como lembranças que despertam um sentimento de aflição, ou de tristeza. A própria mente humana pode escolher “apagar” coisas com um conteúdo mais traumático, como uma forma de proteção. E ainda há toda uma miríade de coisas tão banais, tão corriqueiras que custam a ser lembradas.

Entretanto, memórias quase sempre podem ser despertadas, quando vemos uma foto, ou quando ouvimos uma música, pode-se submergir todo um filme com

uma lembrança que até então, passava despercebida. Ao mesmo tempo, também uma memória pode ser fixada, principalmente por meio da repetição. É desta repetição que em geral surgem os mitos fundadores.

A História humana é reconstruída de uma cuidadosa seleção. Primeiro de documentos que são selecionados para que possam se manter para a posterioridade, e dentre estes, são novamente selecionados pelos historiadores. Assim também a memória individual, familiar, ou mesmo de uma cidade é selecionada.

As estruturas do poder de uma sociedade compreendem o poder das categorias sociais e dos grupos dominantes ao deixarem, voluntariamente ou não, testemunhos suscetíveis de orientar a história num ou noutro sentido; o poder sobre a memória futura, o poder de perpetuação deve ser reconhecido [...]. (LE GOFF, 2013, p.108).

As memórias neste capítulo não se encontram somente nos depoimentos dos entrevistados ou nos monumentos, podemos e devemos perceber os autores pesquisados sobre a história do Paraná como guardiões da memória, pois cabe salientar que o que conhecemos hoje como história, do Paraná, ou qualquer outra História é também fruto de escolhas de historiadores que perpetuaram uma versão dos acontecimentos. Pois como indaga Nora,

Na mistura, é a memória que dita e a história que escreve. [...]. Toda grande obra histórica e o próprio gênero histórico não são uma forma de lugar da memória? Todo grande acontecimento e a própria noção de acontecimento não são, por definição lugares de memória? (1993, p.24).

As escolhas dos historiadores solidificam memórias, apagam versões e sujeitos da história como veremos a seguir, tem influência direta na construção de identidade, e no sentimento de pertencimento da própria comunidade. Como ressaltado por Fernando Catroga,

A escrita da história também é fonte produtora (e legitimadora) de memórias e tradições, chegando mesmo a conferir credibilidade científica a novos mitos de (re) fundação e de identificação de grupos sociais, ou da própria Nação (reinvenção e sacralização das origens, dos momentos de grandeza consubstanciados em “heróis” individuais e coletivos, etc.). (2001, p. 57-58).

De tal forma também este capítulo procura abranger a história do sudoeste, e como esta se construiu em relação a disputas de terras, a valorização do migrante

de descendência alemã e italiana. Assim Através deste capítulo vislumbramos as lutas pela memória, como se configura a história oficial e qual sua função para a comunidade.

Deverá ainda, ao decorrer da escrita demonstrar a importância dos caminhos no imaginário da colonização paranaense, como se configura a imagem do pioneiro e qual a relevância deste imaginário na comunidade atual. Por fim quando falamos em colono a quem atualmente essa representação esta dirigida dentro do município.

## 2.1 Migração no Sul do Brasil

A colonização do Paraná poderia ser tratada aqui desde os primórdios das capitânicas hereditárias, ou ainda ao falar da ocupação do território poderíamos ressaltar a existência dos indígenas, sujeitos estes apagados em grande parte da história do estado. Todavia, é necessário demarcar um recorte que nos remeta ao espaço que hoje ocupa a Estrada do Colono, numa perspectiva de reflexão sobre a história na memória de uma comunidade.

Desta forma, falaremos aqui da colonização do Sudoeste que tem a ocupação de seu território feita principalmente por migrantes descendentes de alemães e italianos. Destacam-se também as frentes pioneiras, além das ondas migratórias vindas do antigo continente, a ocupação mais recente principalmente dos estados de Santa Catarina e Paraná são marcadas pela migração interna, que buscam melhores condições de vida, sendo esta marcada pela possibilidade de manter o estilo de vida ligado a terra.

Fica claro que a pequena propriedade nas regiões coloniais do Sul do Brasil é uma herança do imigrante europeu e que sua migração e a de seus descendentes aconteceram por causa da possibilidade de ser proprietário e de garantir aos filhos a condição de proprietários de terra. (GREGORY, 2002, p.49).

A pequena propriedade rural tem presença marcada na colonização do Paraná, dependendo da região a ocupação do território se mostra de formas diferenciadas. Mas o que é geral entre os migrantes, é a busca pelo território como forma de continuar seu estilo de vida, sua cultura, sua religião e ainda, ao mesmo tempo a busca pela melhora econômica.



Ser colono neste contexto [de migração] implicava em ser eurobrasileiro, ou seja, ser alguém que mantivesse elementos da tradição europeia, mas tendo que se adaptar ao novo da realidade brasileira. Ser colono não se esgotava numa conquista individual ou familiar. Era, sobretudo, o pertencer a comunidade e nela atuar. (GREGORY, 2002, p. 15-16).

Quando surgia durante as entrevistas a fala das migrações, 90% dos entrevistados não eram naturais de Capanema, e sim oriundos do Rio Grande do Sul. Os relatos se tornam bem próximos, onde os sujeitos falam da pobreza e da falta de terras no Rio Grande: “é por que no Rio Grande do Sul começou de tipo assim, a ficar mais apertado, daí o povo veio pra cá naquele tempo, meu pai e minha mãe, eu tinha oito anos. (...) aqui não era ocupado ainda naquele tempo.” (Zeno Antônio Walker 15/07/2015). Situação reforçada pela informante Elita Lamp.

Por que lá [refere-se à Horizontina – RS] tinha uma formiga, e o pai era agricultor, e tinha aquela formiga a mineira, e eles... Eles não conseguiam matar... Combater essa formiga... Ai ele ficou triste lá e veio pra cá, só que aqui ele não quis mais trabalhar na lavoura, e comprou só terrenos. (...) ele quis trabalhar no comércio. (Elita Lamp, 13/07/2015).

A migração está marcada pela busca da melhora na condição de vida, caracterizando estas condições de vida que geralmente aparecem ligadas a terra e a possibilidade de trabalho. José de Souza Martins ao falar sobre as migrações para o Mato Grosso (2014, p. 109-115) também estabelece relação entre migração, trabalho e família. Ao decorrer das entrevistas, é possível perceber que a migração sempre se deu em família, mesmo para sujeitos que migraram já adultos, caso do senhor Eno Schwengber (13/07/2015) “nós já éramos casados. Lá [O Rio Grande do Sul] era uns lugarzinho muito... era fraco, não tinha terra pra gente, daí meus pais vieram pra cá ai viemos juntos.” Isso nos remete a ideia de Martins (2014, p. 110 - 111) de que a migração acontece para que se possa manter a família unida através do trabalho, e o trabalho está intrinsecamente ligado a propriedade da terra.

Aqui gostaríamos de abordar a colonização do Sudoeste do Paraná, marcado por disputas pela terra, tanto pelo poder público enquanto área de fronteira interna e externa do país e ainda, pelo poder do capital, onde aparece o embate do pequeno colono com o grande proprietário de terras.

O conceito de vazio demográfico aparece repetidas vezes nos documentos e textos que tratam da ocupação do Brasil. Trata-se da preocupação do Estado com a configuração das fronteiras nacionais, mesmo que essas de forma alguma

estivessem vazias, por nessas áreas em geral habitavam tribos indígenas, pequenos camponeses, caboclos, entre outras figuras excluídas do processo nacionalizante.

Ao se preocupar em demarcar as fronteiras do Estado Nacional, o governo passou a incentivar a migração para faixas de fronteira em todo o país, o Oeste Paranaense passa então por sua ocupação um pouco mais tardia do que foi no Leste do Estado, enquanto o Sudoeste foi a última área do estado a receber os migrantes.

Essa ocupação se dá principalmente por meio de companhias de colonização, que vendiam e traziam os colonos para o território. Essas vendas muitas vezes ocorriam de forma irregular. As questões legais sobre a terra no Paraná foi marcada pelas incertezas.

Ao final da guerra do Paraguai, a chamada região do Contestado (atual Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná) passou a ser disputada por Argentina e Brasil, o que garantiu o território como sendo brasileiro foi justamente o fato de esta área já possuir dois núcleos urbanos: Palmas e Clevelândia. “Pelo censo de 1890, habitavam a região contestada 5.793 habitantes, dos quais 5.763 eram brasileiros e 30 estrangeiros. Entre estes, não era registrado nenhum cidadão argentino.” WACHOWICZ (2010, p. 224).

O território foi arbitrado para o Brasil pelo argumento do *uti possidetis*, por isso se ressalta a existência dos brasileiros no censo, mas isso deve ser visto como uma representação da nacionalização do território. O mesmo autor ainda ressalva (2010, p.225) que grande parte da população brasileira que ali habitava era de descendentes de índios caingangues, mas nota-se que logo após o episódio essa população é apagada da historiografia do sudoeste paranaense.

Esta disputa entre Brasil e Argentina que entrou para a historiografia chamada de Questão de Palmas foi decidida pelo presidente dos EUA Grover S. Cleveland em 1895. A defesa do caso ficou a cargo do Barão de Rio Branco, sobre esse episódio, é interessante ressaltar que é ele que nomeia a cidade de Capanema.

“Capanema recebeu esse nome em homenagem ao advogado Barão de Capanema, este por ter ajudado no conflito entre Brasil e Argentina, que disputavam uma região de terras denominadas da região de Palmas” (Prefeitura Municipal de Capanema 1995, p.03). Aqui temos um exemplo de fixação de memória ao nomear Capanema no início da República.

Alguns anos depois surge um novo conflito de terras na região, desta vez a disputa se dá entre os estados de Santa Catarina e Paraná.

A região do Contestado ficou semiabandonada pelas autoridades paranaenses. Faltava às populações uma maior assistência governamental. [...] sua população cabocla era densa, ignorante e vivia quase que em completo abandono. (WACHOWICZ, 2010, p. 234).

A recém-instaurada República, começava um processo de modernização do país. No Paraná buscava-se um meio de melhorar o transporte e comunicação no Estado, para isso seria feita a construção da ferrovia que ligaria o estado de São Paulo com o Rio Grande do Sul.

Esta obra seria feita por um grupo econômico norte-americano denominado *Brazil Railway Company*. De acordo com Wachowicz (1987, p. 99) o contrato de concessão de 1889, previa uma faixa de terra, costeando 8 km de cada margem da ferrovia como forma de pagamento pela construção. O mesmo autor ainda indica que,

Por isso, no trecho entre União da Vitória [Paraná] a Marcelino Ramos [Rio Grande do Sul], o leito da ferrovia foi projetado e executado com o maior número possível de voltas e zigue-zague, aumentando a quilometragem e em consequência a quantidade de terras que a companhia norte-americana recebia em pagamento. [...] Em consequência, grande parte da região contestada, entre Paraná e Santa Catarina, passou para os norte-americanos. (1987, p. 99).

Esta área era habitada em parte por populações caboclas, que foram expulsas tanto por parte dos norte-americanos, quanto pelos coronéis (latifundiários) da região.

Esta situação de pobreza e desesperança não demorou pra iniciar uma revolta armada na região que foi dizimada em 1914 por tropas do governo federal.

A construção da ferrovia valorizou rapidamente as terras que foram vendidas em pequenos territórios, em sua maioria para imigrantes do sul do país, alguns que chegaram à região como trabalhadores na construção. Segundo Lazier (1986, p.46) com o final dos conflitos no contestado, o Estado do Paraná criou em 1918 a colônia de Bom Retiro, que hoje é a cidade de Pato Branco.

O conflito do contestado talvez sirva para explicar, a limpeza étnica na história dos municípios desta região, que ressaltam seus pioneiros como colonizadores de terras inóspitas e desabitadas.

Ainda sobre a problemática das terras no Sudoeste:

O sistema de aquisição de terras que vigorava no sudoeste no início do século XX era o da posse. As antigas fazendas da região, ao passarem para os herdeiros, eram subdivididas. Mas essa subdivisão ou apropriação de terras devolutas não era feita legalmente, com escrituras. Os herdeiros, por sua vez, vendiam pequenas porções e forneciam aos interessados apenas documentos em pedaços de papel. Era a desistência daquele pedaço de terra. (WACHOWICZ, 2010, p.212).

Esse sistema de posse passou a ser instituído, por vários motivos, mas entre eles destacam-se a produção de subsistência de diversos cultivos enquanto os grandes latifúndios só se dedicavam ao cultivo de exportação (principalmente açúcar e café); o posseiro preparava o território sem despesas para os latifundiários e ainda a posse não era garantia de aquisição da terra, quando agricultores com dinheiro chegavam, o caboclo acabava expulso das posses.

Esses loteamentos refletem a região ainda atualmente. Segundo o governo do Paraná<sup>16</sup>:

Se caracteriza [a região Sudoeste] como importante reduto da agricultura familiar. Mesmo tendo passado por grandes transformações na sua base produtiva, com predominância da pequena propriedade – na região 97,4% dos estabelecimentos possuem menos de 100 hectares, ocupando 72,7% da área total.

Ainda podemos comparar o processo de nacionalização da população do Sudoeste com a do Oeste do Paraná. Ao analisar obras que tratam sobre a colonização do Oeste, temos que a economia era baseada por grandes latifúndios chamados de *Obrages*, que se faziam valer de mão de obra da região num regime de quase escravidão. Ainda afirma GREGORY:

Há que se considerar, por exemplo, que, no Paraná, empresas de capital estrangeiro e/ou nacional empregavam, basicamente, mão-de-obra paraguaia e escoavam a produção da erva-mate e da madeira, via Rio Paraná e Estuário do Prata, para os mercados argentinos (Corrientes, Entre Rios, Posadas) e inglês. (2002, p.89).

Dado isso, podemos estabelecer uma ponte com o sudoeste, que também mantinha relacionamento econômico com a Argentina, (WACHOWICZ. 2010, p. 2010) onde tropeiros faziam contrabando de erva-mate pela fronteira seca de Barracão. Atualmente nem o Sudoeste nem o Oeste do Paraná cultivam a erva-mate, apesar de ser bastante consumida nas duas regiões. A cidade de *Comandante Andresito* na Argentina que faz fronteira com Capanema, de pequeno

---

<sup>16</sup> Disponível em: < <http://www.cidadao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=252>>. Acessado em: 30/07/2015.

porte, tem atualmente sua economia voltada para a agricultura sendo seu principal cultivo a erva-mate.

O período que se consagra como agente da mudança na realidade do Oeste e Sudoeste é a passagem da Coluna Prestes. A historiografia tradicional marca esta passagem com dramaticidade, mostrando os revolucionários como heróis que lutaram contra as *obrages*. Sobre este aspecto o historiador LAVERDI (2005, p. 30-32), traz uma discussão sobre as representações deste momento, e aponta para o uso da história como afirmação do território perante a nacionalização do país.

De fato a historiografia trata a colonização do território pelos de origens (assim chamados os descendentes alemães e italianos) de forma pacífica, geralmente exaltando as dificuldades da ocupação de um território “selvagem”, sem nada. Percebe-se que a partir da construção do mito dos pioneiros, vários sujeitos são apagados da história, caboclos, índios, bugres e em seu lugar vislumbramos somente a figura do sujeito branco, sulista, cristão, desbravador, colonizador, colono, pioneiro de uma terra de ninguém.

Desta, configura-se a,

A terceira área histórico-cultural originou-se após meados da década de 1950. Uma nova frente pioneira penetrou em território paranaense. Chegava ao Paraná estimulada pelos problemas com mão de obra agrícola no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A este deslocamento populacional chamamos *frente sulista*, ocupando a maior parte do sudoeste e parte do oeste paranaense. (WACHOWICZ, 2010, p. 331).

Esta frente pioneira que o autor trata com tamanha naturalidade começou a ocorrer a partir de 1930, e não de forma espontânea, como faz parecer o autor. Neste período o governo federal de Getúlio Vargas passa a se preocupar com a integração e nacionalização do território Brasil.

Envolvendo os governos estaduais, regionais e locais, o projeto colonizador de Vargas abraçava um ideário *patriótico* de *nacionalização e defesa das fronteiras*. A este se aliava a instauração de uma agricultura *racional, capaz de produzir ou aumentar a produção de excedentes para o mercado interno*. Ao mesmo tempo, a ocupação sistemática das fronteiras consideradas “abandonadas”, “desocupadas”, “devolutas” tornou-se ação prioritária do governo. (FLÁVIO, 2011, p. 178).

Assim se consagrou a Marcha para o Oeste, que deveria estimular a ocupação de territórios fronteiriços com a formação de frentes pioneiras. Um

relatório de 1942, feito pelo Conselho de Segurança Nacional e o Ministério da Agricultura (FLÁVIO, 2011, p.179 -180) atenta para a necessidade de resolver “problemas pátrios” relatando sobre a preocupação com a criação de escolas brasileiras, pois os filhos da região estavam sendo argentinados. Bem como, também observava a geografia do lugar, a fertilidade da terra e a riqueza hídrica. O mesmo relatório ainda ressalva que para a construção de uma zona de fronteira defendida pela colônia militar situada em Foz do Iguaçu, deveria se utilizar picadas e estradas já existentes para ligar os centros urbanos comercialmente e também para comunicação.

Podemos observar que a história da colonização do Paraná esteve sempre ligada com estradas, a estrada de ferro que levou o conflito do Contestado, as estradas antes indígenas que numa ressignificação serão constituídas como os caminhos da colonização.

Nesse período o Rio Grande do Sul e Santa Catarina já vinha sofrendo com um excedente de população agrícola e o próprio desgaste de suas terras forçando os pequenos colonos a migrar para o trabalho operário. Aponta Valdir Gregory:

A maior parte da população rural do Rio Grande do Sul trabalhava na agropecuária em limitações cada vez maiores para o emprego do trabalho familiar (...) os colonos cultivavam um espírito mais afinado com o estilo de vida rural que os impulsionavam para a migração na direção das novas fronteiras agrícolas a fim de evitarem a proletarização e a necessidade de migrarem para o meio urbano. (2002, p. 58).

As companhias imobiliárias gaúchas articulam o trabalho de migração para o território “desocupado” no Paraná. Em 1943 o então presidente Getúlio Vargas (gaúcho) criou a Colônia Agrícola Nacional General Ozório (CANGO).

O projeto inicial para a Cango era fundar uma colônia militar na faixa de fronteira do Paraná, a pedido dos reservistas. A comissão designada para estudar o projeto escolheu a Gleba Missões, optando por ampliá-la para colonos também. O seu projeto de colonização passou por dois momentos diferentes: primeiramente, estava sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, como colônia agrícola, permanecendo assim por dez anos. Posteriormente, foi transformado em Núcleo da Fundação Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic) como o nome de Núcleo Colonial General Osório, quando passou a ter fins lucrativos. (PEGORADO, 2007, p.38).

Na prática tinha por objetivo efetivar a colonização do Sudoeste, com mão de obra do Rio Grande do Sul, principalmente da área chamada Gleba das Missões, (Revista 50 anos Revolta dos Posseiros: 1957 – 2007, p. 05) que se constituía até 1919 como terras devolutas, ou seja, “área pertencente ao Governo do Estado, sem aplicação de uso público e sem incorporação ao domínio privado”. Assim em 1950 o território do Sudoeste estava dividido como mostra o mapa 04.

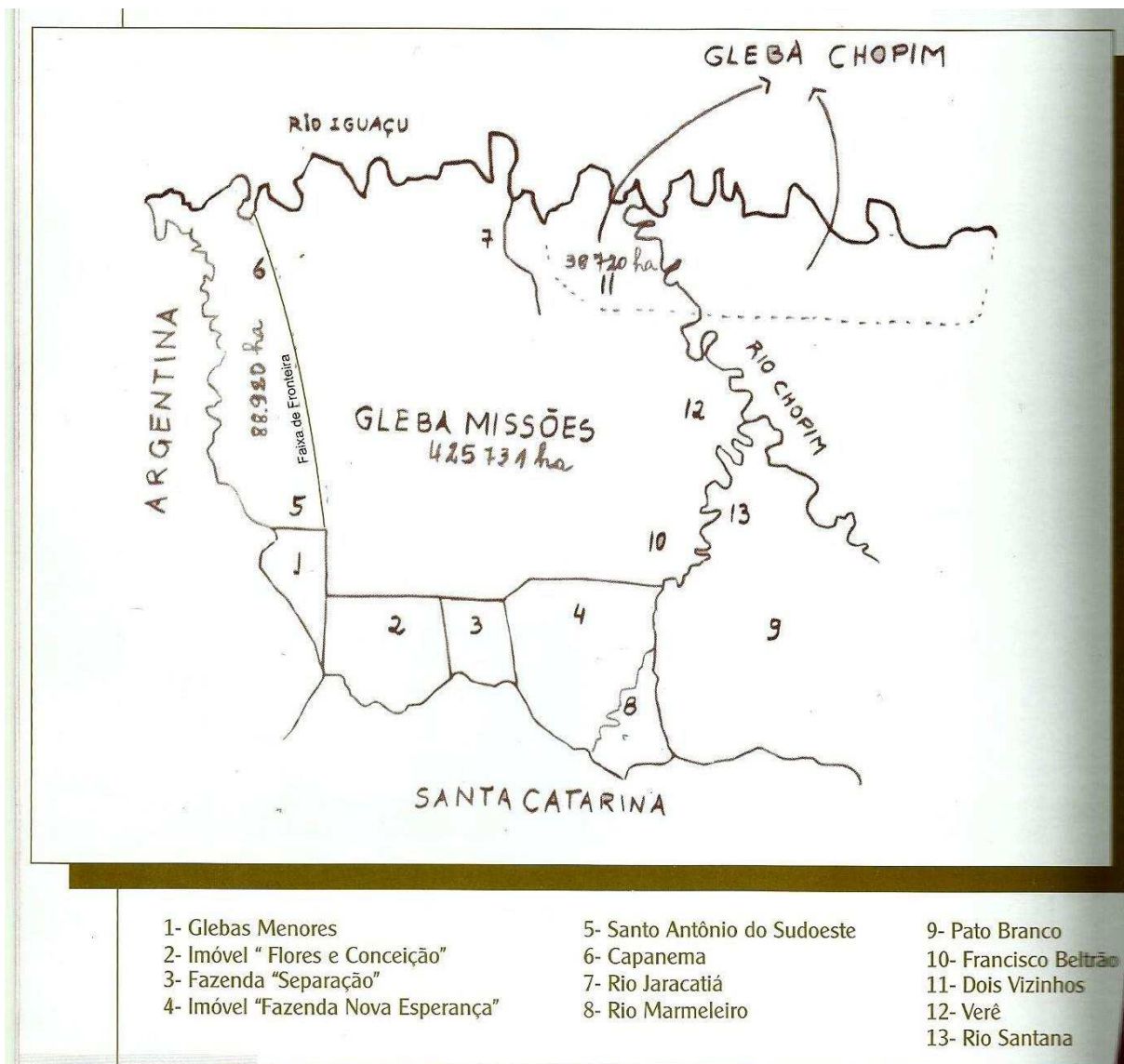
Em novembro de 1950, o governo da União vendeu a CITLA [Clevelândia Industrial e Territorial Limitada] toda a gleba Missões e parte da gleba Chopim. Poucos dias após vendia a Pinho e Terras 11.500 alqueires da própria gleba Missões. Vendia também 300.000 pinheiros à Companhia de Madeiras do Alto Paraná. (WACHOWICZ, 2010, p. 262).

Temos que conforme destaca Flávio (2011, p. 183) a partir da década de 1950 o sudoeste passa por uma explosão populacional, com a criação da CANGO, tem se o surgimento de vários núcleos de povoamento, todos migrantes do Rio Grande do Sul.

É necessário salientar que tanto o surgimento da CANGO quanto a venda de grande parte do território só se tornou possível pela junção de poder da União com o envolvimento do então governador do estado do Paraná Moysés Lupion, pois existia um litígio na justiça quanto ao legal pertencimento desse território, se do governo do Estado ou da União.

Podemos observar o jogo de interesses e de influências no que se refere à ocupação do Sudoeste paranaense. Não somente a preocupação com a manutenção das fronteiras e a nacionalização do território do Estado Nacional que teve como resultado imediato, a Marcha para o Oeste e a criação de núcleos agrícolas, bem como as forças econômicas tanto do lado das imobiliárias e empresas colonizadoras, como dos próprios migrantes que tem seu *modo de vida*, ligado à terra e o modo de produção. Por último ainda temos as disputas de poder político que se entrelaçam a nível estadual e federal.

Mapa 5 – Território do Sudoeste em 1950



Fonte: Revista 50 Anos Revolta dos Posseiros 1957 – 2007. Departamento de Cultura: Pato Branco – PR.

## 2.2 A Revolta dos Posseiros

A Revolta dos Posseiros é uma das passagens históricas mais visíveis no Sudoeste, tendo monumentos nas cidades da região<sup>17</sup>, aparecendo nos livros de história dos municípios, como é o caso de Capanema, bem como tendo aparições esporadicamente em jornais da região e revistas com essa temática. LAZIER (1986,

<sup>17</sup> Ver FLÁVIO, L. C. Memória (s) e território: elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão – PR. Presidente Prudente, 2011. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista.



p. 78) afirma que “a revolta dos posseiros repercutiu no Paraná, no Brasil e, inclusive no mundo. Os jornais e revistas da época dedicaram páginas e mais páginas ao importante acontecimento”.

Este período constitui-se de episódios sangrentos entre os posseiros/colonos e as empresas colonizadoras, não se busca aqui remontar esse período, existem trabalhos<sup>18</sup> que podem ser buscados com este fim. Mas é importante ser destacado, pois é o evento mais rememorado da história do Paraná no Sudoeste. A apostila<sup>19</sup> buscada junto a Secretária da educação de Capanema, que foi desenvolvida em 1995 e é utilizada ainda hoje como único material de apoio sobre o que se refere à história e geografia do município, possui duas páginas reservadas ao que tange a origem do município, nestas duas páginas encontra-se um breve resumo da revolta dos posseiros, e da posterior atuação da GETSOP quanto à legitimação das terras.

Como parte da história da região esta revolta também se dá pelas disputas de terras. Pretende-se neste espaço explicar como o resgate desse episódio ilustra a memória e posterior representação do ser colono, a identidade que as comunidades fomentam envolta do mesmo, e como esta representação se mistura com o herói pioneiro.

Iniciamos este diálogo propondo uma diferença entre colono e agricultor. Os dois termos remetem à figura do camponês, ou seja, a classe que trabalha com a terra. No Brasil existe vários “nomes” dado a quem se dedica a tal ocupação, entre eles: agricultor, colono, caipira, fazendeiro, sertanejo entre outros. Essas designações diferem de acordo com a região do país e também do tamanho da propriedade de terra. No sul do Brasil, especificamente falando a definição mais usual é a de colono, segundo MOREIRA e MEDEIROS:

A essas pessoas do campo com características étnicas e culturais diferenciadas dos caboclos e nativos atribuir-se-á a denominação de colono, em função do processo de colonização que participaram. O significado de colono nos remete a entendê-lo enquanto trabalhador da terra, pessoa que viveu gerações em contato com a terra e construiu saberes ligados a terra. (2006, p. 13).

Enquanto o colono tem uma conotação quase romântica em sua relação com a terra e a pequena propriedade o termo agricultor, está ligada com a modernização dos meios de produção e ao grande capital.

---

<sup>18</sup> Ver PEGORADO, E. Dizeres em confronto (a revolta dos posseiros de 1957 na imprensa paranaense). Niterói, 2007. Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal Fluminense.

<sup>19</sup> Prefeitura Municipal de Capanema. Perfil Sócio Econômico Municipal. Capanema, 1995.

O olhar de camponês passou a ser substituído pelo olhar de produtor rural, envolvido pelo entendimento de posse, de lucro, de acúmulo de capital. Com isso a natureza, antes contemplada e companheira, se transformou em fonte de desejo para apropriação, e os elementos da natureza, aos poucos foram sendo considerados recursos naturais. Esse pensamento foi introduzido pelos detentores do poder econômico com o avanço das relações capitalistas no campo. (MOREIRA e MEDEIROS, 2006, p. 18).

Essa distinção é bastante visível na Revolta dos Posseiros, onde a memória que hoje é resguardada pela região, é da luta do colono/posseiro pela posse da terra. Podemos ainda estabelecer que estes colonos sejam ao mesmo tempo vislumbrados como os pioneiros dos núcleos que formaram as cidades da região, os quais recebem glórias de heróis.

Na questão da nomenclatura colono/agricultor, podemos observar que durante as entrevistas quando se pede a profissão do sujeito, aqueles que trabalham com a terra respondem “colono”. Os sujeitos formam sua própria imagem então não como agricultores, e sim colonos. Podemos daí conjecturar que estes sujeitos se vem então refletido quando falamos tanto em revolta dos posseiros, que ficam marcados como sujeitos colonos que lutaram pelo direito a sua terra, quanto quando falamos da estrada do *colono*.

A revolta dos posseiros como ficou conhecida, foi uma disputa em âmbito regional pela propriedade de terra entre colonos e empresas colonizadoras, mas é necessário estabelecer as forças políticas nacionais que atuaram para isso.

Em 1946 o Brasil inicia um novo período político- econômico, saindo do Estado Novo, e marcado a nível mundial pela Guerra – Fria. Este período foi marcado pela sua instabilidade econômica e disputas políticas, destaca-se no governo do Presidente General Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951) a rivalidade entre dois partidos, PSD – Partido Social Democrata e UDN – União Democrática Nacional coligado ao PTB – Partido Trabalhista Brasileiro. Essa rivalidade também acontecia em nível estadual, o que afetava as empresas colonizadoras que eram dependentes do poder público.

A CITLA era intimamente ligada ao Grupo Lupion, entregando parte das terras da Gleba das Missões para pagamentos de dívidas. Em 1950 elegeu-se governador Bento Munhoz da Rocha Neto (UDN e PTB) o qual afirma WACHOWICZ (2010, p. 262) “Proibiu às coletorias estaduais da região o fornecimento da Sisa (Imposto

estadual recolhido na ocasião da escrituração de um imóvel) para impedir a CITLA pudesse passar escritura aos que compravam suas terras.”.

Grandes partes das terras do sudoeste ainda estavam em processo de disputa jurídica entre a União e o Estado do Paraná. A força política também queria evitar que os núcleos formados ali fossem dar amplo apoio ao PSD, por ser o partido de apoio da CITLA, todos os cargos políticos e de administração eram formados pelo PSD.

Quando Moysés Lupion volta à chefia do estado, a CITLA passa a fazer a escrituração da terra normalmente, a colonizadora passou a revender rápido as terras tanto pelo fluxo constante da chegada de migrantes a região quanto pela necessidade de fazer as vendas durante os quatro anos de mandato do governador. Mesmo assim,

As companhias imobiliárias eram classificadas de grileiras devido às irregularidades dos títulos de propriedade que emitiam, já que o seu direito de posse foi negado pela justiça e, mesmo assim, vendiam terras sem autorização legal, mediante falsas escrituras de propriedade. (PEGORADO, 2007, p. 42).

Segundo Lazier (1986, p. 71) na disputa pela terra no sudoeste, vemos duas empresas colonizadoras de destaque a CITLA, que é mantida pelo poder estadual e a CANGO, mantida pelo poder federal. Tendo isso em vista fica claro que as disputas são disputas econômicas, mas também se encontram na esfera política. É, sobretudo uma disputa pela influência política na região.

Quando poderosos interesses do capital se instalaram no sudoeste paranaense, a violência tornou-se inevitável. Eram milhares de colonos posseiros de um lado e os interesses do capital do outro. Observou-se que o início do apelo para a violência não partiu dos colonos. Foram os próprios grupos econômicos que apelaram para a violência. (WACHOWICZ, 1987, p. 166).

Ainda,

Cansados de serem roubados, cansados de serem massacrados, cansados das injustiças, os posseiros e o povo do Sudoeste do Paraná resolveram colocar um paradeiro naquele estado de coisas, fazendo justiça com suas próprias mãos. Todo o Sudoeste foi convulsionado. Pode-se dizer que a reação organizada dos posseiros teve início em agosto de 1957, em Capanema. (LAZIER. 1986, p.76).

Podemos perceber no que tange a Revolta dos Posseiros como a memória dos pioneiros se mitificou como uma memória de heróis. Os colonos são postos

pelos autores ora como vítimas de um sistema corrupto no que diz respeito às colonizadores e também como heróis tendo sido “obrigados” a pegar em armas e lutar pelo direito a terra. Estes mesmos colonos são evidenciados em todas as cidades da região como pioneiros, os heroicos desbravadores de uma terra selvagem.

As lutas ocorreram em várias cidades da região, em destaque Capanema, Barracão, Santo Antônio, Pato Branco e Francisco Beltrão. Sendo a tomada por parte dos posseiros desta última cidade considerado o ápice da revolta, já que os escritórios da CITLA estavam localizados ali.

Dia 11 de outubro de 1957 começou a depredação dos escritórios das companhias. Tudo *foi julgado* para a rua, principalmente as notas promissórias. Foi um acontecimento marcante e uma grande festa para os posseiros. Os posseiros, o povo foram vitoriosos. Impusera sua vontade, expulsando da região a CITLA e as demais companhias e os seus asseclas. (LAZIER. 1986, p.78).

A vitória dos posseiros é marcada pela mudança de apoio do governo estadual. Como a revolta se deu numa área fronteiriça, (WACHOWICZ. 1987, p. 200 – 201) muitos colonos buscaram refugio na Argentina, o que fez com o levante dos posseiros ameça-se se tornar um problema internacional.

O interesse político a nível nacional acabou prevalecendo sobre o interesse econômico das companhias. A pressão da sociedade civil e a ameaça de enfrentar uma intervenção do Estado levou o governador Lupion a tomar essa decisão. [afastar definitivamente as companhias da região]. (WACHOWICZ. 1987, p. 201).

DALLO, em seu livro “Estrada do colono, a luta de um povo”, se debruça rapidamente sobre a revolta de 1957, afirmando que “outra vez a população regional se une para combater mais uma injustiça que lhe foi imposta” (DALLO. 1999, p. 81). Ainda neste mesmo livro o autor nos traz um trecho de um manifesto de apoio a abertura do colono, produzido pela Coordenadoria das associações comerciais e industriais do Oeste do Paraná (CACIOPAR), assinado pelo então presidente Valmor Lemainsk.

Dentre as várias injustiças impostas contra o Oeste e Sudoeste do Paraná, certamente, a maior, foi à praticada pelas autoridades da época em que se colonizavam essas regiões, quando eram vendidas a agricultores terras com títulos remontados ou falsos, desencadeando reações que culminaram com um enorme derramamento de sangue e perdas de centenas de vidas, uma página negra que a história do Paraná procura esconder. A insensibilidade, a incompetência e a incoerência de quem detinha o poder colaboraram muito para que aquilo ocorresse. Mas a

união e a reação do povo lesado, com as armas nas mãos, fizeram com que justiça fosse feita e o estado de direito restabelecido. (LEMAINSK, citado por DALLO. 1999, p. 60).

Observa-se que a revolta dos posseiros possui uma memória muito similar à memória das disputas na estrada do colono, onde temos uma comunidade que por mais heterogênea nas suas funções sociais, se vê como uma comunidade de colonos, onde os sujeitos ainda se encontram ligados a terra, a ideia da terra como sendo a salvaguarda do seu estilo de vida, e sendo esses sujeitos privados dessa terra se encontram lutando contra o poder público.

Uma memória que até então foi sempre tratada como heroica, pode ser mesmo que subjetivamente, ou ainda invocada como no caso a cima citado, motivadora dos conflitos atuais. São memórias de um movimento vitorioso efetivado por um grupo que pode ser refletido no outro.

### 2.3O Pioneirismo e Capanema

Neste subcapítulo serão abordadas as memórias de formação do município de Capanema, o pioneirismo como elemento de identidade e por consequência o ocultamento de sujeitos que não se encaixem no perfil colonizador.

Nesta parte do trabalho a pesquisa se dá com fontes diversas. Monumentos, assim como o hino da cidade entram aqui como fontes do poder do Estado, que escolhe e fixa singularmente uma memória histórica.

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forcas sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2013, p. 390).

Destacamos a ideia de mito fundador, e mesmo como um todo neste capítulo, a luta pela afirmação da terra, pois se pode observar como esta ideia será capitalizada nas disputas pela estrada do colono. Quando os sujeitos ainda hoje se veem na figura de colonos e de forma subjetiva veem um reflexo da sua história naquela curta estrada de chão.

O município de Capanema foi desmembrado do Município de Clevelândia pela Lei Estadual nº 790 de 14 de novembro de 1951 e elevado à categoria de município com instalação definitiva em 14 de dezembro de 1952. Ainda em novembro de 1952 realizou-se a 1º eleição para o cargo de Prefeito Municipal sendo eleito o Senhor Otávio Francisco de Mattos com 44 votos.

Qualquer pessoa ao passear pelo centro da cidade, não conseguirá deixar de notar na rotatória em frente à prefeitura, no encontro da Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza com a Avenida Brasil, principal avenida comercial da cidade, um monumento, um conjunto de três estátuas: um homem com uma enxada, um homem a cavalo e uma mulher fazendo alusão ao plantio de sementes (figura 01).

Este monumento é relativamente novo, inaugurado na gestão municipal de 2009/2012. Configura-se como uma homenagem aos pioneiros da cidade, e contém a seguinte legenda: “os valores trazidos por seus pioneiros são os alicerces do povo capanemense: fé, força, trabalho, esperança. Aos heróis anônimos se deve a Capanema atual.”.

Figura 6 – Monumento aos pioneiros em Capanema



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Logo em frente encontra-se ainda uma grande placa, da altura de uma pessoa (figura 02) colocada pela prefeitura com uma legenda para cada uma das estátuas na rotatória. A placa e o monumento não foram postos ao mesmo tempo, sendo a placa posta posteriormente. Logo esta placa pode ser configurada como um reforço à memória do monumento, uma confirmação de seu significado. Mais uma vez em sua legenda podemos notar a afirmação de determinados “valores” como a importância do pioneiro, do trabalho, da família e mais ainda da terra ao falar da agricultura familiar.

Estes monumentos, podemos entender o conjunto de estátua como um e a placa como outro, são uma reafirmação da memória e dos valores sociais desta comunidade. Para Le Goff (2013, p. 485) “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada (...) pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade (...)”. E ainda Le Goff (2013, p. 486) “o *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação.”.

POSSAMAI nos traz ainda que:

Sendo a cultura universo da escolha, não é demais ressaltar que as operações relacionadas ao patrimônio implicam, antes de qualquer coisa, uma seleção dos elementos culturais que serão alvo das práticas de preservação. (...) É na atribuição de determinados valores (...) que se opera a definição do que será considerado patrimônio, portanto digno de preservação, e o que será relegado ao esquecimento. Nesse sentido, sendo escolha, o patrimônio pode ser visto como representação social, relação estabelecida entre um objeto material ou imagem presente a algo ausente. (2000, p.17).

Os monumentos são feitos de forma a congelar para a posterioridade uma ideia, ou uma crença, ser um testemunho da história, é uma reafirmação, um ponto fixo, e mais ainda, um ponto visível na memória coletiva, das gerações que não vivenciaram determinado período.

Tornam-se assim local de memória. O monumento nunca é erigido despretensiosamente, ele é uma escolha feita por alguém. Quando ocupa o espaço público esta escolha geralmente se dá pelo poder público e conseqüentemente está ligada a memória oficial do grupo.

Figura 7 - Placa alusiva ao monumento dos pioneiros



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

### Segundo Le Goff:

O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado a memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos. (2013, p.486).

No caso específico destes monumentos, ele se caracteriza como um ufanismo em relação ao pioneirismo, a colonização da cidade. A memória singular que o monumento fixa, desperta um sentimento de identidade, um pertencimento ao mesmo grupo.



A rigor, todas as sociedades, ao longo de sua história, produziram suas próprias representações globais: trata-se da elaboração de um sistema de ideias – imagens de representação coletiva mediante o qual elas se atribuem uma identidade estabelecem suas divisões, legitimam seu poder e concebem modelos para a conduta de seus membros. Seriam, pois, representações coletivas da realidade, e não reflexos da mesma. (PESAVENTO, 1995, p. 16).

Pode-se identificar através destes a construção e fixação da representação de um pioneiro que é colono como sendo o herói fundador do território capanemense, como aponta o próprio texto da placa onde apresenta o significado de cavalo e cavaleiro - *Retratam a coragem do homem trabalhador para o desbravamento e a fixação dos pioneiros que aqui chegaram nos anos 50.*

Essa representação, ainda de acordo com a legenda homogênea toda a comunidade quando exalta os “valores” que esse grupo deve ter – *A mulher, representa a sementeira da sabedoria, do conhecimento, dos valores e princípios das mulheres capanemenses pela atitude de labor, que realmente contribuem para a formação do cidadão do município e Capanema* - apagando assim todos os outros sujeitos que não se encaixem com esses valores, ou neste perfil de família colonizadora.

A própria legenda do monumento nos indica - *os valores trazidos por seus pioneiros* - como temos visto ao decorrer do primeiro item deste capítulo (2.1 – Migração no sul do Brasil), o pioneiro é visto como o migrante descendente de alemães e italianos vindo do Rio Grande do Sul, assim os seus valores, são considerados os fundadores da cidade, a sua fé cristã, representada principalmente por católicos e protestantes, brancos e “trabalhadores”.

Podemos perceber na fala do informante a seguir como o monumento é percebido pela população, fazendo na sua fala uma leitura simples do monumento, mas que mais uma vez evoca os valores do pioneiro:

Aquilo [as estatuas] é a memória dos colonos. É importante, porquê o pessoal que vem de fora vê aquilo ali [...] Porque a mesma pessoa que vai no colégio e vem no colégio e vê a bandeira do Brasil e não sabe o que esta escrito na bandeira, e na bandeira esta escrito ordem e progresso... Ordem é andar direito e progresso é serviço [serviço no sentido de trabalho, emprego]. (Plínio Barbosa de Oliveira. 20/10/2015).

Albuquerque (2010, p. 164 – 165) também destaca a relação da história com a valorização do trabalho dentro destes grupos de migrantes, ao vermos que esses

grupos num contexto mais amplo foram introduzidos no Brasil para diminuir os negros no país, e como tal o migrante europeu acaba ganhando ares de civilizador.

A elite política e intelectual brasileira estabelecia uma relação direta entre raça e capacidade de trabalho. Os imigrantes brancos eram mais trabalhadores do que os negros e mestiços brasileiros, vistos como preguiçosos e indolentes. Conforme essa concepção, o desenvolvimento do Brasil passava pela atração de trabalhadores brancos e livres. (ALBUQUERQUE, 2010, p.165).

Esse discurso elitista acaba reforçando ainda mais os “valores” dos migrantes, que como demonstra o próprio monumento, são estimados ainda nos dias atuais dentro da comunidade.

É importante entender este sentimento de pioneirismo, o entendimento com o desbravamento, o sentimento de ligação entre terra e trabalho, pois um dos discursos mais recorrentes sobre o fechamento da Estrada do Colono é justamente o trabalho, a ideia de que o fim da estrada acarretou no fim de “bons empregos” para os jovens da cidade.

Nas pequenas cidades de fronteira erguidas contra a natureza, não existe propriamente um passado a que se remeter. O ato da fundação do urbano é, por excelência, o ato primordial que cria a sociedade local. Esse ato possui, nessas cidades, a capacidade de outorgar poder. Ter participado, ter estado presente, ter dado continuidade ao ato de fundação, o surgimento do urbano são alguns dos aspectos importantes na narrativa sobre a história dessas cidades. (ARRUDA, 2005, p. 10).

O mito fundador tem a função de “unir” uma comunidade num determinado território, justamente a matriz de fundação da cidade, o passado comum, que constitui sujeitos estranhos entre si e diferentes em uma comunidade política, dando a esses sujeitos uma identidade de cidadão deste novo espaço urbano. É no visualizar do que foi ontem (ARRUDA, 2005, p. 11-13) que os sujeitos / moradores se questionam o que é hoje, e questionando-se conseguem inserir-se no espaço tempo, nas transformações do urbano que habita.

O monumento no centro de Capanema remete a esse mito fundador, ao surgimento do urbano e ao mesmo tempo está destinado a perpetuar uma narrativa sobre o processo histórico da cidade e da região.

Aquilo é os primeiros... Pelo que eu sei história, eu também não fui me aprofundar, mas pelo que eu sei aquele monumento que estão lá, são os primeiros colonos, colonizadores, o pessoal que... São pioneiros do nosso município. Como nosso município iniciou assim, como todos os outros, assim adentrando na mata e fazendo lotes,

terrenos... Então aquilo significa que são os primeiros moradores... Na realidade os mais antigos. (Louraine Lazzaron, 17/07/2015).

O hino da cidade (Anexo 02) também remete a esse mito, como podemos observar algumas estrofes:

*Capanema de terras tão férteis  
É cidade que já foi sertão  
Desbravado por mãos decididas  
Atira desta terra o pão.*

E ainda nesta outra estrofe:

*Os teus filhos e teus imigrantes  
Irmanados no ideal mais puro  
Te constroem com firme intenção  
Nas premissas de um grande futuro.*

É necessário ressaltar a importância deste mito fundador, pois ele se relaciona intimamente com a Estrada do colono, começando justamente pelo nome, a *Estrada do Colono* – este colono, que é agricultor, mas que se autodenomina colono, termo este que nos remete ao colonizador, ao pioneiro.

A esta questão do pioneiro como mito fundador de uma coletividade podemos também citar o fato de ser comum nos estados do sul, “hábito” que se repete em Capanema e na região, enaltecer a descendência das famílias com origem europeia.

Como já falamos ao decorrer do capítulo esses “heróis pioneiros” que foram enaltecidos pela história do Paraná são em sua maioria migrantes, destes migrantes grande parte é ainda de famílias participantes de um segundo ciclo de migração, sendo descendentes (na região Sudoeste) de alemães e italianos. Este fenômeno já foi observado por José Lindomar C. Albuquerque em seu livro “A Dinâmica das fronteiras”. O autor ainda destaca (2010, p. 168) que esses descendentes continuam cultuando uma origem comum, baseado na crença de uma “terra mãe” (o país de origem) e enaltecendo hábitos e costumes ligados a essa comunidade étnica.

Apesar de sabermos que identidades não são fixas, podemos entender que estas comunidades estão de fato ligadas a terra. A primeira construção de uma identidade de comunidade, em geral pode ser vista como o fato das pessoas estarem do mesmo lado desta linha inventada a que chamamos fronteira.

Temos observado ao longo deste capítulo, elementos que se incorporam na identidade dos Capanemenses, a terra como local de origem, como mito fundador, o passado em comum visto na figura dos pioneiros e ainda os valores destes mesmos, como alicerce para a tradição deste passado em comum.

A Estrada do Colono aqui figura como um símbolo, conforme Catroga (2001, p.48), “a memória só poderá desempenhar a sua função social através de liturgias próprias, centradas em reavivamentos, que só os *traços-vestígios* do pretérito são capazes de provocar”. A estrada então toma lugar como um desses traços – vestígios do passado, um resgate da memória destes pioneiros, como se observa na seguinte fala:

Naquele tempo passava muito negócio de porcos, que passava pra lá sabe, ia pra Guarapuava, mas o único lugar da região nossa aqui do sudoeste era Capanema, no porto Lupião, na estrada do Parque, que dava pro pessoal passar. Daí toda a região ali cresceu, a região de Medianeira, São Miguel do Iguaçu, tudo a região, Guaíra, aquela região toda, até mesmo Foz do Iguaçu passava por essa balsa ali. (Marcelino Ampessam 24/12/2012).

Essa representação da Estrada fica ainda mais evidente na fala do senhor Oliveira (20/10/2015) “a estrada do colono, nada mais e nada menos, que os colonos povoaram o Paraná por esta estrada”.

Neste aspecto entendemos que a Estrada do Colono nestas memórias é interpretada como um símbolo desta colonização. A resistência da comunidade pela abertura da Estrada superficialmente é interpretada como jogo político de discursos economicistas, todavia mais do que uma luta econômica, durante a pesquisa foi-se construindo esta perspectiva em que podemos compreender a própria luta como resistência de memórias.

### 3. CAPÍTULO III - DIÁLOGOS: MEMÓRIA, IDENTIDADE E HISTÓRIA

As disputas em torno da Estrada do Colono apresentam muitas variáveis: o valor histórico da estrada, a problemática ambiental do PNI, o discurso político-econômico e por fim o jogo de representações que sofre a estrada.

Dada sua complexidade seria insignificante tentarmos entender a memória e, por conseguinte, as ressignificações exercidas pela população se não levássemos em conta todas as variáveis exercidas. Desta forma não se pode almejar que uma só especialização poderia entender tal objeto em sua totalidade. Conforme Frigotto (2008, p. 43):

A necessidade de interdisciplinaridade na produção do conhecimento funda-se no caráter dialético da realidade social que é, ao mesmo tempo, una e diversa e na natureza intersubjetiva de sua apreensão, caráter uno e diverso da realidade social nos impõe distinguir os limites reais dos sujeitos que investigam dos limites do objeto investigado.

Quando tomamos como objeto de pesquisa a memória humana, o sujeito humano não é de forma alguma estático, e não existe isolado ou independente do meio em que vive. O sujeito sofre influências, assim como influencia e negocia com o seu meio social. Conforme Pimenta (2008, p. 65), “não pode haver interdisciplinaridade sem junção e articulação de disciplinas diferentes, sem mudança de um modo de pensar, sentir e agir que tem na sua gênese as disciplinas científicas.” Assim, a interdisciplinaridade nos permite vislumbrar a totalidade de um objeto na medida em que podemos tomar como auxílio diferentes áreas de saberes e diferentes métodos de pesquisa.

Da mesma forma como não é possível entender totalmente uma obra/livro sem entender seu autor e o contexto em que a obra foi produzida, não podemos arrancar durante a pesquisa um “pedaço” de memória sem analisar no mínimo em que meio social esta memória foi divulgada ao entrevistador. E ainda assim afirma Rousso (1996, p.90) que “existe um abismo entre aquilo que o autor de um documento pôde ou quis dizer, a realidade que esse documento exprime e a interpretação que os historiadores que se sucederão em sua leitura farão mais tarde (...)”.

Um dos grandes desafios da pesquisa oral é estabelecer o depoimento como um documento/fonte e tal qual saber que este não é completamente confiável. Existe sempre um jogo entre entrevistado e entrevistador, o sujeito entrevistado está expondo a si mesmo durante uma entrevista, é como escolher uma fotografia para colocar no porta-retratos da sala, escolhemos as belas imagens com os melhores ângulos, assim também o sujeito deve escolher as melhores falas, as belas lembranças. Conforme Le Goff (2013, p. 496 -497):

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continua a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (...) resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento – verdade. (...) qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo talvez sobretudo os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem.

Uma frase que se repetiu bastante no decorrer das entrevistas foi “*agora que você desligou o gravador*”, comumente utilizada ao fim de uma entrevista. Sem o gravador o sujeito se sente livre para se posicionar politicamente sobre a estrada. Isso é compreensível na medida em que o assunto tratado além de ter causado conflitos direto com a população também envolveu processos judiciais com algumas pessoas da cidade que, inclusive, não quiseram ceder entrevistas.

Pollak em seu trabalho *Memória, Esquecimento, Silêncio* se debruça sobre o não dito. Para ele (1989, p.08), “essa tipologia de discursos, de silêncios e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos”, o autor ainda cita o exemplo (1989 p. 05-06) dos sobreviventes dos campos de concentração que, após serem libertados, retornaram à Alemanha ou à Áustria e mantiveram silêncio sobre o ocorrido durante a guerra, tanto como um modo de se estabelecer na comunidade como por um sentimento de culpa.

Ainda nos traz o exemplo (1989, p. 06 - 07) dos deportados desse mesmo período histórico, que mantem também suas experiências em silêncio e se esquivam de participar de comemorações oficiais, mas chegando o momento em que tomam ciência que estas memórias vão desaparecer com eles, os sujeitos lutam para que suas lembranças não caiam no esquecimento.

Essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. (POLLAK 1989, p.05).

Isso talvez explique o que torna o posicionamento dos sujeitos capanemenses não dizíveis durante a entrevista, mas quando o gravador se encontra desligado, e no lugar do pesquisador, aos olhos do sujeito, se encontra uma jovem também moradora da cidade, e assim alguém que deverá compartilhar de suas angustias em relação a essa temática, confessável.

### 3.1 Memória e Identidade.

A memória é um conceito extremamente complexo nas ciências humanas e, ao mesmo, tempo crucial. Toda história humana depende da memória acumulada no passar do tempo. Para Le Goff trata-se de um

Fenômeno individual e psicológico, a memória liga-se também a vida social. Esta varia em função da presença ou da ausência da escrita e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado, produz diversos tipos de documento/monumento. (2013, p.387).

Ao pensar em memória pode-se a primeira vista somente pensar em memória individual, mas ao visualizar, uma comunidade ou mesmo um grupo menor, percebe-se uma construção e aceitação social da realidade daquele grupo. Inicialmente é necessário estabelecer o que é a chamada memória coletiva. Halbwachs trata justamente desta seara em seu livro *A Memória Coletiva*, em seu primeiro capítulo afirma:

[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas não são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (1990, p.26).

O autor propõe que nossa leitura da realidade não é individual, afinal a própria realidade em que estamos inseridos não foi por nós construída, as leituras do mundo são pré-estabelecidas por aqueles que antes de nós fizeram a construção. O autor

ilustra sua ideia com a visita de um sujeito a França, quando este admira um prédio, ele está admirando a construção de algum arquiteto, quando vai ao museu indicado por um colega, ele toma a leitura de seu amigo que sugeriu este museu e ainda vê lá exposta uma coleção que foi escolhida por uma cátedra.

Podemos evocar para demonstrar a construção da memória coletiva um exemplo que atualmente vem sendo discutido principalmente nas mídias sociais<sup>20</sup>, e retoma a ideia da construção de gênero. É extremamente comum ver um homem sem camisa, com o peito nu, na rua, principalmente praticando exercícios, ou mesmo em ambientes fechados, sendo o mais comum às academias. Mas esse mesmo comportamento é repreendido na sociedade para as mulheres, porque os seios femininos tem uma conotação extremamente sexual, veja que em sociedades ameríndias não existe esta leitura para nenhum dos sexos. Isso é a memória coletiva de um grupo, ninguém precisa ensinar uma menina que ela não pode deixar os seios amostras e nem explicar a conotação sexual que essa parte do corpo feminino ganha, assim como não precisam dizer a um menino que ele não deve usar saias. Saindo da construção de gênero podemos apontar o exemplo da Cruz cristã, um símbolo carregado de significâncias para um grupo, os cristãos, enquanto se perguntar a uma criança que não tenha tomado contato com essa religiosidade ela dirá que este símbolo é apenas um pedaço de madeira.

Desta forma podemos estabelecer a construção de uma memória coletiva que envolva a estrada do colono. Ela é em primazia apenas um ligamento de um lugar para o outro, mas durante as entrevistas percebe-se que ela toma uma ressignificação pela comunidade.

É praticamente impossível dissociar Memória de Identidade, são conceitos que andam de mãos dadas, pois como afirma Catroga (2001, p. 43-44) sem memória não existe identidade.

No inicio deste projeto de pesquisa um dos objetivos era identificar a identidade do ser Capanemense, questão esta que hoje percebo impossível. Conforme Hall,

A identidade é, na verdade, algo formado ao longo do tempo através de processos inconscientes, mais do que algo inato à consciência, desde o nascimento. Há sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre essa unidade. Ela permanece sempre incompleta, esta sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. (1998, p. 30).

---

<sup>20</sup> Essas discussões vêm ganhando espaço desde 2014 quando foi lançado o documentário *Free the Nipple* de 90 minutos, dirigido por Lino Esco.



Podemos dizer que não existe identidade coletiva que abranja a uma comunidade toda, como dizer, por exemplo, qual é a identidade do ser brasileiro? O que faz de um brasileiro e do outro não brasileiro?

São perguntas relevantes, pois a resposta mais óbvia seria dizer que todo sujeito que nasce no território pertencente ao Estado Nação chamado Brasil é de fato brasileiro, mas somente o seu local de nascimento é capaz de fazer com que o sujeito produza uma autoimagem de si mesmo como brasileiro? Então como explicar o fato dos filhos dos migrantes criarem identidades em que se veem com a nacionalidade dos pais, ou avós e não como a do seu local de nascimento, ou mesmo no caso das pessoas de Capanema que se denominam alemães ou italianos por serem descendentes de migrantes.

Para Pollak o sentimento de identidade, em seu sentido mais superficial corresponde ao,

[...] Sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (1992, p. 05).

Como a memória, a identidade não é fixa, ela é mutável, faz parte de um jogo simbólico do sujeito para com o outro, Woodward (2003, p. 8-9) a identidade nos permite participar de grupos sociais que compartilhem das mesmas representações, esses grupos que Hall chama de “comunidades imaginadas”.

Woodward salienta que,

Uma segunda concepção de identidade cultural é aquela que a vê como “uma questão tanto de ‘tornar-se’ quanto de ‘ser’”. Isso não significa negar que a identidade tenha um passado, mas reconhecer que, ao reivindicá-la, nós a reconstruímos e que, além disso, o passado sofre uma constante transformação. Esse passado é parte de uma “co-comunidade imaginada”, uma comunidade de sujeitos que se apresentam como sendo “nós”. (2003, p.28).

A Estrada quando posta como um local de memória, como representação do mito fundador do pioneiro, ou seja, símbolo de origem da comunidade (este aspecto é discutido no capítulo 02), ela também se torna parte do referencial simbólico desta comunidade. Ao analisar as memórias dos informantes estamos analisando também esse referencial simbólico.

Além de ser vista com um local de memória, o fechamento da estrada se torna o culpado por grande parte das mazelas econômicas da cidade, mesmo que durante as entrevistas ao perguntar se o sujeito teve alguma perda econômica com o fim da estrada, as respostas somente um entrevistado, o senhor Eno Schwengber conseguiu explicar seu prejuízo:

Eu levava trigo pra Medianeira, pra cooperativa de Medianeira porque aqui ainda estava meio devagar, (...) Primeiro ano que plantei trigo aqui um tanto levei pra medianeira. (...) e a gente criava bastante porco na época, e os porcos iam todos pra Medianeira. (...) eles pagavam mais. Porque aqui não tinha moinho, ai eles [a cooperativa de Capanema] tinham que revender pra lá, Medianeira já tinha moinho. Não éramos somente nós que fazíamos isso. Até hoje aqui não tem moinho. (13/07/2015).

Dentre o grupo dos comerciantes os sujeitos relatam a perda econômica como a falta de movimento e consequente desvalorização da cidade, esse é um discurso singular na cidade sobre a perda. Veja o que diz o informante:

Prejudicou bastante. Principalmente o comercio, porque não tinha mais passagem de ônibus porque tudo passava ali. (...) o pessoal que podia ter ficado começaram a procurar outro recurso e foram saindo. É o município estava com 20, 30 acho que 28 mil habitantes e hoje deve estar uns 17, 18. Nós tínhamos a lanchonete lá atrás. Era pra você ver o movimento que tinha! A diferença. Com a estrada fechada caiu 50%. Pra todo mundo. (Zeno Antônio Walker 15/07/2015).

O senhor Walker não foi o único a relatar sobre um êxodo da população, muitos informantes falaram sobre essa questão, esse ponto ascende memórias mais afetivas, pois ressalta a migração de familiares para outras regiões. Segue alguns relatos:

Muita gente foi embora, porque psicologicamente se achava que a Estrada do Colono ia trazer indústria, as pessoas migraram daqui pra outros lugares, porque nós ficamos numa cidade fim de linha. (Elisane Zirth Hartmann, 20/10/2015).

Uns quantos anos de parada, e muita gente foi embora, não viam mais nenhum objetivo. Os terrenos desvalorizaram, porque eu lembro o Tio Alípio ele quase deu a casa dele de presente pra ir lá pra Rondônia, foram embora, o que ele tinha ali vendeu assim a preço de banana pra sair daqui, e assim muitos fizeram então os terrenos não tinham mais valor, as casas, nada. (Elita Lamp, 13/07/2015).

Prejuízo foi bastante, o atraso da cidade, [...] só que a gente pra calcular isso... A gente não tem como. Muito do pessoal vendeu e foi embora, outros que iam vir pra cá, já não vieram mais, algum comércio desistiu. (Eno Felicio Schwengber, 13/07/2015).

Quem não era enraizado que nem eu... Foram todos embora. Quem tinha dinheiro pra investir em Capanema foi tudo embora. O pessoal teve familiar que morreu inteirinhas na estrada. Tem uma família aqui de Santa Clara [interior de Capanema] que eram seis na família, então um foi junto na mudança no caminhão e cinco foram no automóvel. Os cinco do automóvel, nós velamos todos no pavilhão de Santa Clara, morreram entre Jaciara [Mato Grosso] e o km 300. Se mudando daqui pra Campo Verde [Mato Grosso]. Você já imaginou ajudar a carregar a mudança de seis pessoas e voltar cinco mortos. Indo embora, pessoal de bem, pessoal instalado aqui. Sem falar em outros... (Plínio Barbosa de Oliveira, 20/10/2015).

Esse êxodo populacional pode ser observado nos números que concernem à população da cidade, observe a tabela 01. O êxodo dos pequenos municípios é abordado pela reportagem da Gazeta do Povo de 1998.

Muitos moradores da região próxima à Estrada do Colono, alegam que as cidades sofreram um decréscimo no número de habitantes em razão do fechamento da estrada. José Álvaro, no entanto, afirma que “existem estudos, técnicos que comprovam que a época do fechamento da Estrada do Colono, na década de 80, houve de fato diminuição da população e das atividades econômicas em todos os pequenos municípios do interior do Paraná e não somente naqueles situados próximos a Estrada do Colono, como alguns querem fazer crer”. Ele explica que esse contingente migrou para os grandes centros paranaenses. (GAZETA DO PARANÁ. 1998, p. 14).

Esse tipo de material, produzido pela prefeitura, reforça ainda mais a memória de perda das pessoas, pois não são colocado num contexto macro, como veremos nas próximas páginas a década de 1980 foi marcada por uma crise econômica nacional, além disso no município de Capanema, observamos neste período outras mudanças econômicas além do fechamento da estrada.

Figura 8 – População do município de Capanema de 1980 a 1993

COMPORTAMENTO DA POPULAÇÃO

ANO	URBANA		RURAL		TOTAL		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	
1980	3.737	3.971	9.442	8.633	13.179	12.604	25.783
*1985	5.108	5.436	8.978	8.201	14.086	13.637	27.723
*1988	6.146	6.565	8.726	7.950	14.872	14.515	29.387
*1989	6.560	6.988	8.623	7.870	15.183	14.858	30.041
*1990	6.983	7.441	8.536	7.790	15.519	15.231	30.750
1993	3.835	4.100	5.962	5.474	9.797	9.574	19.371

\* PROJEÇÃO

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA. Perfil Sócio Econômico Municipal. 1995.

Podemos perceber a utilização do termo *esperança*. Ele aparece nas entrevistas ainda quando perguntados sobre as perdas da estrada: “uns quantos anos de parada, e muita gente foi embora [...] não viam mais esperança de que ia melhorar à cidade” (Elita Lamp, 13/07/2015).

É possível entendermos não só que o fechamento da estrada se tornou o símbolo dos problemas econômicos da estrada, sem a estrada não existe mais esperança na cidade. O termo *esperança* pode ser visto como um divisor de momentos. Notem a fala “não viam *mais* esperança”, a frase é construída de tal forma que podemos compreender que no presente não há esperança, mas no passado ela existia.

Na deferência com que os sujeitos falam do passado, se constrói uma narrativa romântica sobre a estrada. Ao falar sobre o passado em que a estrada estava aberta não se encontra discursos economicistas, os depoimentos se pontuam em experiências pessoais, falando de belas paisagens naturais e mostrando a

estrada como agente unificador de duas localidades com lanços muitas vezes familiares estreitos.

Nós íamos seguido porque nós tínhamos na época parentes, pessoal da família que morava logo depois daquele mato, acho que a primeira cidade é Serranópolis (...). Quando era criança a gente atravessava muito ali com a balsa, mas era um pulinho, que eu lembro assim, dava uma festa no final de semana, a gente pegava e ia (...) eu era criança na época, então eu lembro vagarosamente que eu já fui a dois casamentos lá na casa desses parentes (...) eu lembro até que íamos com uma Kombi velha então, a família inteira com papagaio e periquito... É até um sarro. Eu tenho uma lembrança muito boa, assim fresquinha... Eu era criança na época a gente atravessava o parque e tinha aquelas borboletas coloridas, olha era infestado de borboletas, mas era tão bonito aquilo, nossa isso vem na minha lembrança muito bem. (Louraine Lazzaron, 17/07/2015).

Expomos a seguir um pouco do que nos contou o seu Norberto Lamp. As suas memórias sobre a estrada do colono, estão ligadas a vida íntima dele, já que por quatro anos ele usou a estrada para visitar a futura esposa que morava em Capanema enquanto ele morava em Marechal Candido Rondon.

Quando nós íamos casar deu uma enchente, isso ficou marcado. A Elita tinha ido lá pra conhecer, conhecer onde ia morar [Marechal Candido Rondon] ai nós voltamos junto de lá, e chegando ali no rio a balsa não passou porque o rio estava pra fora do barranco. Foi em 1972. Então nós vinha vindo de ônibus até dentro do parque. Ele foi ate um pedaço dai viu que não ia dar pra ir pra frente, veio um carro pequeno e avisou, “olha lá no meio do parque tem um caminhão atravessado, lá vocês não passam igual”. Ai o ônibus deu um jeito de ir de ré, manobrou, virou e fomos até flor da Serra, ou era Jardinópolis. A primeira vila do outro lado, ai o motorista falou: “agora é com vocês, nós podemos arrendar duas Kombis, ai eles acorrentam o carro e levam vocês até lá e vocês vão cruzar com a balsinha motorizada” e foi o que acabamos fazendo. Depois não tinha carro pra nos trazer a Capanema, ai tivemos que pousar no hotel do velho Possan. Ai no outro dia de manhã o primeiro carro que vinha a Capanema nós mandamos um recardo pro Anoldo vir nos buscar. Para preparar as coisas aqui para o casamento, isso foi numa Quinta-feira que nós viemos embora, ai ficamos Sexta-feira providenciando, no Sábado já foi o casamento. Ai quem veio de lá... O meu pai com a mãe, vieram com minhas irmãs de Kombi, até na barranca do rio só que quando eles viram aqui lá, voltaram e foram embora pra casa. Só minha mãe e uma amiga dela ficaram, então com a barquinha eles cruzaram pro lado de cá e vieram no nosso casamento. Agora meu pai e minhas irmãs... não veio ninguém. (Norberto Lamp. 13/07/2015).

Essas memórias quase míticas do passado são apontadas por LAVARDI (2005, p. 43 – 44) como um reflexo dos próprios conflitos do presente, e reflete citando GIRARDET sobre a representação do passado:

Posto a imagem de um presente sentido e descrito como um momento de tristeza e de decadência, ergue-se o absoluto de um passado de plenitude e de luz. Resultado quase que inevitável: do sonho, a representação do ‘tempo de antes’ tornou-se mito. E mito no sentido mais completo do termo: ao mesmo tempo ficção, sistema de explicação e mensagem mobilizadora. (GIRARDET, citado por LAVERDI 2005, p. 44).

A memória idílica da estrada deve ser vista no contexto do seu primeiro fechamento em 1986, um período em que a cidade sofreu outras duas mudanças com impacto na economia da cidade, o fechamento de dois portos de areia e a construção da ponte Internacional *Andresito* que liga Capanema a Argentina que até hoje tem seu funcionamento bastante restrito, não podendo passar cargas nem ônibus, e com horário de funcionamento.

Enquanto a nível nacional a economia do país estava num momento bastante sensível, o Brasil contava com seu primeiro presidente civil, José Sarney, após a ditadura militar, e vinha enfrentando problemas como da inflação altíssima e uma dívida externa bilionária. Em 1986 ainda tivemos a implantação do Plano Cruzado, tudo isso acarretava em incertezas quanto à vida econômica e política do país.

De tal modo podemos observar uma representação do que foi a estrada, com uma memória romantizada, com lembranças geralmente ligadas ao processo das pessoas utilizarem esse percurso para visitar familiares e amigos e com a mudança com o seu encerramento a estrada se transmuta em um signo de perda.

Halbwachs (1990, p.81) trás uma perspectiva oposta de memória e história, mesmo que o objetivo primário da história seja construir uma ponte entre o passado e o presente, esta história/ "memória" escrita não pode de fato despertar a memória coletiva do grupo que a viveu.

Por definição, ela [memória coletiva] não ultrapassa os limites deste grupo. Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte de seu passado: há, na realidade, dois grupos que se sucedem. (1990, p.82).

Pollak (1992, p. 02) também acredita que a memória é um fenômeno coletivo, acima do fenômeno individual, que se constrói sobre alguns pontos fixos, mas sobre tudo ela é mutável. Segundo este autor:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, (...)? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade (...). É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um

fenômeno de projeção de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (POLLAK, 1992, p. 02).

Ao estudar as memórias de um grupo, tenta-se entender como estas se fixaram, como elas são mantidas. Constituinte a memória um conjunto de seleções, quem faz ou fez esta seleção na cidade? Ainda de acordo com Pollak (1992, p. 02-03) a memória se solidifica principalmente em torno de acontecimentos, pessoas e lugares. Destes, todos podem ser sentimentos de “tabela”, como designa o autor às memórias que não foram vividas pelo próprio sujeito, estabelecendo a Estrada do Colono como um lugar de ponto fixo para a memória da comunidade, temos aqui que tentar compreender o que a colocou como ponto fixo da comunidade, quem são os personagens e os acontecimentos que a envolvem, e qual é sua importância para esta comunidade.

Conforme explica Pierre Nora,

São lugares [de memória], com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. [...] Os três aspectos coexistem sempre. [...] É material por seu conteúdo demográfico, funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou. (1993, 21- 22).

A Estrada do colono se torna lugar de memória por existir por parte da população um desejo de memória, mostra-se isso na fala da informante quando perguntada o que era a Estrada do colono,

A Estrada do Colono pra nós aqui em Capanema, ela é parte da nossa história, porque ela foi motivo de muita gente sair da zona de conforto pra lutar, pra que a gente pudesse passar por ali, porque é um absurdo você não poder passar. (Elisane Zirth Hartman. 20/10/2015).

Uma experiência compartilhada por gerações<sup>21</sup> que passaram pela estrada e que transmitem para os mais jovens, para novos moradores, ou para quem quiser ouvir. Quando perguntados se as pessoas ainda falavam sobre a estrada, as respostas foram sempre afirmativas, notem:

---

<sup>21</sup> Gerações no plural. Demonstro isso com meu próprio caso: os meus pais passaram pela estrada enquanto ela estava normalmente aberta até 1986, sendo eles uma geração, eu passei pela estrada num segundo momento que ela esteve aberta, 1997-2001, sendo que posso ser caracterizada como outra geração.

Cada dia o povo comenta, pois é coisa que o povo tinha antigamente e foi tirado, e não estraga nada a estrada passando, só conserva. (Zeno Antônio Walker 15/07/2015).

Na verdade, nós que moramos aqui comentamos muito disso, pra que se ache um jeito de conseguir passar pela estrada do colono. Porque se copia tudo de outros países, países desenvolvidos tem estrada parque, em que todo mundo pode passar, todo mundo pode fazer parte. E aqui as pessoas comentam muito disso por conta de achar uma maneira para que se possa usar de novo essa estrada. (Elisane Zirth Hartman. 20/10/2015).

Comentam, muito. Comentam bastante. [...] Mas o papo de abertura de Estrada do Colono nunca deixou de estar na pauta, sempre se fala em reabertura, sempre se fala de estrada do colono, sempre se fala na falta que ela faz [...], então a gente percebe que a Estrada do Colono não sai do ouvido e nem da boca de ninguém. A Estrada do Colono ainda é... Está ainda em alta assim... Então quer dizer o que, que todo mundo quer, todo mundo precisa disso. Não sei se vai ser bom ou ruim, mas eu acho que deveria estar aberta sim. (Louraine Lazzaron, 17/07/2015).

Sobre as narrativas da população ainda trago a experiência do jornalista Aluízio Palmar, que passou quatro meses em Capanema em 2004 e descreve em seu livro,

Durante meu trabalho em Capanema, a ação policial para o fechamento da estrada era tema obrigatório das conversas e a sua reabertura fazia parte das plataformas eleitorais. Casos de mobilização e violência, como os acontecimentos de 2001 e 2003, fazem parte da história da região. Talvez seja este o motivo das pessoas serem extremamente desconfiadas. (2005, p.184 – 185).

Esclarecendo que suportes de memória são os locais, coisas, objetos, tudo que ancora, condensa ou exprime o capital de determinada memória. Desta forma podemos estabelecer que apesar da Estrada não ter uma memória oficial em materiais escolares ou não possuir monumentos e nem ser comemorada, ela possui variados suportes: trabalhos acadêmicos variados conforme é destacado durante a dissertação, matérias em jornais, os inúmeros documentos dos processos pela reabertura e mais ainda a população que transmite essa memória herdada de forma informal, dentro da família, na rua, nos bares, filas de mercado, no chimarrão com o vizinho ganha forma de suporte de memória, sem dúvidas é a população que mantém a estrada como lugar de memória.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar as memórias dentro de uma comunidade é um grande desafio, pois consiste em um objeto de pesquisa subjetivo e mutável, como elemento de disputa que é, a memória, as representações e os sentidos tendem a se modificar com o passar do tempo. Esta pesquisa abrange um grande espaço temporal, pois não só seu objeto primário, a memória, por si só é de grande complexidade como também o é a estrada do colono. Buscando estabelecer no processo histórico, desde o início da colonização do sudoeste paranaense, sentidos em torno não só da estrada, mas também dos itens que completam os discursos que a referenciam. Não podendo deixar de lado o fato que os conflitos ainda não encontraram o seu fim, pois legalmente ainda se procuram meios para a reabertura da estrada, o que faz com que o assunto continue a ser noticiado.

A pesquisa interdisciplinar permitiu uma maior abrangência não só do objeto de estudo, a memória, mas, sobretudo da Estrada do Colono e do Parque Nacional do Iguaçu que são as referências, os objetos da própria memória. Assim esta pesquisa pode transitar entre os campos da Geografia, Biologia, Sociologia, História entre outras ciências.

Procurou-se, durante a pesquisa mostrar a comunidade não como um agente passivo frente à Estrada do Colono e durante as manifestações, mas sim como o próprio suporte que mantém a estrada atualmente, desta forma entendemos que a população não é mero espectador dos conflitos, ou apenas massa manipulada, a população compreende o discurso político que faz parte dos conflitos envolvidos na estrada e o aceita algumas vezes, principalmente quando os políticos apresentam propostas para reabertura, e os nega outras vezes.

Na pesquisa por fontes foi necessário tornar visível o que é interior à comunidade, buscar por indícios que exteriorizem não só o passar do tempo, mas como isso fica marcado para a comunidade, quais eventos são escolhidos para ser lembrado e por que. De tal forma a pesquisa qualitativa, utilizando das entrevistas foi uma ferramenta importante para desvelar algumas memórias de sujeitos que estão inseridos no cotidiano da cidade de tal forma que se tornam anônimos na multidão. Procuramos assim compreender o fascínio que a estrada causa nos sujeitos, sujeitos esses que não tem um envolvimento direto com essa causa, não tem um

ganho aparente com a reabertura, mas mesmo assim possuem discursos apaixonados pela mesma.

Cada discurso, cada memória é uma representação que o sujeito social ou mesmo a comunidade tem da realidade em que está inserida. Ao estudar memórias estamos de tal forma interpretando como a comunidade vê o mundo que vive, como aceita o que lhe é posto, buscou-se então compreender as narrativas da Estrada do Colono além do discurso econômico e também do ambiental.

De tal forma cada uma das partes desta narrativa procura responder os questionamentos que tomam a forma dos objetivos estabelecidos no começo desta jornada. O primeiro capítulo remonta o processo histórico da estrada do colono, analisando a participação da população nos conflitos, e as entidades envolvidas nos mesmos. A relevância da pressão internacional num conflito que se dá de forma local, apresentamos ainda a mídia como uma tentativa de suporte por parte dos agente pró-reabertura da estrada, e como esta pode influenciar os discursos da população.

O que fica ao final deste capítulo ainda é a violência dos conflitos numa cidade que todos os entrevistados descrevem como tranquila, pacata, esta violência se transmuta em distanciamento e silêncio durante as entrevistas, mas esse silêncio não deve ser encarado como esquecimento, a luta e o conflito são partes importantes do que torna a Estrada do Colono parte da história da comunidade e, portanto, também sua memória.

Com o segundo capítulo, percebemos a memória histórica da região, a importância da terra e do sujeito 'colono' no sudoeste. Vislumbramos os chamados pioneiros como figuras heroicas, e como é feita a manutenção ainda hoje de valores que são visto como inerentes a eles, principalmente o trabalho e a religião, nesta perspectiva buscou-se a representação do sujeito como colono e como este se vê na luta pela estrada do colono.

É de grande relevância entender a figura do pioneiro como herói dentro da comunidade, pois temos que compreender a relação deste com a terra que é sempre dentro da perspectiva capitalista, a terra como forma de trabalho, assim a estrada não só ocupa a função de importante ferramenta nas colonizações, mas também a ideia de reserva ambiental não é vista de forma positiva, afinal para o colono, toda área de preservação, é um pedaço de terra não rentável.

O terceiro capítulo, por fim, tem como proposta estabelecer trocas entre as narrativas coletadas com as entrevistas e teorias já estabelecidas por autores do campo da pesquisa sobre memória e identidade, tentando assim compreender em quais aspectos a memória da Estrada do Colono é ressaltada pelos sujeitos e como se mantém a perpetuação desta memória não oficial dentro da comunidade.

Compreender a real importância da estrada para a população resulta em perceber nesta um símbolo de luta, decodificar os discursos e ver a população não como ingênua ouvinte que apenas reproduz um discurso econômico e sim como uma comunidade que resguarda sua memória.

Perceber a importância destas memórias para a população faz com que possamos compreender também a importância da estrada do colono, não como meio econômico e sim como um símbolo histórico. Assim observamos que grande parte das memórias levantadas pelos sujeitos nas entrevistas, são memórias emocionais, que as perdas não são econômicas e sim pessoais. Como já ressaltado antes não devemos entender a comunidade apenas como um reprodutor de discursos formados, pois o seu entendimento do que é a estrada nos leva a entender o desejo pela reabertura como uma luta pelo direito a memória da região.

Contudo, devemos também estabelecer cuidados, pois a memória não é inocente, ela é manipulável, como vimos ao longo da dissertação, principalmente no capítulo dois, a memória, sobretudo a histórica é produto de outros, e essa escolha não se faz sem objetivos.

Entende-se que este assunto, mesmo no encerramento desta pesquisa, por sua complexidade ainda poderá deixar aberta ou mesmo criar outros questionamentos, que poderão ser frutos de próximos trabalhos acadêmicos.

## REFERÊNCIAS

### FONTES ORAIS

AMPESAM, Marcelino. Depoimento cedido a Sharlene Keila Schlindwein. Capanema/PR, 24 Dezembro de 2012.

DORIGON, Carlos. Depoimento cedido a Sharlene Keila Schlindwein. Capanema/PR, 16 de Julho de 2015.

HARTMANN, Elisane Zirth. Depoimento cedido a Sharlene Keila Schlindwein. Capanema/PR, 20 de Outubro de 2015.

KONZEN, Jandir Antonio. Depoimento cedido a Sharlene Keila Schlindwein. Capanema/ PR, 21 de Outubro de 2015.

KUNRATH, Virgulino. Depoimento cedido a Sharlene Keila Schlindwein. Capanema/PR, 16 de Julho de 2015.

LAMP, Norberto; LAMP, Elita. Depoimentos cedidos a Sharlene Keila Schlindwein. Capanema/PR, 13 de Julho de 2015.

LAZZARON, Jocelito. Depoimento cedido a Sharlene Keila Schlindwein. Capanema/PR, 17 de Julho de 2015.

LAZZARON, Louraine Mombach. Depoimento cedido a Sharlene Keila Schlindwein. Capanema/PR, 17 de Julho de 2015.

LORENZONI, Hugo Acildo. Depoimento cedido a Sharlene Keila Schlindwein. Capanema/PR, 16 de Julho de 2015.

OLIVEIRA, Plinio Barbosa. Depoimento cedido a Sharlene Keila Schlindwein. Capanema/PR, 20 de Outubro de 2015.

SCHWENGBER, Eno Felicio. Depoimento cedido a Sharlene Keila Schlindwein. Capanema/PR, 13 de Julho de 2015.

WALKER, Zeno Antonio. Depoimento cedido a Sharlene Keila Schlindwein. Capanema/PR, 15 de Julho de 2015.

### FONTES JORNALÍSTICAS

Caderno especial Caminho do Colono. O Presente, Marechal Cândido Rondon – Pr, 18 Abr. 1997.

Diário do Povo. Estrada do Colono: Sudoeste e Oeste renovam a sua luta 26 Abr. 1997, p.08.

Diário do Povo. Manifesto pela estrada valeu, 14 Mai. 1997, p.06.

Diário do Sudoeste. AMSOP apoia Parque Nacional do Iguaçu, 23 Mai. 1997, p.05.

Diário do Sudoeste. Juiz derruba liminar contra caminho do colono, 28 Mai. 1997, p. 09.

Folha de Londrina. AIPOPEC nega que vai iniciar cascalhamento, 27 Mai. 1997, p. 03.

Folha de Londrina. Prefeitos apoiam reabertura da antiga estrada do colono, 12 Mai. 1997, p. 06.

Folha do Sudoeste. Estrada do Colono: Oeste e Sudoeste renovam luta pela reabertura, 19 Abr. 1997, p.09.

Gazeta do Paraná. Ambientalistas processam líderes da ocupação, 21 Mai. 1997, p. 11.

Gazeta do Paraná. Colonos garantem direito, 06 Jun. 1997, p. 07.

Gazeta do Paraná. Local está na rota do tráfico, 17 Fev. 1998, p. 14.

Gazeta do Paraná. Manifestantes desafiam autoridades, 16 Jan. 1998, p. 09.

Gazeta do Paraná. Populares reabrem estrada do colono, 13 Jan. 1998, p. 05.

Gazeta do Paraná. Tráfego na Estrada do Colono será liberado hoje, 12 Jun. 1997, p. 07.

Gazeta do Povo. Caminho do colono ainda está ocupado, 15 Mai. 1997, p. 07.

Gazeta do Povo. Estrada do colono já está reaberta, 13 Jun. 1997, p. 36.

Gazeta do Povo. Invasão antecipa o protesto em estrada, 09 Mai. 1997, p. 36.

Gazeta do Povo. Justiça manda fechar a Estrada do colono, 25 Jun. 1997, p.36.

Jornal da Fronteira. Estra será reaberta em 1º de outubro. 19 Set. 1997, p.05.

Jornal de Beltrão. Juiz cassa liminar que impedia o transito de veículos pela Estrada do Colono, 28 Mai. 1997, p. 12.

Jornal de Beltrão. Oeste e Sufdoeste renovam luta pela reabertura da Estrada do Colono, 15 Abr. 1997, p.04.

Jornal de Beltrão. Protesto no Parque pede reabertura da Estrada do Colono, 09 Mai. 1997, p. 01.

Jornal de Beltrão. Uma manifestação para 25 mil pessoas, 13 Mai. 1997, p. 12.

Jornal Opinião. AMSOP apoia luta pela reabertura da Estrada do Colono, 09 Mai. 1997, p.10).

O Estado do Paraná. A decisão de retirar os manifestantes não foi cumprida, 13 Mai. 1997, p.15.

O Estado do Paraná. Comissão vai pedir reabertura do parque, 24 Abr. 1997, p. 14.

O Estado do Paraná. Juíza manda desocupar a estrada, 15 Mai. 1997, p. 15.

O Estado do Paraná. Os prefeitos da região do caminho do colono prometem os 17,6km de estrada, 20 Mai. 1997, p.13.

## **FONTES ELETRÔNICAS**

< <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2014/07/parque-nacional-do-iguacu-sitio-do-patrimonio-mundial-natural> >. Acessado em: 30/01/2016.

<<http://www.cataratasdoiguacu.com.br/portal/paginas/500-1-642-093-visitaram-o-parque-nacional-do-iguacu-em-2015.aspx>>. Acessado em: 01/02/2016.

< <http://www.cidadao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=252> >. Acessado em: 23/07/2015.

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=473116> >. Acessado em: 16/07/2015.

<<http://www.capanema.pr.gov.br/capanema.php>>. Acessado em: 10/11/2015.

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410450&search=||in%20fogr%20E1%20ficos:-informa%20E7%20F5es-completas>>. Acessado em 08/07/2015.

<<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao/unidades-abertas-a-visitacao/205-parque-nacional-do-iguacu.html> >. Acessado em: 30/01/2016.

<<http://www.meioambiente.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=243>>. Acessado em: 27/06/2015.

<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=invas%20>>. Acessado em: 27/01/2016.

<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=ocupa%20>>. Acessado em: 27/01/2016.

< <http://www.midiaindependente.org/en/blue/2003/10/265223.shtml> >. Acessado em: 30/11/2015.

<<http://www.misionesafull.com.ar/principales/reservasecologicas.html>>. Acessado em: 30/11/2015.

<<http://www.noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2003/10/09/12387-justica-federal-mantem-decisao-de-destruir-balsa-na-estrada-do-colonopr.html>>. Acessado em: 18/02/2016.

<<http://www.serranopolis.pr.gov.br/municipio/9/bairros>>. Acessado em: 26/11/2015.

<<http://www.viajeaquia.abril.com.br/tracar-rota>>. Acessado em: 09/02/2016.

<[http://www.wwf.org.br/informacoes/noticias\\_meio\\_ambiente\\_e\\_natureza/?37564#](http://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?37564#)>. Acessado em: 30/01/2016.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALBUQUERQUE, J. L. C. A Dinâmica das Fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Annablume, 2010.

ARRUDA, G. (Org.). Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas. Londrina: Eduel, 2005.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES APOSENTADOS DE MEDIANEIRA. Resgate da Memória de Medianeira. Curitiba: CEFET – PR, 1996.

BAR, E. C. Parque Nacional do Iguaçu e comunidades do entorno: gestão e conflitos. Florianópolis, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina.

BARBADO, N. Escola Parque: educação ambiental na região do Parque Nacional do Iguaçu. Presidente Prudente, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Oeste Paulista.

BAUMAN, Z. Identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BLOCH, M. Apologia da História ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONASSA, T. L. Estrada do colono ações e práticas discursivas na relação do homem com a natureza no Parque Nacional do Iguaçu. Curitiba, 2004. Dissertação (mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná.

CATROGA, F. Memória e História. In: PASAVENTO, S. J. (Org). Fronteiras do Milênio. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

CHARTIER, R. História Cultural entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrant, 1990.

DALLO, L. Estrada do colono a luta de um povo. Francisco Beltrão: Grafit, 1999.

DEMO, P. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2000.

DIAS, E. S. Desenvolvimento regional e conservação ambiental: a “estrada do colono” como via de (des)integração do Oeste-Sudoeste paranaense. Presidente Prudente, 2006. Tese (Doutorado de Geografia), Universidade Estadual de São Paulo.

DITTRICH, I. J. Interdisciplinaridade e fronteiras: da representação às metáforas. In: **Anais do 3º CONINTER - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**. Salvador/BA, outubro/2014. ISSN:2316-266x, n.3, v.4, p. 188 - 202

FLÁVIO, L. C. Memória (s) e território: elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão – Paraná. Presidente Prudente, 2011. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sócias. **Revista Ideação**. Cascavel, v. 10, n. 1, p.41-62, 1º Semestre. 2008.

GREGORY, V. Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940 -70). Cascavel: Edunioeste, 2002.

HALL, S. Identidade cultural. Campinas: Unicamp, 1998.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vertice, 1990.

HORTA, M. L. P. **Ciências e Letras**. Porto Alegre, n.27, p. 25-35, Jan – Jun. 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre. Parque Nacional do Iguaçu. Plano de Manejo. Resumo executivo. Brasília, 2000.

LAVERDI, R. Tempos diversos, vidas entrelaçadas; trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo – oeste do Paraná. Curitiba: Tetravento, 2005.

LAZIER, H. Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense. Curitiba: SECE/BPP, 1986.

LE GOFF, J. História e Memória. Campinas: Unicamp, 2013.

MARCONI, M. A; PRESOTTO, Z. M. N. Antropologia: Uma Introdução. São Paulo: Atlas, 1987.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2011.



MARTINS, J. S. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2014.

MENEZES, E. M. SILVA, L. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. Biodiversidade Brasileira. Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros. Brasília: MMA/SBF, 2002.

MOREIRA, A. C.; MEDEIROS, R. M. V. Entre os colonos e os agricultores: a constituição dos camponeses no extremo Oeste de Santa Catarina. In: II Encontro de Grupos de Pesquisa – Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais, 2006, Universidade Federal de Uberlândia, MG.

NORA, P. Entre Memória e História, a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n.10, p. 7 -28, Dez. 1993.

OLIVEIRA, C. L. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Revista Travessias**. Paraná, v. 2, n. 3. 2008.

OSTROVSKI, D. Análise dos impactos socioambientais motivados pelo caminho do colono. Maringá, 2002. Dissertação (Mestrado de Geografia), Universidade Estadual de Maringá.

PASAVENTO, S. J. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.15, n. 29, p. 09-27. 1995.

PASSOS, P. N. C. A conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. **Direitos Fundamentais e Democracia**. Curitiba, v. 06, p. 01-15. 2009.

PEGORADO, E. Dizeres em confronto (a revolta dos posseiros de 1957 na imprensa paranaense). Niterói, 2007. Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal Fluminense.

PIMENTA, C. Contribuição para a elaboração de uma tese interdisciplinar. **Revista Ideação**. Cascavel, v. 10, n. 1, p.63 - 78, 1º Semestre. 2008.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 02, n. 03, p. 03 -05. 1989.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 05, n. 10, p. 200-212. 1992.

POSSAMAI, Z. R. **Ciências e Letras**. Porto Alegre, n.27, p. 12- 24, Jan – Jun. 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA. Perfil Sócio Econômico Municipal. 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO. 50 Anos Revolta dos Posseiros 1957 – 2007. [2007?] data provável.

RICOBOM, A. E. O Parque do Iguaçu como unidade de conservação da natureza no âmbito do Mercosul: os problemas decorrentes da degradação ambiental. Curitiba, 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Paraná.

ROUSSO, H. O Arquivo ou o Indício de uma Falta. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 09, n. 17. 1996.

SEIXAS, L. L. L. Memórias dos Desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu: as fronteiras do cotidiano em terras (i) legais?. Foz do Iguaçu, 2012. Dissertação (mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras), Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

TOMASETTO, M. Z. C; LIMA, J. F.; SHIKIDA, P. F. A. Desenvolvimento local e agricultura familiar: o caso da produção de açúcar mascavo em Capanema – Paraná. **Interação**. Campo Grande, v. 10, n. 01, 1º semestre. 2009.

WACHOWICZ, R. C. História do Paraná. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

WACHOWICZ, R. C. Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização. Curitiba: Vicentina, 1987.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). Identidade e Diferença. Petrópolis: Vozes, 2000.

## ANEXO 01

**Roteiro para entrevista:**

1. Nome.
2. Idade
3. Profissão.
4. Qual a sua religião.
5. Mora em Capanema desde...
  - a. Sabe por que a família veio para Capanema.
    - i. Caso o sujeito seja migrante:
    - ii. Onde morava antes.
  - b. Por que ele resolveu se mudar.
6. Gosta de viver em Capanema.
7. Já viu aquelas estatuas na frente da Prefeitura?
  - a. O que você acha que significa?
8. Por que a cidade é boa em seu ponto de vista.
9. Qual a sua melhor lembrança / memória de Capanema?
10. O que precisa melhorar na cidade ou em seu bairro.
11. Conhece a região do outro lado do PNI?
12. Conhece Serranópolis.
  - a. Tem conhecidos/amigos/familiares lá.
    - i. Caso sim:
    - ii. Costumava visita-los pela Estrada.
    - iii. Como faz agora? Diminui o número de visitas?
13. Conhece Medianeira.
  - a. Tem conhecidos/amigos /familiares lá.
    - i. Caso sim:
    - ii. Costumava visita-los pela Estrada.
    - iii. Como faz agora? Diminuiu o número de visitas?
14. Já ouviu falar em Estrada Do Colono.
15. O que é?
16. Quem fala? Da onde você tem essas informações?
17. Passou por ela quando estava aberta.
  - a. Usava a estrada pra que?
  - b. Com que frequência passava por lá?
18. E seus pais/ familiares?
19. O sujeito é a favor a reabertura.
  - a. Se Sim:
  - b. Esteve presente nas manifestações pró-reabertura?
  - c. Alguém da família esteve presente?
  - d. Por que tomou a decisão de se envolver na manifestação?
20. Quais os prejuízos ao seu ver/se houveram com o fechamento da estrada para o município?

21.O sujeito teve algum prejuízo com o fechamento da Estrada.

## ANEXO 02

Hino de Capanema – Pr

Disponível in: <http://www.capanema.pr.gov.br/capanema.php>

Guardiã do nosso sudoeste  
Se fez grande ao sul do Brasil  
És morada de sonho e esperança  
Nasceu forte e cresceu varonil

Capanema de terras tão férteis  
É cidade que já foi sertão  
Desbravado por mãos decididas  
Atira desta terra o pão

Recanto de um Paraná querido  
És tão jovem, mas tem com certeza  
Habitantes que te querem ver  
Progredindo em trabalho e beleza

Capanema tua Agricultura  
Vai lançando a semente ao chão  
Com amor e suor você colhe  
Muita soja, milho e feijão

Nossos rios, nossas verdes matas  
Completam a tua beleza  
Capanema você certamente  
É uma parte da mãe natureza  
És fronteira que não tem limites  
És adulta que já foi menina  
Por estar tão pertinho acolhe  
Os irmãos da vizinha Argentina

É cidade de jovens que sonham  
E que buscam também o saber  
És o berço de filhos felizes  
Que já sabem te compreender

Os teus filhos e teus imigrantes  
Irmanados no ideal mais puro  
Te constroem com firme intenção  
Nas premissas de um grande futuro

A cultura que se faz presente  
Em um povo que tem tradições  
As raízes que te fazem forte  
Brotam de nosso corações

Capanema de paz que se vive  
É assim que te queremos ver  
No trabalho, amor e amizade  
Nós queremos junto crescer

